
3 1761 06676263 4

JOSÉ VITORINO RIBEIRO

A Imprensa Nacional de Lisboa

APONTAMENTOS
E SUBSÍDIOS
PARA A SUA HISTÓRIA

1768-1912



MEMÓRIA PREMIADA
EM PRIMEIRO LUGAR
NO CONCURSO ABERTO
EM 27 DE JUNHO DE 1912

Imprensa Nacional de Lisboa — 1912

Ao Exmo Sr.

Salvador Humberto das Neves
em testemunho de muita estima
e consideração

Of.

11-Agosto-932
José Victorino Ribeiro

A
Imprensa Nacional
de Lisboa

JOSÉ VITORINO RIBEIRO

A Imprensa Nacional de Lisboa

SUBSÍDIOS PARA A SUA HISTÓRIA

1768—1912

Memória premiada em 1.º lugar
no concurso aberto em 27 de Junho de 1912



IMPRENSA NACIONAL
1912

Z

DOCUMENTOS

PROGRAMA DO CONCURSO

Comissão Promotora dos Festejos do 2.° Aniversário da República Portuguesa — Imprensa Nacional.

A Comissão Promotora dos Festejos do 2.° Aniversário da República Portuguesa na Imprensa Nacional abre concurso por espaço de cincoenta dias, a contar de 1 de Julho de 1912, para a elaboração literária duma *Memória Histórica e Descritiva sôbre a Imprensa Nacional,* segundo o programa seguinte:

I. Os trabalhos apresentados a concurso devem ser inéditos e versar exclusivamente sôbre a Imprensa Nacional de Lisboa. Os autores devem pertencer ao pessoal do Estabelecimento.

II. Os autores das memórias devem fazê-las entregar ao presidente da Comissão até o último dia do concurso (19 de Agosto de 1912) às 16 horas. As memórias devem trazer no frontispício uma palavra ou frase que constitua divisa. Os nomes dos autores devem ser escritos numa cédula fechada num sobrescrito selado e lacrado, onde esteja escrita a mesma divisa da memória, e entregues no mesmo dia desta, advertindo que a abertura dêsses sobrescritos só será feita depois de classificados os trabalhos pelo júri. Os autores das memórias deverão ficar com cópias fiéis dos seus trabalhos, porque todos os originais, ainda mesmo os não premiados, ficarão na posse da Comissão até 5 de Outubro de 1912, data em que serão

ofertados à Biblioteca da Imprensa Nacional de Lisboa e passarão a ser sua propriedade.

III. As memórias só poderão ser redigidas em português; e os originais, em manuscrito legível, ou dactilografado, devem ser escritos em papel almaço branco de 35 linhas e dum só lado. Todas as páginas serão numeradas e rubricadas ao alto com a divisa dos autores.

IV. Terminado o prazo do concurso, as memórias são submetidas ao exame dum júri composto pelo Inspector das Bibliotecas Eruditas e Arquivos, Sr. Dr. Júlio Dantas, pelo Administrador da Imprensa Nacional, Sr. Luís Derouet, e pelo Chefe dos serviços da revisão do mesmo Estabelecimento, Sr. José António Dias Coelho, que se reùnirá pela primeira vez no dia 19 de Agosto de 1912, às 16 horas e meia, para recepção dos trabalhos. As memórias, depois de examinadas, serão votadas, por escrutínio secreto, em mérito absoluto e em mérito relativo ou de preferência, devendo o prazo para êsse exame não ir além de 5 de Setembro de 1912. Quando haja uma só memória far-se há sómente a votação de mérito absoluto.

V. O júri redige o parecer em que submete à Comissão o seu juízo sôbre as memórias apresentadas, sendo êsse parecer publicado junto à memória classificada em primeiro lugar e única que será impressa na Imprensa Nacional até 5 de Outubro de 1912.

VI. Haverá três prémios a saber:

1.° Constituído pela importância de 50$000 réis;

2.° Um objecto de arte;

3.° Uma menção honrosa.

VII. A Administração da Imprensa Nacional de Lisboa, a solicitação da Comissão, presta-se a facultar aos concorrentes quaisquer elementos subsidiários dos seus arquivos, que deverão ser examinados a dentro do próprio edifício da Imprensa Nacional e durante as horas normais do serviço.

VIII. Aos membros da Comissão é absolutamente defeso tomarem parte neste concurso, devendo os que pretenderem concorrer resignar o seu mandato até o dia 1 de Julho de 1912.

IX. A memória premiada em primeiro lugar, que fôr impressa, será distribuída pelas bibliotecas do país e pelas Imprensas do estrangeiro. Dessa memória far-se há uma tiragem numerada de catorze exemplares destinados ao Chefe do Estado, aos mem-

bros do Govêrno, à biblioteca da Imprensa Nacional de Lisboa, aos membros do júri e ao autor.

X. Os prémios serão conferidos por S. Ex.ª o Presidente da República em sessão especial.

Lisboa, 27 de Junho de 1912.

Alfredo de Morais.
António Marcos Figueira Freire.
Antônio Rufino Ferreira.
Augusto Carlos de Oliveira Alves.
Carlos Augusto Chaves.
Domingos de Azevedo.
Eduardo Alves Correia.
Eurico José de Abreu Castelo Branco.
Filipe Mariano Duarte Ferreira (tesoureiro).
Joaquim António Pereira.
José Bernardo dos Santos.
José Francisco da Silva.
José Gregório Fernandes (presidente).
José Luís Coelho Serrão (secretário).
José Mendonça.
José Nunes.
José Vitorino Ribeiro.
Júlio dos Santos Dagnino.
Jorge Basílio da Costa.
Manuel Braga Esteves.
Miguel David Gomes.
Pedro Emiliano Ferreira.
Pedro Francisco Marques Alves.

PARECER E ACTA DO JÚRI

Exmo Sr. — Temos a honra de remeter a V. Ex.ª a acta da sessão do júri em que se procedeu à votação das Memórias apresentadas ao concurso, e fazemo-lo afirmando a V. Ex.ª e à Comissão promotora a expressão do nosso agradecimento pela honrosa incumbência com que nos distinguiu.

O resultado da votação em mérito absoluto, a aprovação unânime de todas as memórias apresentadas, é bem eloqùente na sua significação: êle traduz a homenagem do júri ao trabalho inteligente e probo, intensivo e honesto, de todos os candidatos e, simultâneamente, o reconhecimento do elevado grau de cultura intelectual atingido pelo pessoal dêste Estabelecimento do Estado.

Para a classificação em mérito relativo e apresentação da respectiva proposta graduada, atendeu o júri, como era devido em trabalho de semelhante índole, não só à riqueza da documentação, verdadeiramente notável em todas as memórias apresentadas, mas também à forma por que o dossier *documental foi interpretado e utilizado por cada um dos concorrentes, à organização e distribuìção das matérias, à harmonia geral da composição, e à correcção, sobriedade, clareza e elegância da linguagem.*

O melhor documentado de todos os trabalhos é aquele a que pertence a legenda Persiste e vencerás ; *aquele em que o valor da documentação se alia a uma bem ordenada distribuìção de matérias é o que se distingue pela divisa* Fiat ars ; *aquele em que a parte documental, embora menos exuberante, é servida por um critério mais ponderado, por um sentimento mais nítido das proporções, por uma crítica mais justa, por uma expressão verbal mais clara, mais elegante, mais concisa, é o da legenda* Só.

Foi êste último que o júri classificou em primeiro lugar na votação em mérito relativo.

Quanto ao Memorandum, *trabalho honesto onde se encontram, embora mais atenuadas, muitas das qualidades que distinguem as memórias precedentes, o júri, não podendo adjudicar-lhe qualquer dos prémios, o que muito sente, limita-se a insistir, junto da Comissão promotora, pela proposta que consta da acta junta e que tem a honra de submeter à apreciação de V. Ex.ª*

Saúde e Fraternidade.

Imprensa Nacional de Lisboa, aos 5 de Setembro de 1912.

Ex.mo Sr. Presidente da Comissão Promotora dos Festejos do 2.º Aniversário da República Portuguesa.

Júlio Dantas.
Luís Derouet.
José António Dias Coelho.

Aos cinco dias de Setembro de mil novecentos e doze, pelas dezasseis horas e meia, achando-se reùnidos na Escola de Composição da Imprensa Nacional os Srs. Júlio Dantas, Luís Derouet e Dias Coelho para, nos termos do n.º IV *do programa de vinte e sete de julho próximo passado, procederem à votação, por escrutínio secreto, em mérito absoluto e relativo, das Memórias apresentadas ao concurso aberto para a elaboração literária duma* Memória Histórica e Descritiva sôbre a Imprensa Nacional, *e tendo-se procedido à referida votação com todas as formalidades da praxe, verificou-se o seguinte: classificadas por unanimidade, em mérito absoluto, todas as memórias sujeitas à apreciação do júri; classificadas em mérito relativo, em 1.º lugar, por unanimidade, a memória* Só; *em 2.º lugar, por unanimidade, a memória* Fiat ars; *em 3.º lugar, por unanimidade, a memória* Persiste e vencerás. *Terminada a votação, o júri foi, por unanimidade de votos, de opinião que, tendo a memória* Memorandum *sido tambêm aprovada em mérito absoluto, justo seria fazer sentir à Comissão promotora o seu desejo de que ao autor dêste último trabalho fôsse igualmente adjudicado qualquer prémio, propondo nestes termos, o mesmo júri, ainda por deliberação unânime, a concessão dum 2.º prémio ao 3.º mais votado, e a do 3.º prémio à memória* Memorandum, *ou seja a adjudicação de um primeiro, dois segundos e um terceiro prémios. — Imprensa Nacional de Lisboa, aos cinco de Setembro de mil novecentos e doze. — O júri, Júlio Dantas — Luís Derouet — José António Dias Coelho.*

ACTA DA COMISSÃO

Aos sete dias do mês de Setembro de 1912, tendo-se reùnido a Comissão Promotora dos Festejos do 2.º Aniversário da República Portuguesa na Imprensa Nacional, a fim de tomar conhecimento do parecer do júri encarregado de proceder ao exame das memórias históricas e descritivas sôbre êste Estabelecimento, e apresentadas a concurso, foi decidido por unanimidade aprovar êsse parecer, ratificando-se assim, pela ordem a seguir indicada, a classificação feita aos trabalhos com as legendas Só, Fiat Ars,

Persiste e vencerás e Memorandum. *Na mesma reùnião procedeu-se à abertura dos sobrescritos que continham os nomes dos autores das quatro memórias atrás referidas, verificando-se esta distribuïção de divisas:* Só, *José Vitorino Ribeiro;* Fiat Ars, *Norberto Moreira de Araújo e Artur José Pereira Mendes;* Persiste e vencerás, *António Marcos Figueira Freire, e* Memorandum, *Raúl Frederico de Pádua Lial e Carlos Augusto Saraiva.*

E para constar se lavrou o presente auto, que vai assinado pelos membros da referida Comissão.

António Rufino Ferreira.
Augusto Carlos de Oliveira Alves.
Carlos Augusto Chaves.
Domingos de Azevedo.
Eduardo Alves Correia.
Eurico José de Abreu Castelo Branco.
Filipe Mariano Duarte Ferreira (tesoureiro).
Joaquim António Pereira.
José Bernardo dos Santos.
José Francisco da Silva.
José Gregório Fernandes (presidente).
José Luís Coelho Serrão (secretário).
José Mendonça.
José Tavares Figueira.
Júlio dos Santos Dagnino.
Jorge Basílio da Costa.
Manuel Braga Esteves.
Pedro Emiliano Ferreira.
Pedro Francisco Marques Alves.
Pedro Franco.

I

1768—1801

Como é mais ou menos do conhecimento de todos, deve-se à fecundíssima iniciativa do grande estadista Marquês de Pombal — como tantas outras medidas de elevado alcance social, económico, artístico, industrial ou scientífico, que antes e depois promulgara e fizera executar — a criação da *Imprensa Nacional de Lisboa,* que primitivamente se denominou *Impressão Régia* ou *Régia Oficina Tipográfica.*

Pelo seu carácter de diploma primordial e pela sua relativa importância histórica, transcreve-se na íntegra o Alvará de 24 de Dezembro de 1768, que criou e instituíu a mencionada Impressão Régia :

Eu El-Rei : faço saber aos que êste alvará virem, que eu hei por bem determinar, em comum benefício dos meus fiéis vassalos, que logo seja erigida uma oficina tipográfica, a qual possa fazer-se útil e respeitável pela perfeição dos caracteres ; e pela abundância e asseio de suas impressões. E para que esta se possa reger de sorte que responda aos acertados fins a que se destina, sou servido dar as providências abaixo declaradas.

1. Deverá a mesma oficina intitular-se *Impressão Régia,* a qual, emquanto eu não lhe der casa própria, se estabelecerá na que lhe fôr proporcionada.

2. Compôr-se ha o govêrno da dita fábrica de um director geral por mim nomeado, com o ordenado de 600$000 réis ; de um deputado, que será dos que se acharem em actual exercício na Junta do Comércio, ou em qualquer das companhias dos Estados do Grão-Pará ou Pernambuco, ou que servir ao menos pelo tempo de um ano, e com o ordenado de 300$000 réis ; de um administrador da oficina, que sempre deverá ser precisamente um mestre impressor dos de melhor nota nesta Côrte, com o ordenado de 500$000 réis.

3. Tocará aos sobreditos todo o govêrno da Impressão e todas as mais disposições que respectivamente lhe pertencerem ; para o que farão Conferência em uma das tardes de cada semana, e para ela se determinará dia certo ; e quando suceda ser dia santo de guarda, no dia seguinte ; e ali se tratará e dará conta de tudo o que tiver acontecido desde a Confe-

rência antecedente, e se darão todas as disposições para a direcção, govêrno e bom acêrto da Impressão, e se executará o que se vencer pela pluralidade de dois votos contra um.

4. Nos casos porêm de maior gravidade, ou de discordância total de todos os três votos, poderá qualquer dos mesmos pedir se consulte, e reduzindo-se a escrito se apresentará na Junta do Comércio para que haja de subir à Minha Rial Presença.

5. As disposições interinas, que não puderem sofrer as demoras da Conferência, serão ordenadas pelo director geral e executadas sem perda de tempo, com tanto que sejam participadas depois na próxima seguinte Conferência.

6. Haverá um cofre de três chaves, onde se recolham todos os dinheiros que por qualquer título pertençam à Impressão ; de que será tesoureiro o deputado, que guardará uma chave ; o director geral outra, e o administrador a terceira. Os referidos director, tesoureiro e administrador assistirão precisamente em uma das manhãs de cada semana, para o que na forma sobredita se determinará dia certo ; e quando suceda ser dia santo de guarda, no dia seguinte, com o cofre aberto para recolherem todos os dinheiros que tiverem entrado desde o dia do cofre antecedente, e pagarem todas as despesas que por despacho da Conferência forem mandadas fazer, lançando-se assim a receita com a despesa em um livro de caixa que haverá para êsse fim, na forma praticada no meu Rial Erário, em termos que naquele mesmo dia e naquela mesma hora fique lançada toda a despesa e receita que assim fôr feita, sendo esta assinada pelo tesoureiro.

7. Haverá um escriturário ou guarda-livros com o ordenado de réis 240$000, o qual deverá escriturar todas as contas e mais papéis da Impressão pelo método mercantil, e pelas instruções que se lhe darão na Junta do Comércio ; o qual escriturário terá precisamente feito os estudos na Aula do Comércio com boa reputação.

8. Haverá um segundo administrador, que também seja mestre impressor e com as precisas qualidades para bem suprir a falta do primeiro nos seus impedimentos ; e vencerá de ordenado 250$000 réis. E haverá todos os mais oficiais e trabalhadores que sejam precisos para o expediente do trabalho, vencendo os seus competentes jornais nos dias de trabalho.

9. Mando que ao govêrno da dita Impressão seja unida a fábrica de caracteres, que até agora esteve a cargo da Junta do Comércio ; recebendo da mesma Junta, por um inventário, tudo o que lhe fôr pertencente ; e continuando a dar-lhe todas as disposições e providências que forem convenientes para que se continuem a fazer grandes partidas de toda a qualidade de letras, assim para o abundante uso da mesma Impressão, como para as mais impressões do reino, visto ser proïbida a introdução de letra de fora.

10. Ao mesmo tempo se cuidará eficazmente na continuação do ensino dos aprendizes da mesma fábrica de letra, para que não faltem no reino os professores desta utilíssima arte, continuando como até agora está disposta.

11. Sendo presentemente necessário que no corpo duma Impressão Régia não falte qualquer circunstância que a faça defeituosa; e sendo um dos ornatos da impressão as estampas, ou para demonstrações ou para outros muitos utilíssimos fins, terá a mesma Impressão um abridor de estampas conhecidamente perito, o qual terá a obrigação de abrir todas as que forem necessárias para a Impressão, e se lhes pagarão pelo seu justo valor; e demais ensinará contínuamente os aprendizes que parecer ao arbítrio da Conferência, e vencerá de ajuda de custo 400$000 réis por êste trabalho, e por cada discípulo que ensinar e apresentar mestre, com atestação jurada da Conferência, depois de procederem os exames necessários, 40$000 réis; e cada aprendiz vencerá 100 réis cada dia, que se lhe poderão acrescentar até 200 réis, à proporção do seu merecimento, e, conseguindo a atestação referida, se lhe dará 10$000 réis por uma vez sómente. O mesmo abridor assistirá na casa da Impressão, trabalhará e ensinará sempre os aprendizes na referida casa.

12. Pelos mesmos motivos haverá um livreiro que, alêm de fazer tratar da grande livraria, que precisamente estará sempre em ser, haja de contínuamente fazer as encadernações indispensáveis, o qual deverá ser dos mais peritos no seu ofício, para que assim possa vencer-se a imperfeição das más encadernações; e poderá êste ter os aprendizes que bem parecer à Conferência.

13. Sendo esta Impressão Régia, e devendo eu servir-me dela como minha é: ao mesmo livreiro ficará pertencendo servir a minha Rial Biblioteca, vencendo por tudo os respectivos preços, e justo valor de suas obras; e só pelo trabalho de bem ensinar os aprendizes arbitrará a Conferência a ajuda de custo que lhe parecer racionável.

14. Todas as obras que se mandarem imprimir pela Directoria Geral dos Estudos, pela Universidade de Coimbra, pelo Rial Colégio dos Nobres e por outras quaisquer comunidades ou pessoas particulares, pagarão à Impressão os justos e moderados preços que forem regulados em Conferência, sem atenção a grandes interêsses; pois que o fim dêste estabelecimento é o de ensinar as letras e levantar uma Impressão útil ao público pelas suas produções e digna da capital dêstes reinos.

15. Ficará tambêm livre à Conferência poder mandar imprimir de novo ou reimprimir outras obras que bem lhe parecer, para poder vender por conta da Impressão; bem entendido que nisto obrará sem privilégio algum; mas de modo ordinário, como faz qualquer impressor, não tendo para isso ordem minha especial.

16. Um dos primeiros exercícios da Conferência será a compra de uma oficina tipográfica das melhores que poderá achar, com a qual, e com a grande quantidade de letra que se acha feita na fábrica, dará principio a êste estabelecimento.

17. A Conferência poderá mandar vir de fora do reino, por conta e risco da mesma Impressão, todas as grandes partidas de papel e o mais que lhe fôr necessário para o expediente da Impressão, pagando de tudo os devidos direitos.

18. No fim de cada ano se dará um balanço geral, pelo qual se conheça

exactamente o estado da Impressão, seus lucros ou prejuízos, com a relação dos géneros em que pára o seu cabedal existente; cujo balanço, sendo apresentado à Junta do Comércio, deverá subir por consulta à Minha Rial Presença.

Êste se cumprirá tam inteiramente como nele se contém. Pelo que mando ao reitor, lentes e claustro da Universidade de Coimbra, director geral dos estudos, Junta do Comércio dêstes reinos e seus domínios, reitor do Rial Colégio dos Nobres e mais pessoas a quem o conhecimento dêste pertencer, o cumpram e guardem, e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nele se contém, não obstante quaisquer regimentos, leis, ordens ou estilos contrários, que todos hei por derrogados para êste efeito sòmente, ficando aliás sempre em seu vigor. E valerá como carta passada pela Chancelaria, pôsto que por ela não passe e o seu efeito haja de durar mais de um e muitos anos, sem embargo das ordenações em contrário. Registando-se em todos os lugares onde se costumam registar semelhantes alvarás. Dado no Palácio de Nossa Senhora da Ajuda, em 24 de Dezembro de 1768.— REI.— *Conde de Oeiras*.

Ao tempo da promulgação dêste alvará havia em Lisboa onze oficinas tipográficas, mais ou menos importantes. Eram as seguintes, que vão citadas pela ordem da sua antiguidade:

A tipografia de Miguel Rodrigues, impressor do Cardeal Patriarca, uma das melhores e que já anteriormente ao terramoto existia na Rua das Portas de Santa Catarina;

A tipografia de Domingos Gonçalves, situada no Pátio da Caridade, próximo a S. Cristóvão;

A tipografia de Miguel Manescal da Costa, impressor do Santo Ofício, e descendente doutro mais antigo tipógrafo que a havia fundado no comêço do século XVII, e também uma das melhores de Lisboa;

A Oficina Régia Silviana, a êsse tempo e desde 1741 em poder dos descendentes de José António da Silva, antigo impressor da Academia Rial de História, e em cuja tipografia se imprimira, até 1768, a maior parte das leis e documentos oficiais;

A tipografia de Francisco Luís Ameno, a qual depois do terramoto estivera sucessivamente nas Ruas da Procissão e do Jasmim, e tinha a denominação de *Patriarcal*;

A tipografia de Manuel Coelho Amado, que existiu em diversos lugares do Bairro Alto, já na Travessa da Estrêla, já na Rua da Rosa ou da Vinha, etc.;

A tipografia de Francisco Borges de Sousa, situada no Poço do Borratém;

A de António Vicente da Silva ;

A de António Rodrigues Galhardo, primitivamente instalada na Rua de S. Bento e depois na esquina da Rua de Santo António ;

A de Caetano Ferreira da Costa ;

E, finalmente, a de José da Silva Nazaré.

Foi a tipografia de Miguel Manescal da Costa, adquirida justamente para êsse fim, que serviu de núcleo à nova Impressão Régia.

Em obediência ao preceituado no n.º 9 do citado alvará foi anexada à Impressão Régia a fábrica de caracteres, ou fundição de tipos como hoje se designa e é conhecida, e que então existia em Lisboa e estava a cargo da Junta do Comércio. Era mestre da fábrica de caracteres o conhecido João de Villeneuve, que a havia fundado em 1732, então valiosamente patrocinado por D. João V. A direcção da mesma fábrica fôra confiada ao seu primitivo mestre.

Em cumprimento do disposto nos n.os 2, 7 e 8 do alvará acima transcrito, foi nomeado, por decreto de 29 de Dezembro de 1768, o seguinte pessoal dirigente :

Director geral — Nicolau Pagliarini ;

Deputado tesoureiro — Bento José de Miranda ;

Administrador — Miguel Manescal da Costa ;

Segundo administrador — Manuel José da Guerra ;

Escriturário — Joaquim José Escopezi ;

Mestre-escola e abridor de estampas — Joaquim Carneiro da Silva.

O director geral, juntamente com o deputado tesoureiro e o administrador, ficaram constituindo a Junta ou Conferência, a que por vezes alude o alvará.

Por aviso de 19 de Abril de 1769, e ainda em conformidade do n.º 13 do dito alvará, foi nomeado António José, já então livreiro da nova Impressão Régia, mestre livreiro da Rial Biblioteca, com a ajuda de custo de 60$000 réis anuais e casas para assistência própria.

As instruções da Junta do Comércio, que faziam parte do aviso de 7 de Setembro de 1769, estabeleceram as regras que deviam servir de norma à administração da Impressão Régia, na parte respeitante à economia, fiscalização e contabilidade, a qual foi montada pelo sistema mercantil.

Por alvará de 21 de Julho de 1769, e atendendo à representação do director geral e deputados da Impressão Régia e às condições

com que, na conformidade do decreto de 1 de Julho de 1769, celebraram o contrato com Lourenço Solésio, fabricante de cartas de jogar e papelões[1], tiveram plena aprovação as condições expressas no referido contrato. À Conferência ficou cometida a inspecção da fábrica das cartas de jogar e papelões, cujo estabelecimento, junto à Impressão Régia, devia funcionar por doze anos, sendo os produtos da mesma fábrica favorecidos com o benefício do privilégio exclusivo da venda para todo o continente, ilhas e possessões ultramarinas, e apenas com a cláusula de o Erário Régio cobrar réis 10:000$000 anuais. Para cada baralho de cartas foi fixado o preço de 100 réis no continente do reino e ilhas adjacentes, e de 150 réis no Brasil e mais domínios do ultramar, com isenção de quaisquer direitos de saída. Não era permitida a importação ou a venda de quaisquer outras cartas, e os infractores destas disposições — disposições que representavam um verdadeiro monopólio — ficavam sujeitos a severas penas[2].

A escolha do pessoal dirigente da Impressão Régia foi inegàvelmente acertada, e nem outra cousa era de esperar da provada sagacidade do então Conde de Oeiras. Nicolau Pagliarini era geralmente tido na conta de pessoa muito entendida e funcionário zeloso; Miguel Manescal da Costa, proprietário da excelente tipografia que, como já se disse, constituíra a base material da nova Impressão Régia, gozava da merecida reputação de bom mestre

---

[1] Lourenço Solésio, genovês, que sem dúvida possuía habilitações distintas, cumpriu regularmente nos primeiros anos todas as condições do seu contrato, mas nos últimos tempos não se mostrou assaz cuidadoso dos interêsses da fábrica que tinha obrigação de zelar, levando por vezes a administração da Impressão Régia a proceder contra êle.

[2] Segundo uma informação de Miguel Manescal da Costa, de [illegible] de Abril de [illegible], registada no livro de registo de consultas da Junta Administrativa, Económica e Literária, as cartas vendiam-se então por dois preços diferentes. As portuguesas eram fornecidas aos estanqueiros a [illegible] réis o baralho, incluída a comissão de [illegible] réis aos administradores, as [illegible] e castelhanas a [illegible] réis, compreendida a mesma comissão. Nos [illegible] do estabelecimento vendiam-se porém as primeiras a [illegible] réis o baralho, e as segundas a [illegible] réis. No preço fixado para o ultramar estava

impressor e homem probo e instruído ; Joaquim Carneiro da Silva[1], director da escola de gravura, era um artista de grande mérito, e mostrou depois também a sua extraordinária actividade em grande número de gravuras que executou ou se fizeram sob a sua direcção ; João de Villeneuve, o mestre da fundição de tipos, tinha já dado provas de fundidor de merecimento e habilíssimo gravador puncionista.

Um dos primeiros assuntos que naturalmente devia prender a atenção da Junta seria sem dúvida a escolha de edifício que reùnisse as condições indispensáveis para a instalação da Impressão Régia e oficinas anexas. Essa escolha não devia então ser muito fácil, visto que muitos edifícios do Estado tinham sido destruídos pelo medonho terramoto que poucos anos antes arrasara grande parte de Lisboa.

Mas a Junta, sem dúvida animada do desejo de instalar o mais breve possível um estabelecimento de cujo funcionamento se previam desde logo resultados preciosos e úteis, propôs ao grande ministro de D. José o arrendamento do palácio de D. Fernando Soares de Noronha, situado no lugar denominado da Cotovia. Êsse palácio oferecia aliás condições muito aceitáveis, não só pela sua amplidão e sólida fábrica, mas também pelo magnífico local em que se erguia. O ministro aprovou a proposta e o arrendamento foi fixado em 700$000 réis anuais.

Parece ainda que a circunstância do antigo solar dos Noronhas se defrontar com o Rial Colégio dos Nobres, fundado em 1761, e transformado em 1837 na actual Escola Politécnica, influíra o seu tanto ou quanto na preferência do edifício adquirido : e isto se pre-

---

incluída a comissão de 10 réis destinada aos estanqueiros. Os administradores comissários recebiam 6 por cento de venda e 2 por cento de remessa, abonando-se-lhes a despesa de caixotes, fretes, alugueres de armazêm, riscos de mar e avarias.

[1] É curioso o que diz o Conde de Raczynski no seu *Ditionnaire historico-artistique du Portugal,* Paris 1847, p. 39 :

«Em 1769 abriu-se em Lisboa uma escola da gravura, junto à Impressão Régia, sob a direcção do insigne gravador Joaquim Carneiro da Silva, natural da cidade do Pôrto, onde nascera em 1727. Carneiro da Silva

sume do decreto de 7 de Abril de 1769, cujas disposições cria e estabelece estreitas relações entre a Impressão Régia e o mesmo Colégio dos Nobres.

Para habilitar a administração da Impressão Régia a satisfazer os encargos de compra da antiga tipografia de Miguel Manescal da Costa, a qual devia constituir, por assim dizer, a base de acção da nova Impressão Régia, e para ocorrer a todas as outras despesas provenientes das respectivas instalações e funcionamento de todas as oficinas e repartições, veio a carta régia de 7 de Fevereiro de 1769, dirigida ao vice-reitor e mais pessoal docente da Universidade de Coimbra, determinar que «do dinheiro morto que tem acrescido às despesas da Universidade» fôsse entregue, por empréstimo, à administração da Impressão Régia, a quantia de 40:000$000 réis.

A oficina tipográfica de Miguel Manescal fôra avaliada em réis 2:162$870 pelos mestres impressores José António da Silva e António Vicente da Silva[1]. A aquisição desta tipografia fez-se porêm pela quantia de 2:000$000 réis, números redondos. Eis a

---

fôra para o Rio de Janeiro na idade de 12 anos, e lá aprendeu desenho com João Gomes, natural de Lisboa e gravador da Casa da Moeda. Esteve 17 anos no Brazil, vindo depois para Lisboa em 1759. No ano seguinte partiu para Roma e entrou na escola de desenho de Louis Sterni, que era um bom pintor. Em 1760 D. Francisco de Almeida ordenou, em nome do rei, a todos os portugueses que saíssem de Roma, e Carneiro da Silva teve que seguir para Florença, onde continuou os seus estudos, não aceitando um emprêgo na Casa da Moeda de Lisboa que lhe fôra oferecido pelo Marquês de Pombal. Entrou mais tarde para a Impressão Régia, com o ordenado de [illegible] réis e uma gratificação de [illegible] réis por cada discípulo que aproveitasse». Foram seus discípulos: António Sisenando, Ventura da Silva, Gaspar Fróis Machado, Eleutério Manuel de Barros, Nicolau José Baptista Cordeiro, Joaquim José Ramalho, José Gualdino de Matos e Manuel da Silva Godinho. Quando Ponzoni (Carlos Maria Ponzoni), mestre de desenho no Colégio dos Nobres, se retirou, foi ocupar o seu lugar Joaquim Carneiro da Silva, que depois redigiu os *Estatutos para a Escola Real de Desenho*. Carneiro da Silva fez à sua custa várias viagens a Paris para se aperfeiçoar na sua arte. Foi professor de gravura da Impressão Régia e do estabelecimento literário do Arco do Cego».

[1] «Nós abaixo assinados, com fábricas de impressões nesta côrte, atestamos em como por aviso do Sr. Nicolau Pagliarini, director geral da

lista dos objectos que constituíam a oficina tipográfica de Miguel Manescal da Costa e preços por que foram avaliados, segundo o rol autógrafo existente no arquivo da Imprensa Nacional :

8 prensas, orçadas em	840$000
30 pares de caixas	34$000
Cavaletes	15$000
6 bancos com estantes para fôrmas	6$400
120 tábuas de fôrmas e de papel	14$400
Galés e componedores	4$800
1 caldeirão para tinta	4$800
1 prensa para embalotar	28$000
Madeiras para estantes	12$000
8 :539 arráteis de tipos[1] em vario uso, avaliados na soma ilíquida de	1 :183$470

Em fins de Março de 1769, apesar das obras de adaptação no palácio dos Noronhas não estarem de todo concluídas — obras que tinham sido consideradas indispensáveis — já a oficina tipográfica da Impressão Régia funcionava regularmente, empregando 4 oficiais compositores, 3 impressores e 3 batedores ou ajudantes.

Impressão Régia, a ela fomos e nos foi mostrado o extracto do que contêm a oficina de Miguel Manescal da Costa, administrador da sobredita Impessão Régia, por êle feito e assinado ; o qual é da importância de réis 2 :162$870 : e examinando nos parecem racionáveis os preços dêles, visto que as fundições das letras de maior uso são só reguladas pelo valor do metal ; e as menos gastas com diminuìção proporcionada ao estado em que se acham ; e pelo que respeita às 8 prensas, atendendo a que são bem obradas, de boa madeira e ferragens, melhores das que de ordinário se costumam fazer, nos parece também racionável o seu preço, como do mais declarado no mencionado extracto : se bem que no valor de dois contos de réis, poderão ficar todas as adições satisfeitas ; e o referido afirmamos debaixo de juramento dos Santos Evangelhos. — Lisboa, 15 de Abril de 1769. — *Joseph António da Silva — António Vicente da Silva*».

As prensas, que eram construídas de madeira do Brasil, com a competente ferragem, foram também avaliadas em 105$000 réis cada uma por Joaquim José dos Reis, mestre das obras do Rial Colégio dos Nobres. (Arquivo da Imprensa Nacional de Lisboa, caixa 1, maço 1.º, doc. n.º 6).

[1] Compreendia 807 arráteis de carácter denominado parangona ; 1 :615 do texto ; 1 :543 de tanásia ; 1 :829 da leitura ; 937 de interduo ; 1 :342 de breviário ; 466 de solfa ; letras e iniciais, linhas, etc.

Em Novembro ou Dezembro do mesmo ano a tipografia empregava já 23 operários, cujo número se conservou, sem grande alteração, por muitos anos; em 1801 elevava-se porêm a 31, contando-se entre êles muitos oficiais de reconhecido merecimento, tanto de composição como de impressão, como o demonstram claramente as boas edições de muitos livros de estudo escritos em várias línguas.

Ficaram com residência própria no estabelecimento o administrador Miguel Manescal da Costa, o segundo administrador Manuel José da Guerra, o mestre da fundição João de Villeneuve e o mestre da fábrica das cartas de jogar Lourenço Solésio. Mais tarde determinou-se, por aviso de 9 de Maio de 1772, que o director geral Nicolau Pagliarini passasse a residir nas casas em que vivia João de Villeneuve, sendo a êste depois arbitrada, como compensação, por aviso da Junta do Comércio de 11 de Janeiro de 1774, a ajuda de custo de 80$000 réis anuais, que devia receber a contar do dia em que tivera de abandonar as ditas casas.

A concessão de residência no edifício da Impressão Régia ao seu director geral parece que obedecia a considerações de melhor e efectiva assistência administrativa e bom govêrno económico.

Por aviso de 22 de Novembro de 1773 foi também arbitrada, a título de ajuda de custo, a Nicolau Pagliarini, a quantia de réis 120$000 anuais, como já anteriormente tinha sido abonada, e pela mesma razão, por aviso da Secretaria de Estado de 29 de Maio de 1771, ao deputado administrador Miguel Manescal da Costa a quantia de 100$000 réis anuais, ao segundo administrador Manuel José da Guerra a de 30$000 réis, e ao guarda-livros Joaquim José Escopezi 90$000 réis anuais «por acrescentamento do seu ordenado». Ao segundo administrador foi ainda garantida, por aviso da Secretaria de Estado de 5 de Dezembro de 1775, a quantia de 40$000 réis por cada aprendiz que «depois de se lhe dar por findo o tempo de seu ensino, se qualificar pelo seu exame que é perito na mesma arte». Era um bem pensado incentivo à proficuidade do ensino.

Mas todos os ordenados dos empregados da Impressão Régia, por aviso de 19 de Dezembro de 1774, ficaram sujeitos ao pagamento de décima, com excepção do que vencia o director geral.

O aviso de 10 de Julho de 1778 concede a ajuda de custo de

600$000 réis a Nicolau Pagliarini, que dias depois seguiu para Itália[1], sua patria, não voltando a exercer cargo algum na Impressão Régia.

Por aviso de 16 do mesmo mês e ano, a gerência da Impressão Régia ficou a cargo do deputado Bento José de Miranda e do administrador Miguel Manescal da Costa.

Por decreto de 1 de Outubro de 1778 foi Bento José de Miranda substituído, no lugar de tesoureiro, por Domingos Gamboa e Liz, sendo mais tarde, em 23 de Outubro de 1778, abolido aquele lugar, mas conservando-se Gamboa e Liz na Conferência com a denominação de «Deputado».

A superintendência da Impressão Régia passou sucessivamente para diversas entidades.

Por decreto de 22 de Abril de 1778, a inspecção e intendência da fábrica das cartas de jogar e da Impressão Régia passou da Junta do Comércio para a Junta da Administração das Fábricas do Reino e Obras das Águas Livres.

Por carta de lei de 5 de Junho de 1788 foi a Rial Mesa da Comissão Geral sôbre o exame e censura dos livros encarregada da superintendência da Impressão Régia.

Finalmente, por carta de lei de 17 de Dezembro de 1794, foi a Impressão Régia posta sob a direcção e inspecção do presidente do Rial Erário; e segundo o aviso de 20 de Novembro de 1801, como que ratificando aquela disposição, ficou resolvido que a suprema direcção da mesma Impressão Régia ficasse a cargo do presidente do Rial Erário, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, secretário de estado dos Negócios da Fazenda.

Os registos da Impressão Régia e os livros e catálogos das licenças demonstram que nos anos de 1769 a 1801 se imprimiram

---

[1] Ignoram-se os motivos que levaram Nicolau Pagliarini a abandonar Portugal, onde os seus serviços eram devidamente reconhecidos e retribuídos. Talvez influísse para a sua resolução o desgôsto que lhe devia ter causado o decreto de 2 de Abril de 1778.

1:230 volumes, afora muitos papéis avulsos e outros que não eram sujeitos a registo — o que dá uma média de 40 volumes por ano. Êsses volumes, de nítida impressão e boa escolha de papel, não eram inferiores aos que saíam dos prelos das melhores tipografias do país, e muitos podiam até apresentar-se, sem desdouro, a par das excelentes edições de França, Inglaterra e Alemanha. Os *Comentários*, de Afonso de Albuquerque, as *Décadas da Ásia*, de João de Barros e Diogo Couto, a magnífica e hoje rara edição dos *Estatutos da Universidade de Coimbra* (1772) e muitas outras publicações, confirmam eloqüentemente esta afirmativa. Sobretudo as edições dos livros de liturgia podiam-se considerar primorosas, sobresaindo ainda entre elas o *Missale Romanum*. A Impressão Régia era então a preferida pelos autores e editores, que muito apreciavam não só a superioridade dos seus trabalhos como a exactidão e modicidade de preços ora estabelecidos.

Em 12 de Junho de 1797 publicou-se o *Regulamento para os operários empregados nas salas das imprensas.*

O rendimento efectivo da oficina tipográfica acentuava-se progressivamente, de forma que, sendo em 1770 de 7:743$477 réis, subiu em 1801 a 12:219$380 réis, apesar de numerosos impressores e livreiros terem obtido a permissão de imprimir de sua conta muitos diplomas oficiais, permissão que mais tarde se retirou quási por completo, suscitando-se a observância da lei.

João Villeneuve, cuja idade devia ser avançadíssima, faleceu entre Julho e Setembro de 1777, sucedendo-lhe no cargo, mas não na categoria nem no vencimento, o pensionista Caetano Teixeira Pinto, que por sua vez foi substituído por Francisco José Gonçalves Portugal, nos últimos anos do período a que se vai fazendo referência.

A fundição de tipos parece não ter tido grande desenvolvimento nos anos de 1769 a 1801, notando-se até que neste último ano havia apenas 5 operários, quando no primeiro se contavam 8. Ainda assim a produção média anual regulou de cêrca de 1:5[illegible] quilogramas, com a qual a fundição pôde satisfazer regularmente as necessidades do consumo não só da Impressão Régia como das outras oficinas congéneres.

A oficina de gravura, dirigida, como já se disse, por Joaquim Carneiro da Silva, que era na verdade um exímio professor, deu sempre brilhantes manifestações de actividade e aperfeiçoamento. O grande número de gravuras, executadas naquela época para as diferentes obras publicadas pela Impressão Régia, como por exemplo as *Décadas da Ásia,* os *Comentários,* de Afonso de Albuquerque e muito especialmente o *Missale Romanum* e a *Arte de Cavalaria,* contando esta última nada menos de 88 estampas que bem se podem classificar de primorosas, todas desenhadas e gravadas por Carneiro da Silva e seus discípulos — todo êste grande número de gravuras patenteia uma extraordinária quantidade de trabalho a par duma excelente qualidade de produção.

Joaquim Carneiro da Silva publicou em 1803 o *Breve Tratado teórico das Letras Tipográficas,* em que estabelece excelentes regras para a gravura de punções — opúsculo que bem mostrava a sua solicitude pelo ensino.

A fábrica de cartas de jogar, dirigida por Lourenço Solésio, a qual, pela sua especialidade, não podia receber permanentemente a influência eficaz de Miguel Manescal da Costa, parecia não funcionar com a regularidade precisa e desejada. Manescal viu-se obrigado a empregar meios enérgicos para compelir Solésio ao rigoroso cumprimento do seu contrato, e informou que êste mesmo contrato não devia ser prorrogrado. Isto não obstou a que a Lourenço Solésio fôsse concedida uma pensão vitalícia de 150$000 réis, e que por seu falecimento, ocorrido em 1786, a viúva, Isabel da Costa, continuasse a receber a mesma quantia. Foi então ocupar o lugar de mestre o oficial Henrique José da Silva.

A despeito de quaisquer irregularidades ou abusos cometidos na oficina das cartas de jogar, é certo que esta, por o avultado consumo de seus produtos, tanto no continente do reino como nas colónias, mercê do privilégio que disfrutava, era a que oferecia maiores rendimentos, e a que então empregava maior número de operários na sua laboração. Em 1770 o seu rendimento foi de 8:074$915 réis, que sucessivamente foi subindo até atingir, em 1801, a elevada soma de 26:600$697 réis, soma que representava por si só mais de dois terços da receita geral dêste último ano, computada em 38:476$075 réis.

A importância das férias regulava por 2 a 3 contos de réis anuais ; e a produção de 16 :000 a 20 :000 maços representativos de 192 :000 a 240 :000 baralhos de cartas de jogar. O número de operários empregados era de ordinário 20, chegando a elevar-se, em 1800, a 29.

Os lucros do fabrico de cartas eram na verdade muito copiosos, dando lugar a que entrasse nos cofres do Erário Regio, durante a administração de Miguel Manescal, a importântissima soma de 202 :832$145 réis.

Com as receitas provenientes da fabricação das cartas pôde a Impressão Régia desafogadamente fazer face às despesas de impressão de muitas e importantes obras scientíficas mandadas fazer por conta do Estado, e ainda auxiliar com a quantia de 53 :441$926 réis a Rial Fábrica das Sedas, por determinação da Junta das Fábricas do Reino e Águas Livres, que então exercia a suprema inspecção da mesma Impressão Régia.

O pessoal da Impressão Régia era representado em 1801 por 82 indivíduos.

Miguel Manescal da Costa morreu em 1 de Novembro de 1801. A sua direcção técnica e mesmo administrativa na Impressão Régia, durante o largo período de trinta e três anos, foi realmente fecunda e digna de todo o elogio. Pode afoitamente dizer-se que foi a figura primacial do primeiro período da Impressão Régia[1].

[1] O antigo contador da Imprensa Nacional, Francisco Ângelo de Almeida Pereira e Sousa, que foi um publicista distinto, e cujos escritos sôbre a mesma Imprensa foram para o autor desta Memória o seu mais precioso guia, afirmava convicto que Miguel Manescal da Costa tinha sido um óptimo administrador, e a sua afirmativa era fundamentada no escrupuloso exame que demoradamente havia feito aos numerosos livros da escrituração daquele tempo e na leitura atenta e estudiosa da respectiva correspondência e outros muitos documentos que encontrara no arquivo da Imprensa Nacional, exame e leitura que lhe demonstraram a perfeita regularidade com que caminhavam, durante a administração de Manescal, todos os serviços da Imprensa Régia, ainda os mais estranhos às habilitações e conhecimentos do seu primeiro director técnico. Jacome Ratton, nas suas interessantíssimas *Recordações*, também alude à honradez e à útil administração na Impressão Régia de Manescal da Costa, de quem fora contemporâneo.

II

1801—1810

Em Dezembro de 1801 sofreu a Impressão Régia uma importante reforma na sua vida administrativa e económica. Por constituir, cronológicamente falando, o segundo diploma oficial de mais importância para a história da Imprensa Nacional, transcreve-se integralmente o alvará de 7 de Dezembro de 1801, que remodelou profundamente os serviços administrativos da Impressão Régia :

Querendo animar o estabelecimento da Impressão Régia, criada por alvará de 24 de Dezembro de 1768, e desejando promover os úteis fins a que a mesma é destinada, para a elevar com vantagem pública ao maior grau de prosperidade que possa conseguir-se, fazendo publicar aquelas obras que mais contribuam à instrução e glória da nação, formando artistas hábeis que se perpetuem em cada uma das classes que compõem o mesmo estabelecimento ; e procurando conseguir estes fins com a mais severa economia : sou servido determinar que se ponha em exacta e rigorosa observância tudo quanto dispõe o sobredito alvará de 24 de Dezembro de 1768, excepto naquilo que vai aqui alterado pela forma seguinte :

I. A direcção encarregada do regime de administração da Impressão Régia, quanto à parte económica e administrativa, será composta das seguintes pessoas : de 1 Director Geral, para cujo lugar nomeio o desembargador Domingos Monteiro de Albuquerque e Amaral, e de 2 segundos Directores, que serão João Guilherme Cristiano Muller[1] e Alexandre António das Neves, sendo o honorário do Director Geral 400$000 réis, e o de cada um dos segundos de 200$000 réis ; do primeiro guarda-livros[2] ; do Administrador, para cujo lugar sou servido nomear o impressor Simão Tadeu, com o honorário do seu predecessor ; e do tesoureiro, para cujo

---

[1] Alemão de origem, humanista distinto e professor de línguas orientais. Por aviso régio de 15 de Junho de 1803 foi nomeado para o lugar do falecido Joaquim da Costa e Sá. Nesse aviso há uma passagem curiosa, que consiste na recomendação, que se lhe faz, e aos demais directores, de que «continuando a promover e zelar os interêsses da Fazenda Rial, se conduzam entre si com a civilidade e dignidade que convêm a deputados da Junta Literária».

[2] Joaquim José Escopezi, que vencia 700$000 réis. Por decreto de 17 de Setembro de 1802 assou êste empregado a ter a denominação de Contador, conservando porêm o mesmo ordenado.

lugar nomeio Marcos Aurélio Rodrigues[1] com 300$000 réis de honorários, os quais todos reünidos em Junta uma vez cada semana, a que presidirá, quando puder, o Presidente do Rial Erário, como Inspector Geral decidirão de todos os negócios económicos e administrativos da mesma Impressão Régia ; e no caso que haja necessidade de providência em que deve intervir nova Rial resolução Minha o Presidente do Erário porá tudo na Minha Rial Presença, para que eu resolva o que melhor convenha ao meu Rial Serviço, praticando o que se ordena no mencionado alvará, parágrafo V, a respeito das disposições interinas que devem ser dadas pelo dito Director Geral e executadas sem perda de tempo. Esta mesma Junta unida com dois professores régios, Custódio José de Oliveira[2], Joaquim José da Costa e Sá[3], o bacharel Hipólito José da Costa[4] e Frei José Mariano da Conceição Veloso, que nomeio para Directores literários, decidirá das obras que devem imprimir-se, da beleza da tipografia ; e os mesmos directores literários ficarão encarregados da tradução das obras que hajam de publicar-se, da revisão das mesmas, e terão os dois professores régios por êste trabalho 200$000 réis em cada ano e ao bacharel Hipólito José da Costa se lhe ficará conservando pelo Erário a pensão de que goza depois da viagem que fez aos Estados Unidos da América.

II. A todos os membros da mesma direcção recomendo a mais exacta observância do que se acha disposto no mencionado alvará, devendo vigiar não sòmente pela prosperidade do estabelecimento que no mesmo alvará lhe são cometidos, mas também fazendo continuar a impressão dos livros e obras, de que se achava encarregada a Casa Literária do Arco do Cego, e particularmente das obras botânicas de Frei José Mariano da Conceição Veloso, assim como fará concluir todas as obras que se acham ali principiadas, e que deverão concluir-se assim como executar-se as outras que possam ser úteis à instrução dos Meus vassalos, e extensão dos conhecimentos de que tanto depende a sua felicidade, procurando também que, para auxiliar tam louváveis fins, se realize a venda dos livros que tem sido publicados na sobredita Casa Literária. E da mesma sorte me proporá pelo Inspector Geral dêste estabelecimento, Presidente do Rial Erário, as mais que julgar conveniente que se publiquem, e tudo o que achar util ao Meu Rial Serviço e bem publico sôbre êste objecto.

III. Hei por bem suprimida a dita Casa Literária do Arco do Cego, a qual mando encorporar com todas as suas oficinas e pertences na Impressão Régia, para cujo efeito a direcção tomará conta do que a mesma tem produzido e do que se acha em ser das despesas feitas, e de quaisquer dívidas

---

[1] [illegible]

[2] [illegible]

[3] [illegible]

[4] [illegible]

que possa haver, para serem pagas pelo cofre da Impressão Régia ; e particularmente terá cuidado na conservação dos artistas ali ocupados, para que não se percam, antes se habilitem mais e se tornem úteis aos fins que intento promover. O presidente do Meu Rial Erário, Inspector Geral da Impressão Régia, o tenha assim entendido e o faça executar com as ordens necessárias não obstante quaisquer leis ou disposições em contrário. — Palacio de Queluz, em 7 de Dezembro de 1801. — Com a rubrica do Príncipe Regente Nosso Senhor.

O fim desta reforma foi sem dúvida louvável, mas não deu depois os resultados que certamente o legislador tivera em vista. A unidade de acção, que durante o tempo de Manescal da Costa residia na fecunda iniciativa, grande actividade e inteligente direcção dêste exímio tipógrafo, e se simbolizara, por assim dizer, na sua figura proeminente, desaparecera quási por completo. Simão Tadeu Ferreira, sucessor de Manescal, não era já o administrador técnico das diversas oficinas da Impressão Régia, com a independência e iniciativa próprias, responsável directo por todos os trabalhos executados ; mas apenas um delegado dos diversos directores e o executor fiel das suas ordens, nem sempre discretas e muitas vezes contraditórias.

Ainda assim alguma cousa fez de bom a Junta Económica e Administrativa[1].

A Casa Literária do Arco do Cego, que o alvará acima transcrito mandara encorporar na Impressão Régia, tinha sido estabelecida, em 1800, a instâncias de Frei Mariano da Conceição Veloso[2],

---

[1] Jácome Ratton, nas suas *Recordações*, refere-se da seguinte forma à Junta Económica :

«Foi o seu lugar (de Miguel Manescal da Costa) substituído por uma Junta de Administração composta de um Director Geral e Conservador, dez Deputados ou Administradores, alêm dos oficiais da Contadoria. Ora por pequenos que fôssem os ordenados dos empregados nesta Junta deviam precisamente absorver grande soma ; e tanto foi assim e tam boa a administração, que em pouco tempo correu já não chegava o rendimento para as despesas ; sem contudo haver melhoramento conhecido, na tipografia, excepto a respeito das cartas de jogar, cuja fábrica se acha encorporada na mesma oficina ; e já nos últimos tempos de minha residência em Lisboa se alcançavam por empenho algumas muito boas».

[2] Frei José Mariano da Conceição Veloso, franciscano da Província da Conceição do Rio de Janeiro, naturalista, sócio livre da Academia Rial das Sciências de Lisboa, faleceu no Convento de Santo António no Rio de

por D. Rodrigo de Sousa Coutinho, Ministro de Estado[1], perto do seu palácio solar, a Arroios. Fôra-lhe dada então a designação de «Tipografia Calcográfica, Tipoplástica e Literária do Arco do Cego»[2].

Frei Mariano da Conceição Veloso, sem dúvida inteligente e activo, veio a exercer todavia na administração da Impressão Régia uma influência bastante perniciosa para os interêsses da mesma Impressão. A publicação de muitas obras suas, originais e traduções, ou a dos escritos dos indivíduos que lhe convinha proteger, sem pessoalmente assumir o encargo das respectivas despesas — que eram enormes, e sem que essas despesas pudessem ao menos justificar-se pelo grande merecimento literário ou reconhecida utilidade das produções dadas á luz, cuja procura era limitadíssima — foi realmente um desastre económico na administração e regular govêrno da Impressão Régia, a qual mais tarde, por diferentes vezes, se viu forçada a vender a pêso, já bastante deteriorados pela acção do tempo e outras causas, muitos dos exemplares dessas obras e folhetos.

Janeiro, a 22 de Junho de 1811, com 60 anos de idade. No *Português*, etc., impresso em Londres, 1815, Outubro 10, vol. III, n.º 18, p. 606, vem esta curiosa referência:

«... E isto que dizemos é fundamentado no grande conhecimento que temos da Impressão Régia, que em tempos do administrador Manescal rendia para a Rial Fazenda avultadas somas, e está hoje, em mãos e poder do famoso Anes, reduzida à maior miséria e abatimento; e o mal já vem de trás. Em tempo do secretário D. Rodrigo, o deputado da Junta da Impressão, Veloso, com a impressão das suas obras miseráveis e com mil desperdícios, que todos, por aviso daquele secretário, foram à custa da Fazenda da Impressão Régia, deu-lhe de perda mais de 100.000 cruzados, como há anos nos informou o feitor Francisco Gomes, e nós por outras vias averiguámos...».

[1] D. Rodrigo de Sousa Coutinho, Conde de Linhares, faleceu no Rio de Janeiro a 26 de Janeiro de 1812. O bacharel José Firmino da Silva Gerades escreveu um *Panegírico histórico da vida e acções do Ill.mo e Ex.mo Conde de Linhares, etc.*.

[2] Fato Moniz, na sessão de 14 de Janeiro de 1823 das Côrtes ordinárias, referindo-se à Casa Literária do Arco do Cego, dizia que se a «Oficina tipográfica, tipoplástica e calcográfica, e toda essa esdrúxula nomenclatura de sua criação» tinha acarretado grandes despesas, também dera muitos lucros, apesar de não ter sido bem administrada.

As conseqüências dos erros e abusos de Frei José Mariano Veloso sentiram-se por muitos anos na economia e disciplina das oficinas da Impressão Régia. No arquivo da Imprensa Nacional existem testemunhos que bem demonstram êste asserto[1].

O decreto de 25 de Janeiro de 1802, inspirado certamente no pensamento da reforma legislada pelo alvará de 1801, prescreve a instituìção duma escola de gravura, cuja direcção devia confiar-se ao célebre artista Francisco Bartolozzi[2] «com o encargo não sómente de executar as obras que lhe fôssem ordenadas pela Direcção Geral da dita Impressão Régia, mas de instruir e ensinar na sua arte as pessoas que para o mesmo fim lhe fôssem propostas». Era arbitrada a Bartolozzi a pensão anual de 600$000 réis, a mesma que perceberia o seu ajudante Gregório Francisco de Queiroz[3], sem dúvida um dos mais hábeis gravadores portugueses que tem havido.

São de estranhar os fundamentos dêste decreto, quanto à escola de gravura. Esta escola já realmente tinha sido criada pelo alvará de 1768, e sempre funcionara, com mais ou menos regularidade, sob a direcção de Joaquim Carneiro da Silva, que, como já se acentuou, era artista de elevado merecimento. Apenas nos últimos anos, parece que por outras necessidades de serviço, Carneiro da Silva fôra menos assíduo na regência da mencionada escola.

O decreto de 24 de Dezembro de 1802 — assinalando os progressos dos estabelecimentos reùnidos, Impressão Régia e Rial

---

[1] Entre outras, pode-se citar o termo, em data de 9 de Novembro de 1811, lançada a fl. 28 do *Livro de deliberações e despachos* dados nas Conferências da Junta Económica.

[2] Franscico Bartolozzi, um dos mais célebres gravadores do século XVIII, nasceu em Florença (Nagler diz que foi em 1730). Discípulo de José Wagner, não tardou em excedê-lo. Vivia em Veneza, donde fôra para Milão, trabalhando aqui algum tempo ; depois passou a Inglaterra em 1764, e fixou residência nas imediações de Londres, dando então à estampa um grande número de gravuras a água-forte, buril e *pointillé*. A pureza do seu desenho e a finura da execução fizeram com que as suas obras fôssem muito procuradas. Em 1802, atraído por D. Rodrigo de Sousa Coutinho, veio para Lisboa, onde dirigiu a escola de gravura da Impressão Régia. Faleceu nesta última cidade a 1 de Abril de 1815 (Nagler assevera que morreu em 1813), com 88 anos de idade.

[3] Nasceu em 4 de Janeiro de 1768 e faleceu em Lisboa a 29 de Abril de 1845.

Fábrica de Cartas, «devendo-se esperar a última perfeição assim do tempo, como da experiência e das discretas medidas da Junta», e «desejando dar a todos favor, e em consideração do insigne professor Bartolozzi, que com o seu muito aproveitado discípulo Gregório Francisco de Queiroz se acham empregados no meu rial serviço, e para dar juntamente um testemunho manifesto da minha Rial benevolência — concedia a todas as pessoas que se empregassem na Impressão Régia as mesmas faculdades e isenções que pelos alvarás de 31 de Julho de 1769 e de 6 de Agosto de 1770 foram concedidas a favor dos empregados da Rial Fábrica das Cartas de Jogar.

O decreto de 19 de Abril de 1803 concede à Impressão Régia o privilégio privativo e exclusivo de que só nela se possam imprimir todos e quaisquer papéis volantes do tráfego económico civil e mercante do uso diário e outros mesteres, devendo ser sempre revistos e aprovados pela Junta Literária da mesma Impressão Régia antes de se imprimirem[1].

Por aviso régio da mesma data (de 19 de Abril de 1803) foi ainda determinado que todos os papéis periódicos, fôlhas volantes e temporárias, tanto nacionais como estrangeiras, sem exceptuar as *Novelas Eclesiásticas*, de Utrech, que fôssem apresentados na Impressão Régia para se darem à luz, aceitos e distribuídos pelo director geral para a devida censura, logo que fôssem examinados e relatados na Junta e por esta aprovados «se pudessem imprimir sem dependência doutra qualquer censura ou faculdade»; mas

[1] O catálogo dos papeis que deviam ser impressos privativa e exclusivamente na Régia Oficina Tipográfica, constava da seguinte lista: registo para uso de todas as contadorias nas diversas repartições, tanto civis, como militares ou eclesiásticas, mapas ou letras para uso das sobreditas repartições, passaportes, conhecimentos em todas as línguas, tanto impressos, como de chapa, escritos ou obrigações de compra e venda, bilhetes para compra de vinhos, e outros quaisquer com estes mesmos termos, cartas circulares mercantes, e em diferentes línguas, apólices de seguros de mar e terra, letras de risco, listas de preços para leilões públicos e particulares, procurações bastantes, diários de derrota para uso da marinha, editais, listas de navios, notícias e outros quaisquer papeis de semelhante natureza, e pelo volver dos anos se fizerem necessários.

recomendava à mesma Junta que não concedesse a sua aprovação aos escritos que fôssem de encontro à fé católica e moral cristã, ou leis do reino, e deixando ao juízo do público o avaliar a parte que pertencesse à literatura e à sciência. Êste aviso dizia-se inspirado no desejo de beneficiar a Impressão Régia e promover os progressos da literatura nacional.

O aviso e instruções de 16 de Abril de 1806 parecem ir de encontro à concessão do privilégio de impressão consignado no decreto de 1803, porquanto refere-se à remessa para as terras do reino dos exemplares impressos das leis, alvarás, ordens circulares, editais e outros diplomas e papéis que houvera de publicar-se à medida que forem saindo da impressão, de qualquer repartição ou tribunal de que emanem, os quais impressos deverão ser pagos pelo justo preço nas «oficinas tipográficas onde se imprimirem», etc.

Mas o decreto de 9 de Janeiro de 1808, promulgado pelo Conselho da Regência, acentua e alarga ainda mais a concessão do privilégio que disfrutava a Impressão Régia, determinando que todas as leis — alvarás, decretos, editais, avisos e outras quaisquer ordens que houvessem de entrar nas colecções da legislação — deveriam ser exclusivamente impressas e reimpressas, de então em diante, na Impressão Régia, entrando no número das reimpressas ainda aquelas que houvessem saído doutras oficinas. Suscitava-se ainda a mais ampla e rigorosa execução do disposto no decreto de 19 de Abril de 1803. Dava-se como razão desta providência o estado menos próspero das receitas da Impressão Régia e da Rial Fábrica de Cartas, por circunstâncias que haviam ocorrido.

A harmonia existente entre a administração da Impressão Régia e a escola oficina de gravura, dirigida por Bartolozzi e Queiroz estava bem longe de ser regular e proveitosa. As desinteligências por vezes manifestadas entre uma e outra deram certamente lugar à publicação do decreto de 21 de Dezembro de 1805, pelo qual ficou a aula de gravura isenta de toda a acção fiscal da Junta da Impressão Régia e únicamente sujeita à inspecção nominal do Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra e Estrangeiros. O pretexto alegado para esta determinação oficial

foi achar-se a Junta «muito sobrecarregada de trabalho para poder promover e adiantar, como era conveniente, êste estabelecimento que necessitava de vigilância e protecção mais eficaz». Entretanto à Impressão Régia ficava ainda o encargo de custear as despesas da oficina de gravura, com a qual veio afinal a despender até 20 de Janeiro de 1809 a quantia de 13:410$540 réis.

O decreto de 15 de Julho de 1802, mandando edificar na vila de Alenquer, junto à ponte da Couraça, entre o rio e o moinho denominado «de El-Rei», uma fábrica «de todas as melhores qualidades» de papel, obedecia ainda ao elevado intuito de engrandecer a Impressão Régia e de acentuar cada vez mais a sua utilidade. Para ocorrer às despesas que demandava tam importante medida saíram do cofre da Impressão Régia ou do Erário as somas precisas, que perfizeram a importância de 30:408$507 réis.

A fundação desta fábrica não correspondeu, infelizmente, ao fim que se tivera em vista, pois que a sua laboração foi medíocre e a sua existência quasi efémera. Na Impressão Régia, provenientes da fábrica de Alenquer, deram apenas entrada alguns centos de resmas de papel, que por sinal não primava pela sua boa manufactura; e a fábrica, que tinha sido obrigada a encerrar as suas portas por causa da invasão francesa, foi depois quási inteiramente destruída. Assim se consumiram improdutivamente quantiosas somas, tanto do Estado, como dos sócios que constituíam a companhia administradora.

A Junta Económica, logo que assumiu a direcção da Impressão Régia, tratou de providenciar para que se procedesse sem demora à reforma dos tipos e vinhetas, de que muito carecia a oficina tipográfica da mesma Impressão Régia; êsses tipos tinham sido gravados, na sua grande maioria, na respectiva oficina do estabelecimento, e o seu uso tinha sido constante até então, devendo por isso estar bastante deteriorados. Era natural também que, na parte artística, êsses caracteres já não pudessem airosamente colocar-se a par dos caracteres fundidos em outros países mais adiantados. Não dispondo doutro recurso imediato, a Junta fez aproveitar desde logo, para o serviço de composição da Impressão

Régia, as boas colecções de tipos fundidos na excelente oficina de Didot que existiam na Casa Literária do Arco do Cego e tinham sido transportados para a Impressão Régia. Resolveu tambêm a Junta dar as precisas ordens e instruções para que se concluíssem todos os punções gravados nos últimos tempos.

Com estas acertadas medidas se fizeram preencher novas séries de letras, cuja necessidade era evidentíssima.

Ainda no tempo da administração da Junta foi o material tipográfico da Impressão Régia enriquecido com grande cópia de caracteres de origem inglesa, os quais se obtiveram, por troca doutros aqui fabricados, do quartel general do exército britânico ; e ainda, por igual processo, se fez a aquisição dos primeiros prelos de ferro, sistema Stanhop, que existiram em Portugal, cedendo-se ao mesmo quartel general britânico pequenas prensas de madeira, que, pelo seu pêso relativamente pequeno, melhor convinham à impressão das ordens de serviço dum exército em campanha.

Dos registos da Impressão Régia consta que se imprimiram, de 1801 a 1810, 331 obras (livros e folhetos), o que dá a média de 36 por ano. Nem todas foram decerto cuidadosamente executadas, e mesmo no seu conjunto, a despeito da inegável melhoria de tipos, não acusam notável superioridades sôbre as impressas no tempo de Manescal ; mas nessas obras há bastantes trabalhos tipográficos muito de elogiar. As *Tábuas para o cálculo das longitudes geográficas*, o *Dicionário da língua Bunda*, de Frei Bernardo Maria de Cannecattim, as *Gramáticas das línguas indostânica e marata*, a *Flora Lusitana*, do Dr. Avelar Brotero, e o *Missal* e *Breviário Romano*, são obras que, pela sua especialidade ou excelente execução tipográfica, muito se destacam e apreciam.

A direcção técnica das oficinas de composição e impressão, após a exoneração de Simão Tadeu Ferreira[1], fôra confiada a Antó-

---

[1] Atendendo ao que por seu requerimento me representou o Administrador da Impressão Régia Simão Tadeu Ferreira, em que pedia lhe aceitasse a demissão daquele emprêgo pelo julgar superior às suas fôrças : Hei por bem aceitar a dita demissão, ordenando ao Director Geral que proceda imediatamente a tomar conta ao sobredito Simão Tadeu Ferreira de todos os objectos que estavam a seu cargo. E tendo por mais conveniente que fique por ora suprimido o referido lugar, sou servido ordenar que os

nio José da Guerra, a quem nos últimos anos se dera por ajudante o compositor Francisco José Gomes Ribeiro[1].

A fábrica das cartas de jogar, anexa à Impressão Régia, e donde provinham os melhores rendimentos, merecia, por isso mesmo, à Junta Económica um especial cuidado e uma atenção mais demorada. Para dirigir a sua laboração e introduzir-lhe os melhoramentos indispensáveis foi chamado João Luís Weber, artista de origem suíssa, ao qual o aviso régio de 18 de Julho de 1803 mandou abonar a gratificação de 200$000 réis. O contramestre era Ângelo Bissum. Mas quem mais se distinguíu, pela sua vontade e esforços, na manufactura das cartas, foi o antigo oficial João Sacomano, depois mestre, que estava empregado na fábrica desde 1774.

Para fazer face à elevação excessiva que tinha atingido o custo das matérias primas, especialmente do papel, que de 1$500 réis subira a 6$400 réis a resma, a Junta Económica solicitou, em 26 de Março de 1805, lhe fôsse permitido alterar os preços de venda das cartas de jogar, os quais passariam então a ser de 150 réis cada

---

Deputados da Junta Literária da mesma Impressão Régia, o padre frei José Mariano da Conceição Veloso, Custódio José de Oliveira e Joaquim José da Costa e Sá fiquem exercendo todas as obrigações e encargos anexos ao lugar de Administrador, tendo debaixo das suas ordens os oficiais da mesma Impressão Régia, e a Junta lhes nomear para o sobredito fim, e debaixo da mais exacta contabilidade, de que darão rigorosas contas todas as semanas na referida Junta, o que assim se ficará praticando emquanto sôbre tal objecto não dou ulteriores providências, que fixem toda a ordem dum tam importante estabelecimento. D. Rodrigo de Sousa Coutinho, do Conselho do Estado, Presidente do Meu Real Erário e Inspector da Impressão Régia, o tenha assim entendido e faça executar. — Palácio de Queluz, em 5 de Abril de 1803.

[1] Em 5 de Fevereiro de 1810, o Director literário Custódio José de Oliveira, que estava então exercendo a superintendência e administração da tipografia, propôs que fôsse chamado para a dirigir Manuel Ferreira Bertoldo, irmão de Simão Tadeu. Esta proposta, combatida energicamente por Alves da Costa, não teve seguimento. Tanto o relatório justificativo da proposta como a exposição de quem a combateu acham-se reünidos a fl. 18 do *Livro das deliberações e despachos dados nas Conferências da Junta Económica e Literária*, e são a mais evidente prova da desarmonia que lavrava no seio daquele corpo colectivo e apressou a sua extinção.

baralho no continente do reino e de 200 réis nos domínios ultramarinos, incluídas as comissões aos administradores e estanqueiros. Em 15 de Maio de 1810 requereu novamente a Junta Económica, embaraçada pela falta de papel, que lhe fôssem entregues 2 :000 resmas de papel que existiam no Erário Régio, sem emprêgo imediato.

A receita da Impressão Régia nos anos de 1803 e 1810 (segundo e último da gerência da Junta Económica) foi a seguinte :

	1803	1810
Tipografia	20 :476$385	15 :804$794
Fundição de tipos	274$915	120$100
Fábrica de cartas	16 :356$759	28 :607$785
	37 :108$059	44 :532$679

O pessoal da Impressão Régia e repartição anexas elevava-se em 1810 a 98 indivíduos.

III

1811—1833

O decreto de 21 de Maio de 1810 consigna a segunda reforma administrativa por que passou a Impressão Régia. A Junta Económica, que durante 9 anos de gerência não se notabilizara por manifestos actos de bom regime económico nem por notórias acções de engrandecimento artístico, dando pelo contrário provas negativas do seu zêlo, tino e escrúpulo, ia desaparecer sem deixar de si lembrança muito lisonjeira. O decreto citado está redigido nestes termos:

Tendo constado na Minha Rial Presença que a Administração da Impressão Régia tem chegado a um grande abatimento, mui diferente da prosperidade a que se tinha elevado durante o tempo em que a regeram os dois primeiros administradores; e que da instituìção das Juntas da Direcção e da interina de Administração, criadas pelos meus Riais decretos de 7 de Dezembro de 1801 e 5 de Abril de 1803, não resultaram as vantagens a que me propus na sua criação, antes em todo o tempo, em que tem existido, se tem conhecido atrasamento no progresso das artes relativas a êste estabelecimento literário e nos lucros e rendimentos que dantes percebia a Minha Rial Fazenda; e sendo de esperar, pelo experienciado passado que da renovação e instauração do antigo sistema de administração nascerá melhor ordem no adiantamento e perfeição da Impressão Régia, e muito maior proveito dos interêsses da Minha Rial Fazenda: sou servido, revogando os mencionados decretos de 7 de Dezembro de 1801 e de 5 de Abril de 1803, extinguir as Juntas por êles criadas, ficando os membros delas com a metade dos ordenados que percebem; e nomear para administrador geral a Joaquim António Xavier Anes da Costa, debaixo da inspecção do director geral do meu Rial Erário, que estabelecerá as reformas, ordenados e regulamentos que parecerem necessários, propondo-nos para eu deliberar o que convier ao Meu Rial Serviço.

Os Governadores do Reino de Portugal e dos Algarves o tenham assim entendido e o façam executar. Palácio do Rio de Janeiro, em 21 de Maio de 1810.

O aviso de 20 de Agosto de 1810 ordenava que o administrador geral passasse imediatamente a tomar conta da Impressão Régia e

a mandar fazer os inventários respectivos, autorizando-o tambêm a proceder a «todos os arranjos, mudanças e melhoramentos que julgasse convenientes ao bem do serviço, aumento da Fazenda e prosperidade, tanto da tipografia, gravura e fundição, como da Rial Fábrica das Cartas de Jogar, pondo tudo na melhor arrecadação possível, debaixo da mais severa e prudente economia». Permitira igualmente, e como medida provisória, que o mesmo administrador geral continuasse a pagar as férias dos operários e a satisfazer as despesas mais urgentes, emquanto se não providenciasse acêrca do lugar de tesoureiro, para o qual foi nomeado depois, por aviso de 27 de Setembro de 1810, Luís Torcato de Lemos e Figueiredo.

A nomeação do antigo tesoureiro da Junta Económica, Anes da Costa, para o lugar de administrador geral, era realmente acertada, porque de todos os membros da mesma Junta fôra êle o que dera melhores provas de capacidade administrativa e o que mais zeloso se mostrara dos serviços e interêsse da Imprensa Régia. É provável que Anes da Costa não fôsse absolutamente estranho ao decreto que deu por finda a missão da Junta Económica, informando antes o Govêrno de quaisquer irregularidades cometidas por alguns dos seus colegas e da pouca ou nenhuma coesão que se dava na acção administrativa da referida Junta; e até é lícito supor que a sua nomeação para administrador geral o não viesse surpreender grandemente[1].

De resto, os membros da extinta Junta não ficaram muito mal colocados quanto à sua situação económica. Alêm de metade do

[1] A solicitude de Anes da Costa como administrador geral da Impressão Régia é honrosamente atestada por muitos documentos registados nos livros respectivos que se guardam no Arquivo da Imprensa Nacional. Êsses documentos, que o autor dêste modesto trabalho não teve tempo de examinar, são citados e enumerados por Pereira e Sousa, antigo contador da Imprensa Nacional, num interessante estudo que publicou sôbre a mesma Imprensa Nacional. São os seguintes: Providências internas para a fábrica da fundição de tipos de 2 de Setembro de 1814; Regulamento provisional para a mesma fundição, de 1 de Agosto de 1815; Adicionamento ao dito, de [illegible] de Dezembro de [illegible]; Instruções provisionais para os oficiais, aprendizes e mais empregados nos trabalhos da Real Fábrica das Cartas, de 2 de Janeiro de 181[illegible]; Instruções provisionais para se observar na oficina tipográfica e casa do alçado, de 5 de Maio de 1818.

ordenado que todos perceberiam, a alguns foram ainda concedidos outros benefícios pecuniários.

O aviso de 26 de Setembro de 1810 determinava que ao desembargador Domingos Monteiro de Albuquerque Amaral continuasse a abonar-se-lhe o ordenado de 300$000 réis anuais, como juiz conservador da Rial Fábrica das Cartas; que ao professor Custódio José de Oliveira se pagasse a pensão de 200$000 réis, além de metade do ordenado; e ao administrador geral fôsse satisfeito o mesmo vencimento que tiveram Manescal da Costa e Simão Tadeu Ferreira, isto é, 600$000 réis anuais. Êste vencimento foi sucessivamente elevado a 750$000 réis por aviso régio de 4 de Março de 1812, e a 1:000$000 réis por decreto de 21 de Maio do mesmo ano.

O aviso régio de 5 de Maio de 1811, «com o fundamento de que devia restabelecer-se em tudo a antiga forma da administração», determinou que o administrador geral passasse a assistir no recinto do estabelecimento e na casa em que habitara o director geral Nicolau Pagliarini.

Desta forma o administrador geral ficou concentrando em si toda a acção governativa, tendo por ajudantes o director da tipografia, com quem dirigia os trabalhos de impressão, e um tipógrafo encarregado de tomar conta das obras e fazer o devido expediente.

O serviço de contabilidade e fiscalização continuou a cargo da Contadoria, que se compunha de um contador, o velho empregado Joaquim José Escopezi, um primeiro escriturário, um segundo dito, um praticante e um tesoureiro. Por decretos de 27 de Maio e 2 de Junho de 1818, falecido Escopezi, a Contadoria teve a seguinte organização definitiva:

1 contador fiscal, escrivão da receita e despesa (Francisco de Paula Ferreira), com 800$000 réis anuais[1];

1 oficial-maior (José Maria Tavares), com 600$000 réis;

---

[1] O contador-fiscal, além dos emolumentos provenientes da concessão de licenças aos estanqueiros das cartas de jogar, vencia mais, por aviso de 10 de Setembro de 1818, a pensão anual vitalícia de 240$000 réis, e por portaria de 8 de Janeiro de 1783, continuada pela de 8 de Junho de 1819, mais 36$000 réis para casa.

1 segundo escriturário (Augusto Zacarias Loforte), com réis 350$000[1];

1 terceiro escriturário (Bartolomeu da Nóbrega Baldaque), com 250$000 réis;

1 tesoureiro (Luís Torcato de Lemos e Figueiredo), com réis 300$000.

Logo que tomou posse do seu novo cargo, o primeiro cuidado do administrador geral Anes da Costa foi de inquirir minuciosamente do estado de todas as oficinas e armazêns, exame que lhe deu o convencimento de que muito havia a atender e a reformar. Como medida primordial, encarregara o primeiro escriturário Francisco de Paula Ferreira de proceder a um rigoroso inventário, tendo por coadjuvantes Joaquim Alberto de Passos, fiel da fábrica das cartas, António José da Guerra, primeiro ajudante da administração, e Vitorino José Luís Moreira da Guerra, fiel do armazêm e casa da venda. Êsse inventário, concluído em 3 de Setembro de 1810, revelou a existência de valores na totalidade de 175:074$423 réis[2].

Anes da Costa propôs depois várias providências tendentes a estabelecer a boa ordem e disciplina das oficinas, as quais tiveram

---

[1] O segundo escriturário Heliodoro José da Gama fôra, por decreto de 2 de Junho de 1818, aposentado com o ordenado de 300$000 réis, em atenção à sua avançada idade e moléstias e a ter mais de 40 anos de bons serviços.

[2] Eis, em resumo, os valores por êsse inventário verificados:

Livros, leis e mais impressos	63:700$788
Móveis da Impressão Régia	9:502$145
Papel em branco	2:330$820
Chapas gravadas	14:010$200
Dívidas activas pertencentes à Impressão Régia	7:125$504
Letras, móveis e materiais da fábrica da fundição de letra	33:880$630
Cartas de jogar fabricadas, móveis e materiais da fábrica respectiva	13:351$377
Dívidas activas pertencentes à dita fábrica	9:258$574

Segue

plena aprovação das estações superiores e foram mandadas pôr em execução por avisos régios de 6 de Dezembro de 1810 e 31 de Dezembro de 1811.

Evidenciando bem a cuidadosa gerência do novo administrador geral, a receita efectiva da Impressão Régia elevara-se, nos anos de 1811 a 1815, à média anual de 56 :463$237 réis, dos quais 30 :701$541 réis pertenciam à Rial Fábrica das Cartas. Em vista dêste estado próspero, resolvera e pôde Anes da Costa prover abundantemente de papel e outros materiais os depósitos e armazêns que encontrara quási de todo exaustos, como também acudir, sem sacrifício, à despesa de muitos impressos mandados fazer por ordem do Govêrno, e que êste não pagara, entrando ainda no Erário Régio com a avultadíssima soma de 42 :790$127 réis, por conta do privilégio das cartas de jogar.

O edifício da Impressão Régia, não obstante os reparos e ampliações que por vezes havia tido e cuja despesa andava por cêrca de 16 :000$000 réis, não dispunha já da capacidade que o desenvolvimento progressivo das oficinas e armazêns do estabelecimento imperiosamente reclamava. Para se dar solução e remédio a êste grave inconveniente, representou Anes da Costa às estações superiores, em 10 e 1 de Setembro de 1814, alvitrando a compra do edifício, para se lhe fazer depois todas as obras convenientes e necessárias. Mas só muito tarde, por portarias dos governadores do reino de 20 de Fevereiro de 1816, é que se mandou lavrar a escritura da compra para o Estado do «edifício, casas e terrenos adjacentes pela pensão anual de 500$000 réis, e as bemfeitorias descritas no termo de avaliação, pelo preço de 4 :800$000 réis, com a declaração de que a dita pensão será sempre considerada censo perpétuo e não fôro».

Eram evidentes as vantagens provenientes da resolução dêste negócio, que Anes da Costa apressara o mais que lhe tinha sido

---

Dinheiro existente no cofre, pertencente ao pagamento dos prédios de Alenquer	7 :709$161
Dito pertencente à Impressão Régia e suas dependências	13 :213$990
	175 :074$423

possível ; mas, apesar disso, ainda não satisfeito de todo, em ofício de 23 de Março, dando parte ao presidente do Rial Erário de se haver lavrado a competente escritura, dizia o seguinte : «Está concluída esta utilíssima transacção, mas para que a Fazenda de Vossa Alteza Rial tire dela maior vantagem cumpre agora resgatar-se aquele censo. Vossa Alteza Rial tem mandado vender, em benefício do Estado, os bens e terras da Coroa, e dêstes bens podem dar-se ao administrador da casa tantos moios de semeadura quantos forem suficientes para o resgate do dito censo, com a obrigação de cultivar ou aforar as terras ; ficando dêste modo a Fazenda livre daquele ónus, o administrador do morgado talvez mais satisfeito, e aproveitada a agricultura». Êste pensamento, tam claramente enunciado, era dum grande alcance administrativo ; mas nem Anes da Costa o pôde pôr em prática, como o não puderam realizar os seus sucessores.

A portaria de 23 de Março de 1816 determinou que, pela Repartição das Obras Públicas, se procedesse no edifício da Impressão Régia à execução das obras que o administrador geral achasse necessárias, «devendo o cofre da Impressão Régia entrar no Erário com as somas que fôsse possível, sem prejuízo do giro dos seus trabalhos e transacções, nem atraso dos pagamentos que tinha obrigação de fazer». Essas obras, cuja despesa subira a mais de réis 5 :000$000, melhoraram bastante as condições do edifício. Já muito antes havia Anes da Costa solicitado as obras necessárias para o encanamento de uma pena de água do aqueduto próximo, e que bem preciso era para regular a laboração das diversas oficinas ; essas obras foram autorizadas por portaria de 22 de Junho de 1803. A respectiva despesa não foi além de 200$000 réis, e não podia ser mais proveitosa, pois que anteriormente o consumo da água regulava por 25 a 30 barris diários, que custavam anualmente 100$000 a 120$000 réis[1].

Anes da Costa mandou também executar nas oficinas do Rial Arsenal do Exército 12 prelos de ferro e bronze, segundo os mode-

[1] Data da gerência de Anes da Costa a aquisição duma excelente bomba para acudir de pronto a qualquer incêndio que se manifestasse no edifício da Impressão Régia e anexos. Esta bomba, que fôra comprada à Intendência das Obras Publicas, existia ainda em [illegible], pôsto que profundamente modificada.

los que já possuía a Impressão Régia e de que tirava bom resultado a sua oficina tipográfica.

O respectivo fabrico começou em Agosto de 1814 e terminou em Junho de 1815. Êsses prelos funcionaram regularmente por muitos anos e sem grande desvantagem ao lado dos prelos de origem inglesa. Custaram à Impressão Régia 1:277$455 réis.

O seguinte ofício, dirigido por Anes da Costa ao Marquês de Borba, presidente do Rial Erário, derrama bastante luz sôbre a gerência do então administrador geral da Impressão Régia e constitui sem dúvida um documento muito interessante para a história da Imprensa Nacional:

Ofício n.º 3 — Il.^mo^ e Exmo Sr. — Tenho a honra de pôr nas mãos de V. Ex.ª, para subir à soberana presença de El-Rei Nosso Senhor, o balanço da entrada e saída do cofre da Impressão Régia do ano próximo passado de 1818, cujo saldo é inferior ao de 1817 na quantia de 3:581$012 réis, tendo já o de 1817 sido inferior ao de 1816 na de 1:956$088 réis, e êste ao de 1815 na de 2:511$473 réis, assim como êste último foi inferior ao de 1814; de cuja progressiva diminuìção me cumpre apresentar os motivos, que são inquestionàvelmente os seguintes:

1.º A grande despesa que se faz anualmente com obras e impressos por ordens das Secretarias do Estado, Tribunais, Repartições e autoridades, que por abuso se não pagam, contra o que antigamente se praticava, importanto as dêste ano em 3:615$130 réis; o que pouco a pouco vai absorvendo a substância da Impressão Régia.

2.º A despesa que se fez com o defunto Bartolozzi, aula de gravura e seu substituto, actualmente mestre, e que ainda continua na pessoa dêste último, despesa que deverá ser feita pelo cofre do subsídio literário, e na do discípulo do mesmo Bartolozzi, Francisco Tomás de Almeida, que continua a receber pela Impressão Régia o que devera receber pela Tesouraria-Mor do Erário Régio, por onde cobram os outros seus colegas; importando a que se tem feito até o presente na quantia de 36:077$590 réis.

3.º O dinheiro que se tirou para a compra das bemfeitorias do palácio, concertos e obras indispensáveis que nele se fizeram, cuja saída estreitou o giro do seu comércio e por conseqüência dos seus ganhos, consistem pela maior parte nas repetidas saídas e entradas dos fundos com os seus competentes lucros.

4.º A proìbição das cartas de jogar para a América, Ásia e África, o que reduziu a menos de metade o rendimento desta Rial Fábrica.

5.º A imensidade das cartas de contrabando, que desaforada e impunemente giram por toda esta cidade e Reino, o que provêm tanto do des-

prézo em que os Ministros e Justiças tem o Alvará e condições de 21 de Julho de 17[illegible], iludindo as deprecadas dos administradores e negando-lhes os auxílios que lhes pedem para fazerem as buscas e darem os varejos determinados no dito Alvará, como da protecção que os contrabandistas encontram neles e nos particulares; o que tudo tem reduzido o consumo das cartas de 28:[illegible] maços, que em outro tempo se vendiam, a 12:[illegible] em 1817 e a 1[illegible]:41[illegible] no de 1818.

6.º E finalmente à falta geral de numerário e decadência do comércio, pois que a venda dos impressos e mais efeitos da Impressão Régia anda por muito menos de metade do que era dantes.

À vista do exposto, já V. Ex.ª vê que a Impressão Régia, para a sua conservação e aumento, carece de providências que não cabem nos limites do meu poder.

V. Ex.ª sabe muito bem, e é justo que também chegue uma vez ao imediato conhecimento de Sua Majestade, que eu tenho feito, com notório abandono dos meus interêsses e desprêzo total da minha arruinada saúde, por bem da Impressão Régia, tudo quanto pode caber em fôrças humanas: que contra a espectação de todos a tirei do empenho e descrédito em que a achei: e a reformei, ou para melhor dizer, regenerei e regulei em todas as suas partes à fôrça de estudo, meditação e do mais insano trabalho, conseguindo elevá-la à sua maior prosperidade, grandeza e consideração; lutando sempre com invasões, guerras e mais calamidades produzidas pelas circunstâncias de tam mesquinhos e desgraçados tempos!

V. Ex.ª sabe que, apesar de tudo, tenho entrado no Erário, em dinheiro efectivo, com a quantia de réis.	72:736$577
Que tenho despendido com impressos para as Secretarias do Estado, Tribunais, Repartições e autoridades, que o Erário devia pagar, a quantia de.	13:550$410
Que tenho empregado em obras para o fundo da casa	28:978$620
Com a *Arte* dos Padres de Mafra.	2:046$960
Com a obra de Brotero	2:[illegible]$005
Com máquinas, móveis, utensílios, punções, matrizes e letra fundida de novo	35:[illegible]$[illegible]
Com a compra, obras e bemfeitorias do palácio.	9:167$275
Com o defunto Bartolozzi[illegible], seu substituto, sucessores e discípulos até o fim do ano passado de 1818, depois que entrei para a Impressão Régia	25:[illegible]$[illegible]
O que tudo importa no meu tempo na quantia de	18[illegible]:[illegible]$5[illegible]7

V. Ex.ª sabe que reformei a fábrica das cartas, reduzindo a mão de obra à perto de metade do que dantes importava, por meio de simples, [illegible] e bem [illegible]. Que criei um método de fazer [illegible] de [illegible] para consumo da Fábrica, onde com muita economia se [illegible] até o fim do ano de 1817, em que parou por falta de [illegible], mas que já trabalha. Que criei, estabeleci e regulei uma pequena fábrica de gravar punções e justificar matrizes, o que nunca

pôde conseguir-se em Portugal, e isto com tal jeito que até o carpinteiro da casa as justifica perfeitamente, e com mais expedição do que o oficial nisso empregado, reduzindo a um sistema e ordem a Fábrica de fundir os tipos, segundo os princípios da Docimástica com a economia que V. Ex.ª sabe e com o êxito que se vê dos impressos que se tem feito com a nova letra. Que depois de ter conseguido com muito trabalho a vantajosa compra do palácio, dirigi as obras e concertos que nele se fizeram com tal economia que importaram em menos de metade da soma em que foram orçadas ; e com tanta reflexão e acêrto que, em uma obra de tanta extensão e tam complicada, nada foi preciso desmanchar-se depois de feito ; restando-me a duplicada satisfação de ver os próprios da casa enriquecidos com um predio de 72 :800 palmos volvendo (?) mais de 50 :000$000 réis adquirido com a quantia de 24 :044$848 réis, incluído o fundo de 100 :000$000 réis correspondente ao censo de 500$000 réis, que a Impressão Régia ficou obrigada a pagar anualmente ; e de presenciar que todos, nacionais e estrangeiros, admiram a ordem com que, em uma só galeria, trabalham muito à vontade 12 prelos de bronze feitos em Lisboa, 2 de ferro em Inglaterra, que serviram de modelos, e 10 de madeira dos que existiam na oficina ; e na galeria que se segue 50 cavaletes cheios de caixas, todos cobertos com tampas, e com portinholas pela frente, em que trabalha o mais de 40 oficiais e aprendizes. E finalmente que, podendo mandar imprimir à minha custa em qualquer oficina particular e vender por minha conta as obras do famoso Lobão, de cujos originais me fez presente só com a condição de lhe dar alguns exemplares depois de impressos, eu as cedi à Impressão Régia, e constituem hoje um dos seus principais rendimentos[1].

Tendo mostrado nesta curta e fiel narração uma pequena parte do que tenho feito pela Impressão Régia, e suas dependências, e que não cabem no meu poder as providências necessárias à sua conservação e aumento, resta-me propor as que me parecem indispensáveis e que, a meu ver, não envolvem inconvenientes :

1.ª Que se confirme o determinado na portaria junta de 13 de Fevereiro de 1812, declarando-se que fica privativa da Oficina Régia a impressão e venda de todos os papéis mencionados, que vem a ser todos aqueles de que se usa e para o diante se usar nos corpos da 1.ª, 2.ª e 3.ª linha de que se compõe o exército português ; debaixo das penas nelas cominadas aos transgressores ; pois que o Estado arbitrou, deu e continua a dar aos oficiais uma certa quantia para a compra dos mapas e papéis de que se lhes manda usar ; parecendo-me justo que o que a Fazenda lhes presta para aquele fim torne a entrar para a mesma Fazenda pela Impressão Régia.

2.ª Que se ordene às Secretarias de Estado, Tribunais, Juntas, Repartições e autoridades, tanto civis como militares, que mandem impreterí-

---

[1] No armazém de livros e impressos da Imprensa Nacional existe ainda um grande fundo das obras de Manuel Maria de Lobão, cuja colecção se compõe de 32 volumes, alguns dos quais já reimpressos por diversas vezes. Essas obras ainda hoje (1912) são bastante procuradas, constituindo por assim dizer uma permanente fonte de receita.

velmente imprimir tudo aquilo do que precisarem para o Rial Serviço à Impressão Régia, que incluam o seu importe nas fôlhas das suas despesas, e que lho paguem logo que receberem o seu importe; ou que lhe seja levada em conta no pagamento da pensão das cartas de jogar, como em outro tempo se praticava; ou finalmente que esta se diminua com proporção à diminuïção de metade do seu rendimento, causada pela proibição delas para o reino do Brasil e domínios ultramarinos.

3.ª E finalmente se ordenem aos Ministros e justiças a mais rigorosa observância e comprimento do sobredito alvará e condições de 31 de Julho de 1769. É o que por ora tenho de oferecer à consideração de V. Ex.ª suplicando, por bem dêstes úteis estabelecimentos, haja de dirigir à augusta presença de Sua Majestade, para que o mesmo Senhor se digne de dar as providências que proponho, ou as que forem do seu Rial agrado.

Impressão Régia, em 25 de Janeiro de 1810. — O Administrador Geral, *Joaquim António Xavier Anes da Costa.*

No ofício que o Marquês de Borba dirigiu ao ministro Francisco António de Vila Nova Portugal, acompanhando o ofício, que remetia, de Anes da Costa, asseverava que os serviços prestados pelo administrador geral à Impressão Régia eram ainda mais numerosos que os mencionados pelo mesmo administrador no seu ofício.

Fr. Claudio da Conceição, no seu *Gabinete Histórico*, tece grandes elogios à maneira por que foram conduzidos os negócios e serviços da Impressão Régia no decénio de 1810 a 1820, de cujos resultados felizes faz uma lisonjeira exposição. Afirma que fôra no decurso dos dez anos anteriores ao de 1820 que a Impressão Régia e a Rial Fábrica das Cartas chegaram ao auge de prosperidade a que jamais tinham atingido. Fôra nesse período de tempo que a Administração Geral pudera comprar, por censo anual de 500$000 réis, o palácio e mais pertences, casas e terreno, sem o mínimo auxílio do Erário; que se fizeram os concertos necessários e que tudo se tornara próprio aos fins para que fôra comprado. Fôra ainda nesse período que se tinham adquirido os prelos à Stanhop, gravado tantos jogos de punções, cravado e justificado tantas matrizes, que serviram depois para as fundições reclamadas pelas necessidades da Impressão Régia e ainda de muitas oficinas particulares; e se reformara o tabuco das cartas, de forma a acusar um notável progresso. Finalmente fôra nesse período de tempo que a Administração Geral tinha entrado no Erário com a quantia de 64:025$400 réis.

Ainda em ofício de [illegible] de Janeiro de 1820, dirigido ao presidente do Real Erário, justamente se ufana Anes da Costa de ter conse-

guido a conclusão e adiantamento dalgumas séries de caracteres ordinários, que podiam competir em elegância com os melhores que então se conheciam. Não faltavam felizmente gravadores, entre os quais se destacava Manuel Rodrigues Viana, que sem dúvida se podia classificar de artista de primeira ordem[1].

O antigo mestre da fundição, Francisco José Rodrigues Portugal, que estava decrépito e impossibilitado portanto duma acção eficaz, fôra substituído na direcção da oficina, por ordem de Anes da Costa, de 2 de Janeiro de 1814, pelo gravador puncionista Vitoriano da Silva, que ficou exercendo essa direcção na qualidade de contramestre.

Em princípios de 1815 havia entrado para o serviço da Impressão Régia, sendo pouco tempo depois nomeado mestre dos gravadores e da fundição de tipos, Alexandrino José das Neves, ao qual, por aviso de 25 de Janeiro de 1818, «atendendo-se à prontidão e boa

---

[1] Parecer apresentado às Côrtes em 16 de Abril de 1821:

«A Comissão das Artes e Manufacturas examinou o projecto de cartas constitucionais de jogar, oferecido a êste soberano Congresso pelo artista gravador Manuel Luís Rodrigues Viana, o qual vem acompanhado das respectivas figuras, para serem estampadas na Fábrica Nacional de Cartas de Jogar, caso que o projecto mereça a aprovação. — A comissão, depois de ter designado as figuras correspondentes, íntimamente persuadida que tudo o que estimula a imaginação é sobremaneira próprio para excitar os sentimentos, e que será conveniente apresentar à mocidade portuguesa, entre os seus passatempos e desvios, objectos tendentes a gravar em seus corações as ideas constitucionais e a trazer-lhe à memória os feitos e virtudes dos heróis que ilustraram a Nação Portuguesa, é de parecer: que o projecto é digno de aprovação, e que em conseqüência se remeta à Regência do Reino, para que ordene ao administrador da Fábrica Nacional das Cartas de Jogar que o estampe e ponha em venda com a brevidade possível».

Ofício dirigido ao Conde de Sampaio:

«Il.^mo e Exmo Sr. — As Côrtes gerais e extraordinárias da Nação Portuguesa, conformando-se com o incluso parecer da Comissão das Artes: Aprovam o projecto junto de cartas de jogar constitucionais, oferecido a êste soberano Congresso por o artista gravador Manuel Luís Rodrigues Viana. E manda-o remeter o mesmo projecto à Regência do Reino, para que em conformidade do referido parecer se faça estampar e pôr à venda com a possível brevidade pela administração da Fábrica Nacional das Cartas de Jogar. O que V. Ex.ª fará presente na mesma Regência para que assim se execute. — Deus Guarde a V. Ex.ª — Paço das Côrtes, em 24 de Abril de 1821. — *João Baptista Felgueiras*».

vontade com que se prestara a confiar aos empregados, não só as ideas que havia adquirido em Londres, aonde fôra mandado para se instruir em todas as partes da sua preciosa arte, mas também os instrumentos indispensáveis à igualdade e elegância dos punções, à justificação das matrizes e à perfeita fundição dos tipos, muito antes de ser nomeado mestre», se fixara o vencimento de 1$000 réis diários, que se acrescentara depois com mais 200 réis, segundo o aviso de 10 de Janeiro de 1821[1].

A fundição de tipos, que não tinha vendido tipo algum nos anos de 1811 a 1820, rendeu, de 1821 a 1826, 15:015$223 réis, o que dá uma média de 2:502$537 réis por ano.

A tabela de preços de mão de obra e feitio dos diferentes tipos, que vigorava desde Julho de 1813, foi modificada em Janeiro de 1818 e outra vez alterada em Janeiro de 1819, por proposta do mestre e director Alexandrino José das Neves.

Era êste um artista de muito merecimento, mas de génio irascível, não dispondo por isso da prudência e ponderação calma, que não exclui energia, que a direcção duma oficina exige: daí os muitos conflitos com o pessoal seu subordinado, e até com as pes-

[1] Na sessão de 24 de Abril de 1821 das Côrtes gerais e extraordinárias foi apresentado o parecer da Comissão das Artes e Manufacturas favorável ao pedido de Alexandrino José das Neves «mestre dos abridores, puncionistas e director da fábrica da fundição dos tipos de imprimir» para que, visto haver-se proïbido a importação de tipos estrangeiros, se mandasse lavrar as minas de antimónio e de chumbo existentes no reino, para que delas se pudesse extrair os dois metais que formavam a liga de que se fundem os mesmos tipos. As minas eram a de antimónio, de Valongo, perto do Pôrto, e as de chumbo, de Chacim, Souto, Ventuzelo e Vilar de Rei. Alexandrino das Neves, para justificar o seu pedido e demonstrar a utilidade do seu deferimento, dizia que êle mesmo já tinha extraído de 2 arrobas e meia da mencionada mina de antimónio, 10 arráteis do seu régulo. Em ofício emanado das Côrtes, de 24 de Abril de 1821, dirigido ao Conde de Sampaio, participa-se que tinha sido aprovado o parecer da Comissão das Artes e Manufacturas, e por isso as Côrtes ordenavam que a Regência do Reino desse as providências convenientes para que quanto antes fôsse remetida à Imprensa Nacional toda a quantidade de antimónio que se achasse extraída, e que se continuasse essa extracção. E ordenavam também as mesmas Côrtes que a Intendência das Minas e Metais fizesse logo construir fornos apropriados para a fusão do chumbo, para que o seu produto fôsse conduzido em régulo para Lisboa.

soas que iam realizar encomendas. Por aviso régio de 11 de Abril de 1821 foi removido ou demitido do lugar de mestre, e nomeado para o substituir o oficial puncionista João José Jorge, «na parte que pertencia à gravura dos punções ; continuando Vitoriano da Silva na que pertencia à justificação das matrizes, fundição, escolha e preparo da letra».

A oficina tipográfica fôra dirigida até 1818 por António José da Guerra, cujo falecimento, ocorrido em 9 de Abril dêsse ano, dera lugar a que fôsse nomeado director João Evangelista Garcez, de profissão impressor, que pouco tempo se conservou no cargo, sendo substituído afinal pelo tipógrafo Crispim Sabino dos Santos.

No *Diário da Regência*, de 6 de Março de 1821, vem o mapa do rendimento e despesa da Impressão Régia e fábrica de cartas desde 1 até 28 de Fevereiro do mesmo ano. Por êsse mapa vê-se que a receita fôra :

Oficina tipográfica.	2 :457$875
Fábrica de cartas de jogar.	1 :578$853
Fundição de tipos	10$000
	4 :046$688

E a despesa fôra :

Oficina tipográfica (férias 1 :229$540, outras verbas 1 :613$866).	2 :843$406
Fábricas de cartas (férias 261$210, outras verbas 688$100)	949$310
Gravura (férias)	30$240
Fundição (férias, matrizes e despesas). .	132$365
Saldo.	91$367
	4 :046$688

A média do rendimento da Impressão Régia, nos anos de 1811 a 1821, fôra de 51 :644$947 réis, a qual desceu, por motivo das lutas civis e outras circunstâncias desastrosas, a 40 :028$957 réis, nos anos de 1822 a 1832. O inventário a que se procedera em Janeiro de 1825 demonstrara a existência dum capital de réis 268 :255$148, representado em valores de toda a espécie, acusando

o aumento de 93:180$725 réis sôbre o inventário de 1810, que havia manifestado a existência de 175:074$423 réis.

Por deliberação das Côrtes Constituintes, em 1820, foi dada à Impressão Régia a denominação de «Imprensa Nacional», que conservou até 1823.

Por decreto de 17 de Julho de 1822 foi Anes da Costa demitido do lugar de administrador geral da Impressão Régia, por se mostrar contrário ao sistema político que então vigorava, sendo nomeado para o substituir Luís Torcato de Lemos Figueiredo. Mas um ano depois, por decreto de 24 de Julho de 1823, foi reintegrado nas suas antigas funções, sendo por sua vez demitido o seu sucessor.

É curioso registar o que se passou em diferentes sessões das Côrtes ordinárias de 1821 a 1823 com relação a vários assuntos respeitantes à Imprensa Nacional.

Na sessão de 3 de Março de 1821 das Côrtes ordinárias queixou-se o deputado Borges Carneiro de que a Imprensa Nacional vendia pouca letra e só a quem queria, no manifesto propósito de entorpecer os trabalhos das outras tipografias. Era, na opinião de Borges Carneiro, um procedimento despótico. Pedia que se determinasse que quem quisesse mandar vir letra de fora, comprá-la ou vendê-la, o pudesse fazer abertamente.

O presidente observou que, permitida a liberdade de imprensa, cada um podia ter e comprar letra onde lhe aprouvesse, e até imprimir em sua casa; e por isso era justo que o Congresso determinasse que a Comissão de Legislação redigisse o decreto que devia suspender o privilégio da venda da letra da Imprensa Naconal. Assim se resolveu.

Na sessão de 14 de Março de 1821 a Comissão de Legislação apresentou o seu parecer relativo à impressão de livros e derrogação dos privilégios na venda da letra da Imprensa Nacional, lembrando que não era preciso formular qualquer decreto nesse sentido, visto que já não existiam aqueles privilégios.

Borges Carneiro observou que, se taes privilégios já não existiam, era um abuso digno de correcção o que estava cometendo a Imprensa Nacional, pois lhe constava que todos os livreiros (pelo

menos os que êle conhecia) se queixavam de que a mesma Imprensa era a única que fundia os tipos e os vendia, limitando ainda a sua venda a pequenas porções.

O deputado Braamcamp acudiu de certa forma em defesa da Imprensa, dizendo que lhe constava que à testa dêste estabelecimento estava um homem hábil, o qual se queixava de não ter quem o ajudasse.

Ponderaram vários deputados a necessidade que havia de desenvolver a fundição de tipos como ramo de indústria nacional, permitindo a qualquer particular a sua fabricação, que muito mais se justificava desde que fôra permitida a liberdade de imprensa.

Decidiu-se por fim que era livre a cada um fundir e negociar em letra, mas que não era preciso decretar a sua livre introdução, vinda de países estrangeiros.

O deputado Borges Carneiro propôs ainda que se nomeasse uma comissão para ir inspeccionar a Imprensa Nacional, por ser de maior necessidade acabar com os abusos que nela havia.

Na sessão de 14 de Janeiro de 1823 foi discutido o orçamento da Imprensa Nacional.

Importava a despesa provavel no ano de 1823 em 49:330$000 réis, assim especificada:

Despesa certa da oficina.	6:130$000
Despesa variável da oficina.	28:400$000
Despesa da fábrica das cartas.	11:000$000
Fundição da letra.	3:800$000
	49:330$000

Dizia-se em nota que a receita excederia a despesa em réis 5:270$000, mas que êste excesso, a dar-se, apenas poderia sofrer as despesas que costumavam fazer as impressões das secretarias do Estado, tribunais, repartições e autoridades que nos últimos meses tinham excedido a 400$000 réis por mês. O Ministro da Fazenda declarou ao Congresso que o contrato das cartas de jogar dava todos os anos para o Tesouro 6 contos e tantos mil réis; a Imprensa porêm nenhuma relação tinha com o Tesouro, porquanto a sua administração era separada.

O deputado Manuel Pedro de Melo foi de opinião que o Govêrno não devia ser administrador nem da Imprensa nem da fábrica

das cartas. Esta última devia dar-se por arrematação, e já se havia formulado um projecto de lei a êsse respeito. Era notório que a Imprensa Nacional estava muito atrasada; quando na de Coimbra se carecia de tipos, mandavam-se vir de França ou Inglaterra, e, apesar das respectivas despesas de transporte e direitos, ficavam ainda mais baratos do que os da Imprensa Nacional, e eram melhores.

Borges Carneiro lembrou que fôsse livre o fabrico das cartas de jogar e que a introdução das estrangeiras ficasse sujeita a um direito de entrada; e fez alguns reparos sôbre diferentes verbas de despesa da Imprensa Nacional.

Pato Moniz foi de parecer que devia continuar a fábrica das cartas de jogar tal qual estava; o contrário seria dar um golpe na indústria nacional. Parecia-lhe porêm que o contrário seria mais lucrativo se fôsse dado por arrematação. E o mesmo processo se devia seguir a respeito do serviço da Imprensa, porquanto a experiência tinha mostrado que as administrações por conta da Fazenda eram sempre, ou quási sempre, prejudiciais. Fez depois observações muito severas sôbre a administração da Imprensa Nacional daquela época.

Freire votava pela abolição da Imprensa Nacional e o fabrico das cartas de jogar. O Govêrno nunca devia ter administração por sua conta, a não ser quando fôsse necessário animar alguma indústria nova, e ainda assim por pouco tempo.

Rocha Loureiro nota que a Imprensa Nacional, com 24 prelos, com uma oficina de gravura, que ao Erário Régio custava, no Ministério de D. Rodrigo, mais de um milhão de cruzados, tem usufruído o monopólio da fundição de letras e o das cartas de jogar; observa também que naqueles últimos tempos se tinha imprimido muito na Imprensa Nacional e especialmente depois que havia liberdade de imprensa; e entretanto não viera dêsse estabelecimento tipográfico interêsse algum, antes via ali sepultados infinitos capitais improdutivos; e por isso o seu voto era que não podia subsistir a Imprensa Nacional e que esta devia lògicamente vender-se. Ouvira dizer que se devia pôr um sêlo às cartas de jogar, porêm êle preferia arrematá-las como se fazia ao contrato do tabaco.

Serpa Machado entendia que se devia aprovar a receita e a despesa para aquele ano, e depois se resolveria o que havia de fazer-se.

José de Sá foi da mesma opinião manifestada por Freire para a abolição completa dos estabelecimentos de que se tratava, pondo-se tudo em hasta pública. Citou o facto de estar um indivíduo recebendo 600$000 réis de ordenado para ensinar a gravura sem que desde 1815, em que começara a receber, se lhe tivesse dado casa para trabalhar e leccionar.

O Ministro do Reino obtemperou que êsse indivíduo era o ajudante de Bartolozzi, e se lhe estipulara o mencionado ordenado com a obrigação de ensinar e trabalhar. Uma das cláusulas do contrato era que se lhe daria casa apropriada ; êle afectava desejos de trabalhar, mas o Ministro reconhecia-lhe falta de sinceridade. Apertara com o tal ajudante e ameaçara-o até com a suspensão do vencimento ; mas êle insistiu por que necessitava de casa proporcionalmente adequada ao ensino e à instalação da sua família. O Ministro indicara-lhe diversas casas, mas nenhuma tinha agradado ao caprichoso artista. O Ministro observou por último ao Congresso que muito estimava as artes, mas não se extasiava ante o capricho dos artistas ; e o artista de que se tratava era dos mais caprichosos que tinha conhecido. O Govêrno não havia descurado êste assunto, que tinha em muita consideração.

Franzini lembrou que a fábrica das cartas de jogar devia ser arrematada, porque era um estabelecimento muito pequeno, que só servia para animar o contrabando e estabelecer um crime na sociedade, do qual não resultava senão mal. Mas, quanto à Imprensa, não era da mesma opinião ; pois podia dizer que naquele estabelecimento existia o melhor que havia na tipografia portuguesa, contando alêm disso um grande fundo de obras nacionais. Estava de acôrdo em que o Tesouro Público não auxiliasse as suas despesas para assim forçar os seus administradores a fazer economias e a dar melhor orientação à sua gerência.

O Ministro da Fazenda informou o Congresso de que a Imprensa Nacional contraíra com o Tesouro um empréstimo de réis 6 :000$000, mas não tivera outro auxílio. No tocante aos direitos do papel, a Imprensa pagava-os como qualquer outro consumidor e só não satisfizera os direitos duma porção de papel na importância de um conto e tantos mil réis.

Por último aprovou-se a despesa orçada pela Imprensa Nacional e decidiu-se não se pedir explicação ao Ministro para a reforma dêsse estabelecimento. Resolveu-se esperar pela opinião da Comis-

são das Artes sôbre a despesa da fábrica das cartas, e conservar-se a verba relativa à fundição da letra. O ordenado do gravador êsse não foi aprovado, ficando o assunto adiado por pertencer às belas artes.

Em data de 17 de Março de 1823 o Ministro do Reino, Filipe Ferreira de Araújo e Castro, apresentou às Côrtes a seguinte observação :

Imprensa Nacional. — O gravador desta Repartição não pode ter casa para si e sua família, como pretende, e para que a lei parecia autorizá-lo, porque o edifício o não permite ; e com êste fundamento tem deixado de ensinar, vencendo há muitos anos 600$000 réis com pouco proveito do Estado. Deve passar a estabelecer e dirigir a sua aula do estabelecimento das belas artes, e no caso de não ensinar não podia vencer como mestre, segundo a condição da lei.

A respectiva comissão, conformando-se com a opinião do Ministro, assentou em que o gravador da Imprensa Nacional não tinha direito algum a que se lhe desse casa, nem mesmo ordenado, uma vez que se recusasse a trabalhar pela sua profissão onde fôsse mais obediente ao serviço público. E êste parecer foi aprovado em sessão de 29 de Março.

Não se deve omitir o que o mesmo Ministro do Reino, Araújo e Castro, dissera na sessão de 22 de Fevereiro em abôno do estabelecimento de que estamos tratando :

A oficina tipográfica nacional presta grande utilidade à Nação e ao serviço público. Tem bons prelos e boa letra, cuja fundição se tem procurado aperfeiçoar. As circunstâncias não tem permitido levá-la ao ponto de perfeição de que é susceptível. A afluência de trabalho e a falta de fundos tem sido um grande obstáculo. Já solicitei alguns oficiais da oficina do celebre Didot ; e tenho em vista promover o seu adiantamento, logo que as circunstâncias o consintam, porque se não pode fazer tudo quanto se deseja. A fábrica das cartas e a fundição dos tipos são anexas a êste estabelecimento, e talvez fôsse conveniente aumentá-las ou administrarem-se separadamente. O Govêrno sobresteve nestas medidas até que o soberano Congresso resolvesse o que houvesse por mais util. Entretanto a oficina tipográfica é de muito proveito ao ensino público.

Girão elogiou grandemente a oficina tipográfica e foi de parecer que se conservasse por conta da Fazenda Nacional, diligenciando-se aumentar a receita.

Manuel Pedro de Melo asseverou que não era necessário mandar vir oficiais inteligentes da oficina de Didot. A beleza das edi-

ções de Didot não dependia de ter melhores compositores ou melhores prelos, mas sim de que Didot não imprimia senão com tipos novos. Os maiores lucros de Didot não provinham tanto de ser êle impressor como de ser um excelente gravador e de tirar da fundição de tipos interêsses avultados.

Margiorchi expressou a opinião de que fôsse aprovada toda a despesa com os artistas, porque, segundo as informações que haviam sido dadas, trabalhavam bem e o estabelecimento era digno de ser integralmente mantido. Desejava porêm ser informado pelo Ministro do Reino se existia um juiz conservador privativo da Imprensa Nacional. Em caso afirmativo era sua opinião que fôsse suprimido, passando a verba do vencimento dêste juiz (300$000 réis) da despesa para a receita.

Pato Moniz mostrou o desejo de que devia promover-se o maior melhoramento possível da oficina tipográfica, porquanto seria maior a utilidade do Tesouro quanto mais subisse o produto do trabalho. Recordou o facto de terem sido gravados e fundidos muitos tipos nos últimos tempos da administração de Joaquim António Anes da Costa; sendo certo que não se fez cópia de letra bastante que servisse para prover as outras oficinas. Na Imprensa Nacional havia uma imensidade de letra velha que para isso podia servir, e daí se tiraria grandes proveitos porque quási todas as outras oficinas estavam pedindo com instância novas fundições. No seu conceito não havia falta de bons artistas, nem de bons prelos, nem de bons tipos, mas sim dum homem que entendesse daquela repartição; porque, acrescentava, ainda que o actual administrador manifeste boa vontade, contudo nada pode fazer, porque nada entende; e sabida cousa era que não podia prosperar nenhum estabelecimento sem haver quem o soubesse dirigir. Parecia-lhe afinal que só cumpria chamar a atenção do Ministro sôbre a necessidade de empregar todo o desvêlo e vigilância em melhorar o estabelecimento, que em verdade era importante e podia vir a ser muito proveitoso.

A carta de lei de 22 de Setembro de 1822, que assentava sôbre um decreto das Côrtes de 13 do mesmo mês e ano, e atendia ao aumento da despesa que tinha recaído sôbre a tesouraria das ditas Côrtes, determinava no artigo 1.º que fôsse elevada a 20:000$000 réis a consignação mensal que pelo Tesouro Público se mandava entregar ao deputado e tesoureiro das Côrtes segundo o decreto

de 29 de Outubro de 1821; e no artigo 2.º que a administração da Imprensa Nacional, nas remessas que fizesse para o Tesouro Público, poderia encontrar a despesa das impressões que lhe devia a tesouraria das Côrtes.

A legislação sobre privilégios concedidos à Impressão Régia, de só ela poder imprimir vários diplomas e outros papéis, continuava a ser abundante.

E até por aviso de 30 de Janeiro de 1811 se estendeu também ao pessoal da Impressão Régia e Rial Fábrica das Cartas a regalia de mais um privilégio, que se traduzia na isenção do serviço militar de todos os empregados do estabelecimento que mostrassem autênticamente a sua ocupação nos trabalhos dos mesmos estabelecimentos.

Afinal a concessão dos privilégios de impressão de vários papéis e diplomas, concessão mais ou menos efectiva, não representava práticamente uma copiosa receita para os cofres da Impressão Régia. O privilégio mais importante, o que sempre dera origem à melhor receita da Impressão Régia e seria de futuro ainda o seu mais valioso auxiliar — o privilégio do fabrico das cartas de jogar e respectiva venda — êsse acabava de ser abolido pelo decreto de 10 de Outubro de 1832.

A portaria dos Governadores do Reino de 13 de Fevereiro de 1812 mandava que os mapas, relações gerais e resumos de mostras, livranças, certificados, recibos, vales, guias, contas correntes, e mais folhetos e documentos de que deviam usar tanto os diferentes corpos de que se compunha o exército português, como o comissariado em chefe, as tesourarias gerais e subalternas, os hospitais e suas contadorias, fôssem, sem excepção, exclusivamente impressos na Impressão Régia, donde as pessoas, que de tais papéis deviam servir-se, ficavam obrigadas a comprá-los, sob pena de não terem nenhum valimento os que não saíssem da mesma Impressão Régia; ordenava mais que nenhum impressor pudesse de futuro imprimir, reimprimir ou vender os mencionados mapas ou papéis, sob pena de apreensão ou multa pela primeira vez, e de confisco da própria oficina pela segunda vez; e por último, para que não houvesse falta dos mencionados papéis, determinava que o administra-

dor geral da Impressão Régia estabelecesse comissários para a venda dos mesmos papéis em diversas cidades e vilas do reino.

A portaria dos Governadores do Reino de 22 de Abril de 1820 ordenava a todos os tribunais, repartições e autoridades que cumprissem plenamente a determinação régia de 25 de Novembro de 1819, que mandava pôr em execução o alvará e condições de 31 de Julho de 1769 que se relacionavam com a Rial Fábrica de Cartas de Jogar.

Por alvará com fôrça de lei de 9 de Março de 1824 foi concedido à Impressão Régia o privilégio que consta da seguinte disposição:

Todas as leis, decretos e outros diplomas, cuja remessa, depois de impressos, se achava anteriormente regulada pela instrução de 16 de Abril de 1806 e pelo decreto de 12 de Fevereiro de 1819, serão para o futuro privativos e exclusivamente impressos na Régia Oficina Tipográfica desta cidade de Lisboa, e por conta da mesma vendidos os exemplares, incorrendo aqueles que defraudarem a dita oficina neste privilégio no perdimento de todos os exemplares que se apreenderem e 400$000 réis de multa, aplicando-se as ditas penas para o cofre da referida repartição no caso de não haver denunciante, e havendo-o a êste se dará em prémio a metade da mencionada multa pecuniária.

O alvará de 26 de Outubro de 1824, citando o de 9 de Maio de 1781, a portaria de 13 de Fevereiro de 1812 e o alvará de 9 de Março de 1824 — os quais haviam concedido à Impressão Régia privilégios exclusivos para as impressões declaradas nos mesmos diplomas, alguns dos quais tinham sido alterados «em conseqùência de ordens emanadas das denominadas Côrtes», de que resultava grande prejuízo para a Impressão Régia, que pela sua importância merecia ser auxiliada e mantida — confirmava o privilégio exclusivo para a Impressão do *Missale Romanum, Breviário* e outros mais livros de rezar, assim como os mapas e impressos para uso do exército, repartições e estações civis a êle relativas; e tambêm para a impressão e venda privativa de todas as leis e colecção das mesmas; «advertindo-se que esta exclusão não entendia com a oficina litográfica, a qual não podia considerar-se como imprensa».

Por decreto de Julho de 1826 foi concedido à Régia Oficina Tipográfica o privilégio de imprimir e vender a Carta Constitucional de 29 de Abril do mesmo ano de 1826. Parece que a Imprensa da Universidade não tinha acatado inteiramente esta deliberação, o que originou a portaria de 18 de Agosto de 1826 em que o Go-

vêrno proìbia que na mesma Imprensa se imprimisse a Carta Constitucional «por ser propriedade da Impressão Régia».

Pelo decreto de 19 de Setembro de 1831 foi concedido à Impressão Régia e Rial Fábrica de Cartas plena e inteira liberdade de direitos e outras quaisquer imposições e despesas, por tempo de 10 anos, em todo o papel, drogas, máquinas e utensílios que viessem de fora para uso, consumo e emprêgo dos mesmos estabelecimentos. Determinava que nas alfândegas e consulados dêstes reinos e domínios gozassem de igual isenção tanto as cartas como os livros e impressos que se exportassem, ou para os domínios ultramarinos ou para fora do país; fazendo-se os despachos livres à vista dos atestados, guias e conhecimentos, assinados pelo administrador geral ou por quem suas vezes fizesse; e a êste competiria regular os preços das cartas de maneira que nem o contrabandista encontrasse interêsse em as mandar vir de fora nem os estrangeiros as introduzirem no reino.

Por portaria de 5 de Julho de 1827, assinada pelo Ministro do Reino, Visconde de Santarêm, foi ordenado ao administrador geral da Impressão Régia que remetesse, com a brevidade possível, à Secretaria do Reino uma relação histórico-estatística do mesmo estabelecimento, acompanhada dos diferentes mapas demonstrativos, notando as alterações que tivesse experimentado e quais as providências que necessitasse para seu progressivo melhoramento.

Aproximadamente 2:000 volumes e folhetos publicou a Impressão Régia durante a administração de Anes da Costa, entre os quais se destacam alguns pela nitidez de impressão e boa disposição tipográfica, tais como o *Missale Romanum*, edição de 1821, a *Phytographia Lusitanae Selectior*, do Dr. Avelar Brotero, *A viagem estática*, por José Agostinho de Macedo, *A Defesa dos Direitos Nacionais e Riais da Monarquia Portuguesa*, o *Manifesto do Senhor D. Miguel às diversas Côrtes da Europa*, etc.

Pelo decreto de 10 de Outubro de 1832, promulgado no Pôrto em nome da Rainha, e referendado por José Xavier Mousinho da

Silveira, extinguiu-se o privilégio e contrato das cartas de jogar, ficando livre a qualquer pessoa fazê-las ou vendê-las sem pagar imposto algum. Foi um profundo golpe dado nos rendimentos da Impressão Régia, que mais tarde sentiu os seus efeitos desastrosos, sem sensível vantagem para o Tesouro nem para os consumidores.

Quando em 1833 a bandeira constitucional se desfraldou no forte de Almada, seguindo-se logo depois o levantamento de Lisboa, Anes da Costa foi um dos apontados à vindicta popular, e a sua vida correu por êsse motivo gravíssimo risco. Mas pôde ser eficazmente protegido, nada sofrendo corporalmente. Em seguida a estes sucessos foi demitido, ficando a gerir os negócios da Impressão Régia o contador Francisco de Paula Ferreira.

É de justiça acentuar mais uma vez que a administração de Anes da Costa, na Impressão Régia, foi honesta, inteligente e cuidadosa — conjunto suficiente para a tornar utilíssima, como efectivamente sucedeu.

IV

1833—1838

Por decreto de 29 de Agosto de 1833 foi nomeado administrador geral da Imprensa Nacional Rodrigo da Fonseca Magalhães[1], inquestionávelmente uma das figuras políticas mais salientes e mais valiosas do segundo período do Constitucionalismo.

Como seu administrador não lhe deve a Imprensa Nacional qualquer medida de grande alcance, porque foi muito limitado o período da sua gerência. No emtanto, se na qualidade de administrador geral Rodrigo da Fonseca não pôde prestar a êste estabelecimento os valiosos serviços que era lícito esperar da sua grande capacidade e tino administrativo, mais tarde, como Ministro do Reino, protegeu eficazmente a Imprensa Nacional, cuja engrenagem conhecia perfeitamente. Foi exonerado por decreto de 27 de Julho de 1835.

Por decreto de 27 de Julho de 1835 foi nomeado administrador geral da Imprensa Nacional o distinto economista António de Oliveira Marreca[2], que apenas exerceu o cargo por pouco mais de quatro meses. Parecia que não tinha sido muito regular a sua administração, que apenas tivera o mérito de não durar muito tempo.

---

[1] Nasceu em Condeixa a 24 de Julho de 1787 e morreu em Lisboa a 11 de Maio de 1858, com 71 anos de idade. Foi sócio emérito da Academia Rial das Sciências, do Conservatório Rial de Lisboa, e membro do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil.

[2] Professor de economia política, lente do Instituto Industrial de Lisboa, deputado às Côrtes em várias legislaturas, sócio da Academia Rial das Sciências de Lisboa e guarda-mor do Arquivo Nacional. Nasceu em Santarêm a 26 de Março de 1805. Lopes de Mendonça, nas suas *Memórias de literatura contemporânea*, diz que António de Oliveira Marreca era um dos primeiros economistas da Europa e «preciosos os seus trabalhos sôbre êste ramo importante dos conhecimentos humanos. Inacessível às paixões, que

O decreto que o exonerou, e nomeou uma comissão incumbida da direcção superior e do exame do estado económico e administrativo da mesma Imprensa, assim o dá a entender claramente em precisos e definidos termos. Eis o decreto:

Tendo subido à Minha Rial Presença diferentes representações relativas ao mau estado da administração da Imprensa Nacional, as quais se acham corroboradas pela informação dada pelo Governador Civil de Lisboa, a quem ordenei que, depois de rigoroso exame, me informasse do estado dêste estabelecimento: hei por bem exonerar do cargo de administrador da referida Imprensa a António de Oliveira Marreca, e criar uma comissão, composta do deputado José Liberato Freire de Carvalho, que servirá de presidente, de João Vieira Caldas[1] e de Gaspar José Marques, a qual comissão designará um de entre os empregados do estabelecimento para lhe servir de secretário; tomará imediatamente conta da administração da Imprensa, inventariando todo o existente nas suas oficinas e armazêns; examinará suas contas anteriores; fixará a norma da sua contabilidade, que fará pôr em prática desde logo; e de tudo isto, assim como da sua opinião, sôbre a futura regulação dêste estabelecimento, fará uma consulta, que me será presente pela Secretaria de Estado respectiva.

O Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino assim o tenha entendido e faça executar. Paço das Necessidades, em 11 de Dezembro de 1835. RAINHA. *Luís da Silva Mousinho de Albuquerque.*

O empregado escolhido para servir de secretário à comissão administrativa foi o escriturário Augusto Zacarias Loforte, que mais tarde ocupou o lugar de contador da Imprensa Nacional.

A comissão administrativa teve uma vida efémera, que não chegou a assinalar-se por qualquer facto importante, a não ser a

---

tantas vezes alucinam os mais altos espíritos, a sua robusta inteligência não se maculou nos desvios de sectário. Seria muito para desejar que o ilustre economista empreendesse uma edição completa das suas obras. Trabalhos de certa ordem pertencem ao país e à sciência». Faleceu em 1877 ou 1878.

[1] Seguiu por alguns anos a carreira do negócio, tratando mais tarde principalmente da administração das suas propriedades, de cujo rendimento tirava com que subsistir comodamente. Cultivava as letras por divertimento, e tinha particular predilecção pela poesia, como se deixa ver das produções que publicou. Nasceu em Lisboa a 23 de Setembro de 1781 e morreu na freguesia de S. Mamede desta cidade a 24 de Setembro de de 18[illegible], com 7[illegible] anos de idade.

consulta apresentada ao Govêrno sôbre a gerência de António de Oliveira Marreca, a qual consulta deu lugar ao seguinte decreto:

Tendo-me sido presente a consulta que, em data de 14 de Maio do presente ano, a comissão administrativa da Imprensa Nacional, na forma do decreto de sua criação dado em 11 de Dezembro de 1835, elevou à Minha Augusta Presença; e não concorrendo motivo para que António de Oliveira Marreca, que por decreto de 27 de Junho daquele ano me dignei nomear administrador geral da mesma Imprensa, deixe de merecer para êsse cargo a Minha Rial confiança: hei por bem dissolver a mencionada comissão, louvando a cada um de seus membros o zêlo com que se prestaram ao referido serviço, e restituir o dito António de Oliveira Marreca ao mesmo lugar de administrador geral da sobredita Imprensa, de que novamente tomará conta por um inventário na parte em que se acha feito, fazendo concluir o resto dêle em termo breve, e empregando todo o desvêlo para que êste importante estabelecimento seja levado ao maior grau de perfeição possível, e administrando com toda a regularidade e economia, como espero do mesmo administrador, o qual sem demora me proporá todas as providências que para êste fim lhe parecerem adequadas.

O Conselheiro de Estado, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino assim o tenha entendido e faça executar. Palácio das Necessidades, em 27 de Junho de 1836.— RAINHA.— *Agostinho José Freire.*

Mas desta vez a permanência de Oliveira Marreca no lugar de administrador da Imprensa Nacional foi ainda mais curta do que a primeira, pois que por decreto de 13 de Setembro foi-lhe concedida, a seu pedido, a exoneração do cargo.

Como documento valioso para dar uma idea geral do estado económico e administrativo da Imprensa Nacional em 1836, transcreve-se do *Diário do Govêrno,* de 13 de Setembro de 1836, a conta da receita e despesa do cofre da mesma Imprensa relativa ao mês de Agosto de 1836:

CONTA DA RECEITA E DESPESA

DO

COFRE DA IMPRENSA NACIONAL NO MÊS DE AGOSTO DE 1836

RECEITA

Produto de impressos para diversos, feito até 31 de Dezembro último	141$220	
Dito de ditas feitas no corrente mês	886$445	
		1:027$665

Produto da venda de um prelo e outros objectos para o Govêrno Civil de Santarêm		112$960
Venda de livros e impressos no armazêm da venda, na oficina.	315$509	
Dita de ditos, e ditos do armazêm do administrador António Xavier do Vale.	99$440	
Dita de ditos, e ditos pelo comissário Francisco Xavier de Carvalho.	74$060	
		489$009
Produto da venda de 10 resmas de costaneiras no armazêm da oficina		6$000
Venda de livros pertencentes ao Colégio dos Nobres, no dito armazêm		1$296
Fábrica de Cartas de Jogar:		
Venda de ditas no armazêm da oficina.		105$420
Dita de ditas no armazêm de António Xavier do Vale.	37$200	
Dita de ditas na loja do comissário Francisco Xavier de Carvalho.	11$940	
		154$560
Venda de 1:880 arráteis e 8 onças de tipos de imprimir. . . .		960$195
Saldo do dinheiro existente em cofre em 31 de Julho último :		
Em moeda papel.	1:195$200	
Em moeda metal.	480$287	
		1:681$487
		4:433$132

DESPESA

Férias das semanas findas em 6, 13, 20 e 27 do corrente mês.	1:140$845	
Despesas gerais.	181$015	
Móveis	25$000	
Materiais	69$130	
		1:415$990
Fólha dos ordenados do 3.º quartel dêste ano ao administrador geral ; e de Agosto e Setembro ao contador fiscal	383$331	
Adicionamento à dita fôlha de ordenados de Agosto e Setembro ditos, do 2.º e 3.º escriturários da Contadoria	100$000	
		483$331
Comissões pela venda de livros pagas aos comissários		8$675

Fábrica de Cartas de Jogar:

Férias das semanas findas em 6, 13, 20 e 27 do corrente mês	118$720	
Despesas gerais	15$840	
Materiais	20$340	
		154$900
Comissões pela venda de cartas pagas aos Comissarios.		2$496

Fundição da Letra e Gravura:

Férias das semanas findas em 6, 13, 20 e 27 do corrente	169$395	
Materiais	28$620	
		198$015
Saldo do dinheiro existente no dia de hoje e que passa ao mês seguinte:		
Em moeda papel	1:195$200	
Em moeda metal.	943$965	
		2:139$165
		4:433$172

Lisboa, 31 de Agosto de 1836.— O Administrador Geral, *António de Oliveira Marreca* — O Contador, *Francisco de Paula Ferreira.*

Por decreto de 13 de Setembro de 1836 foi nomeado administrador geral da Imprensa Nacional José Liberato Freire de Carvalho[1],

[1] Nasceu na Quinta de Montesão, subúrbios de Coimbra, aos 20 de Julho de 1772. Aos 15 anos de idade tomou o hábito de cónego regrante de Santo Agostinho do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, com o nome de D. José de Loreto; e no colégio da sua ordem seguiu e completou os estudos filosóficos e teológicos, habilitando-se para o professorado, e exerceu depois por alguns anos em Lisboa no Mosteiro de S. Vicente de Fora. Em 1813 emigrou para Inglaterra, subtraindo-se às perseguições contra êle movidas desde muito tempo e cada vez mais acirradas. Os diversos e variados incidentes da sua longa e por vezes trabalhosa vida, cuja maior parte empregou nas diligências de preparar e consolidar o estabelecimento de instituições livres em Portugal, acham-se por êle historiadas nas *Memórias* que deixou e que é um livro muito curioso e interessante. Faleceu

que apesar de velho e valetudinário, e o tempo da sua gerência não ir além de dois anos, alguma cousa fez merecedora de registo.

Deve-se a fundação da oficina litográfica na Imprensa Nacional à iniciativa inteligente de José Liberato, que bem calculou o alcance de tal medida.

Diga-se de passagem que já muito antes, por decreto de 11 de Setembro de 1824, tinha o Estado criado em Lisboa a «Oficina Régia Litográfica»[1], que se estabelecera no edifício denominado «do Tesouro Velho», sendo escolhido e nomeado para seu director João José Lecocq, com o ordenado de 400$000 réis. O Govêrno decretara também umas *Instruções*, que deviam regular o funcionamento e trabalhos da dita oficina, as quais previam bem os serviços e igualmente acautelavam os interêsses do Estado[2].

Passou mais tarde a denominar-se «Oficina Nacional Litográfica», e, por decreto de 6 de Dezembro de 1836, ficou sujeita à administração da Academia das Belas Artes de Lisboa, a qual devia

---

em Lisboa a 31 de Março de 1855, sem que tivesse jamais solicitado ou recebido condecorações ou distintivos honoríficos de qualidade alguma. Foi sócio da Academia Rial das Sciências de Lisboa desde 22 de Novembro de 1804 até 1853, ano em que pediu a sua demissão. Era também sócio honorário da Academia das Belas Artes de Lisboa desde 10 de Maio de 1837; e membro correspondente da primeira classe do Instituto Histórico de Paris desde 20 de Março de 1835.

[1] No *Diário do Govêrno* de 15 de Agosto de 1840, em um longo artigo sôbre o conselheiro Filipe Fereira de Araújo e Castro, diz-se que fôra êste antigo ministro de D. João VI o introdutor da litografia em Portugal. Efectivamente, na sessão das Côrtes de 7 de Maio de 1822, o deputado secretário Felgueiras, dando conta do expediente recebido, mencionava o ofício do Ministro dos Negócios do Reino, em que se expunha o «proveito e glória que resultaria para a Nação de naturalizar no Reino a arte da litografia». E na sessão de 22 de Junho de 1822 era apresentado o parecer da Comissão de Fazenda favorável à proposta do Ministro de «naturalizar no reino unido a arte da litografia», e por último, em ofício emanado das Côrtes, em data de 25 de Junho de 1823, dirigido a Filipe Ferreira de Araújo e Castro, notifica-se a aprovação das mesmas Côrtes à proposta do Govêrno relativa ao assunto de que se trata.

[2] Segundo um curioso anúncio publicado na *Gazeta de Lisboa*, esta Régia Oficina Litográfica estava, em Setembro de 1827, estabelecida na Rua Augusta n.º 201, onde se recebiam assinaturas para os desenhos de bordados, cuja colecção se publicava nesse mês.

eleger todos os anos uma comissão composta de três dos seus membros para administrar a dita oficina ; e propondo ainda à sanção do Govêrno os regulamentos que fôssem necessários.

O mestre da fábrica das cartas de jogar, Joaquim dos Santos, lembrara a José Liberato a conveniência de se instalar uma oficina litográfica destinada à estampagem das cartas, a qual então era ainda feita pelo processo xilográfico.

Foi a primeira prensa litográfica arranjada dum antigo engenho de burnir cartas, e cuja transformação se deve ao mencionado Joaquim dos Santos, de acôrdo e seguindo as instruções do hábil litógrafo Carlos José de Almeida Amaral, que então dirigia a oficina de Valentim Ziegler.

Malogrados os primeiros trabalhos por manifesta incapacidade do indivíduo escolhido para o mester de estampador, foi encarregado de dirigir a nova oficina litográfica o dito Amaral, que tomou posse do lugar em 12 de Julho de 1837.

A oficina fôra colocada numa casa contígua à fábrica das cartas de jogar. As primeiras quatro pedras adquiridas foram compradas a Carvalho & Lemos ; e poucos dias depois de montado o primeiro engenho compraram-se mais catorze à Academia Rial das Sciências.

Por decreto de 24 de Agosto de 1838 foi concedida a reforma a José Liberato Freire de Carvalho, que ficou vencendo a pensão anual de 350$000 réis, equivalente a metade do ordenado que percebia como administrador geral da Imprensa Nacional.

Das suas *Memórias* vê-se que foi êle o próprio que mais diligências empregou para alcançar esta situação, que tinha principalmente em vista dar ensejo a que o seu amigo José Frederico Pereira Marecos, que parecia não estar então em boas condições financeiras, fôsse o escolhido, como efectivamente foi, para o preenchimento do lugar que vagava.

Nas mesmas *Memórias* afirma José Liberato que deixara a Imprensa Nacional sem dívidas, e com uma escrituração correcta, limpa e regular. Diz mais : «que sempre se dera bem com todos os seus empregados ; que tinha procurado dar todo o aperfeiçoamento possível à Imprensa Nacional segundo os rendimentos de que êste estabelecimento então dispunha e não eram assás suficientes

para uma larga remodelação; e que aumentara e enriquecera de muitos e variados tipos e ornatos a oficina tipográfica da mesma Imprensa, como constava do catálogo impresso no tempo da sua curta administração».

Efectivamente o primeiro catálogo de tipos, vinhetas e ornatos tipográficos, que a Imprensa Nacional publicou, data de 1838. Êsse catálogo, em formato de álbum, com 79 fôlhas além de 3 inumeradas, já demonstrava um grande progresso na fundição de tipos da Imprensa Nacional. No *Relatório Geral* da Exposição de produtos da indústria portuguesa, feita pela Sociedade Promotora da Indústria Nacional em 22 de Julho de 1838, vem uma referência muito elogiosa às *Provas dos Tipos e das Cartas de Jogar* que o administrador da Imprensa Nacional tinha feito presente à dita Sociedade.

A portaria de 9 de Outubro de 1838, que notificou a José Liberato a sua aposentação de administrador da Imprensa Nacional, alude aos «distintos serviços e merecimentos e fidelidade à causa das liberdades pátrias»; ficando ainda assim dependente da aprovação das Côrtes a dita aposentação, a qual afinal foi sancionada em 1839.

A receita efectiva da Imprensa Nacional foi, nos anos económicos de 1833 a 1838, a que consta do seguinte pequeno quadro:

1833 - 1834	33:767$450
1834 - 1835	35:053$790
1835 - 1836	32:053$259
1836 - 1837	37:809$819
1837 - 1838	35:420$898

o que dá uma média de 34:834$643 réis por ano.

Do período decorrido de 24 de Julho de 1833 a 8 de Agosto de 1838 nada mais há que mereça registo especial. À instabilidade das administrações se deve sem dúvida a escassez de quaisquer outras medidas de maior importância relativa.

V

1838—1844

Por decreto de 24 de Agosto foi nomeado administrador da Imprensa Nacional o bacharel em direito José Frederico Pereira Marecos, que, como já se notou, havia sido, por assim dizer, particularmente indigitado pelo seu antecessor para ocupar êste elevado lugar. Segundo vários testemunhos escritos, dignos de confiança, foi José Frederico Pereira Marecos um funcionário dotado de superior capacidade, que bem revelou no exercício do cargo de que estava investido. A Imprensa Nacional deve-lhe por isso uma das suas mais evidentes fases de progresso.

No relatório apresentado à Câmara dos Deputados pelo Ministro do Reino, Rodrigo da Fonseca Magalhães, em 15 de Março de 1841, há uma pequena parte que diz respeito à Imprensa Nacional. Nele se fazem referências muito elogiosas, não só para êste estabelecimento do Estado, como para o seu então administrador geral Frederico Marecos. Nesse relatório dizia o distinto estadista que a Imprensa Nacional era duma grande vantagem pública, tanto pelos recursos que em várias épocas havia prestado ao Estado — pois que era ali que todas as estações públicas se forneciam de impressos de que careciam, e onde se tinha imprimido e coleccionado tanto a antiga como a moderna legislação — mas igualmente porque servia de escola às artes tipográfica e de gravura, criando hábeis artistas, que iam dirigir muitas vezes oficinas particulares acreditadas. Era manifesto o impulso que a Imprensa Nacional tinha dado a artes tam úteis, e que muito atrasadas se encontravam ainda em Portugal.

Afirmava Rodrigo da Fonseca que ao zêlo e interêsse dos diversos administradores, e de vários outros empregados e mestres, devia a Imprensa Nacional o seu aumento e prosperidade ; mas especializava sobretudo a perícia e desvêlo de Frederico Marecos, a quem, coadjuvado eficazmente por hábeis empregados, se devia em grande

parte aquele resultado feliz. O actual administrador encontrara, quando tomara posse do seu cargo, um *deficit* superior a réis 6:000$000 nas rendas da Imprensa Nacional; mas conseguira não só saldar esta dívida, como ainda fazer importantes reformas e aquisições. Os prelos foram reformados e alguns substituídos por outros de melhor construção; fizeram-se importantes compras de jogos completos de matrizes com os caracteres de letras mais em uso e mais perfeitos que então se conheciam, assim como se adquiriram muitos outros utensílios. De maneira que a Imprensa Nacional tinha então em laboração 20 prelos de ferro, construídos quási todos por artistas portugueses, com os quais podia satisfazer todas as requisições que lhe fôssem feitas pelas diversas repartições públicas e ainda por os particulares. Havia ainda a acrescentar às despesas feitas a importância despendida com as obras de conservação do edifício e melhor arranjo das oficinas.

Todavia a Imprensa Nacional teria assinalado infinitamente maiores vantagens e progressos se não tivesse sido abolido o privilégio das cartas de jogar, e fôssem ao menos isentas do imposto do sêlo as que ainda então se fabricavam no estabelecimento; porque, das contas anteriores à época da abolição do privilégio, via-se que fôra avultado o rendimento da mesma Imprensa.

Por último, Rodrigo da Fonseca Magalhães, para que se pudesse fazer uma idea do movimento da receita e despesa da Imprensa Nacional, acrescentava que durante o ano de 1840 fôra a importância da primeira de 47:832$757 réis e a da segunda de 47:692$123 réis. Porêm uma detalhada conta, não só quanto ao dito ano de 1840, como ainda ao tempo decorrido desde a fundação da Imprensa Nacional até Julho de 1833, acompanhada do relato circunstanciado da história dêste etabelecimento, seria presente à Câmara no relatório elaborado pelo próprio administrador Frederico Marecos, a quem o Govêrno facultara licença para o tornar público.

O relatório de Frederico Marecos, a que se referia o Ministro do Reino e que ao mesmo ministro havia sido dirigido, foi publicado no *Diário do Govêrno* n.° 73, de 1841. Aproveitaremos dêsse relatório, por extracto, as passagens que se nos afiguram mais interessantes e as informações que julgámos mais dignas de registo.

Começa Frederico Marecos por estranhar que no relatório do Ministro do Reino, apresentado na sessão legislativa de 1840, não

se fizesse menção da Imprensa Nacional entre as diferentes repartições subordinadas ao Ministério do Reino. Não era decerto isto devido a menos consideração por um estabelecimento de que o mesmo Ministro já tinha sido um digno administrador geral, e que sempre distinguira com especial interêsse e favor; mas sem dúvida por falta de esclarecimentos relativos ao estado do mesmo estabelecimento. Esperara portanto que oficialmente lhe fôssem pedidos êsses esclarecimentos; mas como não tinha sucedido assim, julgara do seu dever vir oferecê-los sem mais demora à consideração do Ministro.

Logo que Frederico Marecos entrara no exercício das suas atribuìções, notara que o edifício da Imprensa Nacional se achava muito deteriorado e falho dalgumas comodidades indispensáveis para o serviço regular e útil. Pediu e obteve um partido das obras públicas, para proceder a alguns reparos de mais urgente necessidade; mas como êsse partido fôsse composto de poucos operários, e não pudesse demorar na Imprensa Nacional por muito tempo, resolvera fazer diferentes obras por conta do cofre do estabelecimento.

No exame das contas a que Frederico Marecos atentamente procedera observara que pesava sôbre a Imprensa Nacional a dívida de 6:683$260 réis, sendo 6:426$600 réis aos fornecedores de papel, alcance proveniente em grande parte de excessivas edições de legislação que se haviam feito e que se tinham mandado distribuir gratuitamente — colecção informe, quási inútil e vergonhosa, pela confusão com que se achava feita e que não podia satisfazer aos fins a que se destinava, tendo custado enormes somas. O estado das dívidas activas, que achara na importância de réis 2:655$697, tinha tido as diferentes modificações que constavam das respectivas contas. Frederico Marecos julgara ser de absoluta necessidade empregar todos os meios atinentes a destruir ou pelo menos atenuar a dívida passiva, porque, alêm doutros motivos imperiosos, a própria economia do estabelecimento o estava reclamando: eram sempre menos favoráveis, ou antes mais onerosas, as condições com que se compravam quaisquer objectos a crédito sôbre um grande débito ainda não saldado.

Em diferentes tempos, dizia Frederico Marecos, que se havia vendido na Imprensa Nacional consideráveis quantidades de papel impresso, que só podia servir para embrulhos. Recorrera a êste

meio, que se lhe afigurava proveitoso; e, procedendo a uma busca nos diferentes armazêns, aí encontrara edições truncadas, outras muito grandes, de obras de que havia muito tempo se não vendia um único exemplar, e que, estando armazenadas há muitos anos, começavam já a arruìnar-se completamente. Consultara o Govêrno, e com a sua aprovação fizera sair todo o papel inútil, deixando de cada uma das obras algumas dezenas de exemplares, mais como «monumentos históricos» dos trabalhos da Imprensa Nacional do que como livros que pudessem ter alguma extracção. Com o produto da venda dêste papel se pagara uma parte da dívida atrasada que, com a então corrente, se achava, até 31 de Dezembro de 1840, reduzida a 1:426$370 réis, e que dois dias depois (2 de Janeiro de 1841) tinha a satisfação de dizer ao Ministro que se achava completamente paga, não devendo a Imprensa Nacional um rial a ninguêm, e tendo pelo contrário um crédito considerável para o ano que então corria.

Grandes despesas por outro lado se vira obrigado a fazer em reparos e arranjos nas diferentes oficinas. Mandara fazer concertos importantes em quási todos os prelos, que encontrara muito arruìnados; determinara banir inteiramente o uso dos prelos de pau, cujo trabalho era mais imperfeito e moroso, e, com excepção de um apenas, foram alguns para diferentes administrações gerais, outros vendidos a particulares.

O seu antecessor, José Liberato, tinha-se lembrado de mandar fazer um prelo de ferro no Conservatório das Artes e Ofícios; fôra vê-lo, e depois de o fazer examinar por peritos competentes, considerara-o gravemente imperfeito; e, estando ainda longe do seu acabamento, já tinha feito considerável despesa. Mandara conduzir para a Imprensa Nacional toda a obra feita. Não quisera com isso deprimir o valor dos artistas que haviam dirigido a construção do prelo e nela trabalharam; reconhecia que êste mecanismo, para ser perfeito, dependia de conhecimentos práticos e estranhos aos mestres que se achavam naquele Conservatório. Uma vez na Imprensa Nacional, determinara que o prelo se acabasse de construir, visto que no estabelecimento havia uma oficina de serralharia; e o êxito da tentativa correspondera aos seus desejos: o prelo ficara excelente, e demandara pequena despesa. Em vista do bom resultado alcançado mandara em seguida fazer outro; e ambos ficaram pelo preço de 732$605 réis, incluindo a quantia de réis

260$000 gastos com o primeiro no Conservatório das Artes e Ofícios. Começara-se depois a fazer o terceiro, o qual se achava próximo da sua conclusão.

Mandara tambêm Frederico Marecos vir de Inglaterra dois prelos, com o duplo fim de atender à urgência dos trabalhos que as repartições exigiam e obter para a Imprensa Nacional as máquinas mais aperfeiçoadas desta espécie que então se conheciam. Os prelos adquiridos eram bons, e pelo seu mecanismo mais aperfeiçoado serviram ainda de modêlo ao que se estava acabando de construir. Achava-se portanto a Imprensa Nacional com 20 prelos de ferro ; e não podia conter mais, nem mais eram precisos para as impressões de formato ordinário. Havia contudo uma falta a preencher para impressões de maior dimensão, as quais se tiravam ainda num grande prelo de pau.

A variedade dos tipos que o gôsto moderno tinha introduzido levara Frederico Marecos, a exemplo do que fizeram Rodrigo da Fonseca Magalhães e José Liberato, quando administradores da Imprensa Nacional, a mandar vir de França alguns modelos ; preferindo, porêm, os que representavam uma utilidade permanente e pondo de parte os que na arte tipográfica se lhe afiguravam dum gôsto passageiro e caprichoso. Depois de ter adquirido seis jogos de matrizes de letras maiúsculas dum lavor mais delicado, comprara mais três jogos completos de matrizes de *diamante, pandeta* e *interduo,* que eram os caracteres mais freqùentemente usados.

A Imprensa Nacional achava-se então enriquecida com uma grande variedade de tipos do melhor gôsto feitos na fundição, e com os quais se forneciam as tipografias do continente e do ultramar. Desejaria Frederico Marecos não ter de recorrer ao estrangeiro, porque não faltava habilidade a artistas portugueses para executarem qualquer obra dêste género ; porêm o número dêles era muito reduzido, não havendo então em Portugal mais de três ou quatro habilitados para semelhantes trabalhos ; e entre êsses três ou quatro o mais hábil era decerto o director da oficina de gravura da Imprensa Nacional, mas já idoso bastante, não podendo por isso dar-se a esforços de aplicação.

Por estas razões pusera de parte a idea de mandar fazer na Imprensa Nacional os jogos de matrizes de que mais instantemente se carecia. Mas esta deliberação não impedia ainda assim que o dito

director da gravura se não ocupasse então no acabamento de um jôgo de punções de *tanásia*, que certamente poderia mostrar-se como modêlo de perfeição e elegância.

Relativamente aos trabalhos de impressão e composição, Frederico Marecos tinha o prazer de dizer ao Ministro que havia na Imprensa Nacional artistas de distinto merecimento, e que as suas produções podiam rivalizar em perfeição com as mais nítidas edições de Inglaterra e França. Se algumas impressões da Imprensa Nacional não estavam de acôrdo com esta asserção, era porque o seu custo e o fim a que se destinavam não comportavam maior cuidado de acabamento.

A litografia, que José Liberato tinha estabelecido, e fôra reùnida à fábrica das cartas, achava-se no mesmo estado de melhoramento a que chegara na administração anterior, e alguns serviços prestava, e grandes seriam sem dúvida se a manufactura das cartas não estivesse em tanta decadência. A fábrica das cartas havia sido uma das mais importantes oficinas da Imprensa Nacional e a fonte dos seus maiores recursos, quando vigorava o privilégio da sua manufactura. O privilégio acabou e com êle a maior parte dum grande rendimento, quási todo a benefício do Estado. Ainda assim, a fábrica das cartas continuara a sua laboração em concorrência com as outras particulares; mas o que lhe viera dar um golpe quási mortal fôra a imposição do sêlo. Êste tributo de 40 por cento, adjudicado à Junta do Crédito Público, mas sem alguma especial fiscalização, paralisara quási por completo a venda das cartas da Imprensa Nacional, que, como estabelecimento do Estado, não podia deixar de cumprir rigorosamente a lei, selando todas as suas cartas, enquanto por toda a parte se estavam vendendo cartas sem o devido sêlo.

Frederico Marecos fazia em seguida a seguinte resumida exposição:

Com o auxílio do privilégio das cartas de jogar dera a Imprensa Nacional ao Erário 6:000$000 réis por ano até fins de Dezembro de 1820; desde a criação da Imprensa Nacional até 30 de Junho de 1833 importaram as impressões gratuitas para as secretarias, tribunais e diferentes autoridades, em 152:013$192 réis, que, com 76:699$633 réis em dinheiro saídos do cofre, de que o mesmo Erário dispôs, perfizeram a soma de 228:712$825 réis, como tudo constava do mapa que dizia seguir-se ao relatório. Desde a Restau-

ração, em Julho de 1833 até Dezembro de 1840, importaram as impressões para o Ministério do Reino em 9 :552$586 réis, deduzidas já algumas adições recebidas do mesmo Ministério para auxílio da Imprensa e as dos outros Ministérios até 30 de Junho de 1837 (desde cuja época pagaram regularmente as suas impressões) na importância de 2 :099$150 réis ; o que perfazia a soma de réis 11 :651$736.

Grandes tinham sido portanto os lucros que a Imprensa Nacional havia proporcionado ao Estado ; e grandes vantagens poderia ainda oferecer-lhe, não sómente na prontidão e regularidade das muitas impressões exigidas para o serviço das diferentes repartições públicas, mas até no auxílio que para as despesas da Imprensa deixavam os lucros das obras particulares.

A escrituração dos armazêns, que era a parte mais importante da fiscalização da Imprensa Nacional, achava-se melhorada considerávelmente.

Concluía Frederico Marecos por dizer que não cansaria a atenção do Ministro referindo algumas providências de secundário interêsse que tinha tomado e ainda relatando vários melhoramentos introduzidos em diferentes ramos do serviço da Imprensa Nacional, porque tencionava apelar para o testemunho ocular do mesmo ministro quando êle se dignasse visitar o estabelecimento.

Frederico Marecos, como homem inteligente e funcionário zeloso que era, compreendeu que só observando directamente, e num exame demorado e quanto possível minucioso, os progressos da arte tipográfica nos países mais adiantados, é que poderia bem compenetrar-se das reformas mais urgentes de que carecia a Imprensa Nacional de Lisboa, para a mesma Imprensa satisfazer não só as exigências da sua moderna laboração, como tambêm poder colocar-se ao lado, sem grande desdouro, das melhores tipografias estrangeiras. Neste louvável intuito resolveu fazer uma verdadeira viagem de estudo, para a qual solicitara a devida licença, e ainda os meios precisos para ocorrer às despesas das diversas aquisições de material que tencionava efectuar e eram de reconhecida utilidade.

Satisfazendo a esta justa aspiração, foi-lhe permitido, por portaria de 16 de Maio de 1843, empreender uma viagem a França, Inglaterra e Bélgica, com a missão de estudar os progressos da arte tipográfica e adquirir as máquinas de impressão mais modernas e quaisquer outros artigos necessários e úteis — para o que préviamente tinha contraído um empréstimo de 8:000$000 réis. Partiu de Lisboa a 9 de Julho de 1843, e visitou efectivamente as principais oficinas tipográficas, fundições de tipos e litografias dos países acima citados.

Da forma por que desempenhou a sua missão e dos resultados que logrou colhêr, dá o administrador geral da Imprensa Nacional conta minuciosa no relatório que foi publicado no *Diário do Govêrno* de 9 de Abril de 1844, e do qual passamos a fazer um pequeno extracto.

Concluída a comissão de que Frederico Marecos fôra encarregado por portaria de 16 de Maio de 1843, cumpria-lhe expor circunstanciadamente o que fizera no desempenho da mesma comissão. Depois de madura reflexão decidira-se a começar, por Paris, o curso das suas investigações. A opinião, fundada em factos geralmente sabidos, de que as artes, e principalmente as artes relativas à tipografia, se achavam no mais elevado grau de perfeição naquela capital, e a notória facilidade que oferecia às observações de semelhante natureza a urbanidade e a franqueza do povo francês, determinaram a sua resolução.

Da solução de duas importantes questões, dizia Frederico Marecos, dependia o êxito da sua comissão: a primeira consistia em se averiguar bem quais seriam os objectos de que mais convinha fazer aquisição; a segunda em conhecer-se a localidade onde melhor poderiam ser adquiridos. Precisava para isso fazer um demorado estudo.

O estado da tipografia, em 1844, nas nações mais adiantadas, fazia uma tam grande diferença do estado em que ela se encontrava na mesma época em Portugal, que a primeira vez que êle, Frederico Marecos, entrara, em Paris, numa imprensa, notara logo que tinha muito que aprender.

Valendo-se dalgumas recomendações particulares que tinha levado de Lisboa, logo que chegara a Paris, no dia 10 de Julho de 1843, começara de visitar algumas das mais acreditadas tipografias daquela capital, a primeira das quais tinha sido a Imprensa Rial

de Paris, onde desde logo reconhecera que seria ali que havia de oferecer-se o mais rico e vasto campo para as suas indagações, se para isso alcançasse préviamente uma permissão especial, visto as leis regulamentares daquele estabelecimento serem então muito rigorosas. Apenas num determinado dia de semana se podia ali entrar, não se consentindo que a visita se prolongasse demoradamente.

Dirigiu-se Frederico Marecos ao ministro português em Paris solicitando a sua intervenção oficiosa para a obtenção da licença indispensável, licença que lhe permitisse ao menos freqùentar três vezes por semana a Imprensa Rial e lá pudesse colher os esclarecimentos precisos para o bom desempenho da sua missão — o que afinal conseguiu. Apresentou-se logo na Imprensa Rial, sendo amávelmente recebido pelo primeiro chefe de serviço, Mr. Senne, que estava fazendo as vezes do director, Mr. Lebrun, ausente ; e que o fizera acompanhar por um empregado para o conduzir às diferentes oficinas e lhe dar quaisquer explicações que desejasse. Continuou quási todos os dias a visitar a Imprensa Rial, onde passava algumas horas no exame dos diversos objectos que mais particularmente lhe chamavam a atenção. Confessa que em nenhuma outra parte poderia encontrar mais valiosos elementos para a sua instrução. Os processos, os utensílios, as máquinas, a ordem dos trabalhos, os mesmos trabalhos, a organização administrativa, tudo ali tinha chegado a um grau incomparável de perfeição.

Mas, apesar disso, não deixara Frederico Marecos de visitar tambêm os estabelecimentos particulares mais importantes, tais como : as tipografias de Pankouke, La Cramp, Didot, Fin & Thumot, Crapalet, Schneider e Dupont, onde vira, nesta última, trabalhar o célebre compositor mecânico ; as fundições de Laurent, de Berny, e de Biesta & Laboulaye, que possuíam então as fundições de Didot, Tarbé & C.ª e que neste ramo eram os primeiros fabricantes de Paris. Fôra tambêm muitas vezes aos estabelecimentos de máquinas de imprimir e utensílios tipográficos de Mr. Gaveaux, du Tartre, Girodot, Tissier, Rousselet, Normand, etc.

Dois meses gastara Frederico Marecos nesta cotidiana observação ; e só depois dessa observação de tantos dias é que se julgara habilitado a pensar com segurança no que mais convinha adquirir, hesitando apenas na escolha do país onde devia fazer as compras — se na França, Bélgica ou Inglaterra. Mas o tempo não sobejava, e

como os objectos não se encontrariam feitos em qualquer parte onde fôsse procurá-los, decidira por fim encomendar em Paris os mais importantes, convencido de que ficaria bem servido; e passaria depois à Bélgica e Inglaterra, para adquirir nesses países alguma cousa que oferecesse ainda mais vantajosa aplicação do que aquilo que já tinha visto e examinado. Regressaria em seguida a Paris para receber as encomendas e partiria finalmente com tudo para Lisboa.

Para completa elucidação do que mais lhe convinha adquirir, e nas melhores condições possíveis, resolvera Frederico Marecos consultar pessoas especialmente entendidas e dignas de inteiro crédito, tais como: Mr. Senne, que pouco antes regressara de Inglaterra, onde fôra, por ordem do seu govêrno, visitar os estabelecimentos tipográficos daquele país, e que, se aí tivesse achado alguma novidade importante, estaria já de posse dela a Imprensa Rial de Paris; o Visconde de Santarêm, a cujo vasto saber não podiam deixar de ser familiares estes objectos; João Pedro Aillaud, perfeito conhecedor da matéria — e todos foram concordes em dizer que na Bélgica se empregavam as mesmas máquinas e utensílios tipográficos que se empregavam em França, menos apurados porêm, porque na Bélgica só se tratava de trabalhar depressa para tirar a maior vantagem possível da contrafacção; e que na Inglaterra as máquinas e utensílios tipográficos não eram mais perfeitos do que em França, sendo geralmente mais caros; que aí se faziam belas edições, mas que as edições de apurado gôsto e luxo em França eram melhores. Pôde coleccionar as provas dos melhores caracteres franceses e ingleses e por elas se podia avaliar da exactidão das suas considerações.

Em vista das razões expostas, decidira-se Frederico Marecos a fazer em Paris a encomenda dos principais objectos que tinha a comprar; mas esteve alguns dias perplexo, por circunstâncias imprevistas. Depois que a sua freqüência em diversos estabelecimentos dera uma certa publicidade à comissão de que estava investido, espalhando-se entre os fabricantes de objectos tipográficos que um enviado do Govêrno Português se achava encarregado de fazer importantes compras neste ano, dispondo para isso de fundos consideráveis, vira-se cercado de tantas propostas, fôra procurado por tantos indivíduos, que não sabia bem para onde havia de voltar-se. Para sair-se dêstes embaraços e de quaisquer situações du-

vidosas para o seu bom nome, lembrara-se de pedir a Mr. Senne o favor de lhe indicar *oficialmente:* quem era o maquinista mais hábil na manufactura de prelos mecânicos ; se poderia obter-se um prelo mecânico dos mais aperfeiçoados para grandes formatos, de retiração simultânea, por menos de 12 :000 francos ; quais eram os fabricantes de caracteres mais hábeis e acreditados ; quem fabricava melhor tinta ; e, finalmente, se a administração da Imprensa Rial lhe faria o obséquio de mandar examinar pelos seus peritos quaisquer objectos que êle houvesse de comprar, ordenando-lhes que dessem por escrito a sua opinião.

Começara logo Frederico Marecos a tratar definitivamente com as pessoas designadas e que já conhecia de algum tempo. Fizera com Mr. Gaveaux a convenção de êle vir a Lisboa, ou o seu contramestre, montar o prelo mecânico. Parecia-lhe isto necessário. Os prelos mecânicos eram em toda a parte uma especialidade, e muito mais o deviam ser em Portugal, onde não existia então um só que pudesse servir de modêlo. Encomendara às casas de Biesta & Laboulaye, e Berny, diversos objectos precisos e úteis. Ajustara com Mr. Lorilleux a máquina de moer tinta, e mais utensílios indispensáveis.

Encontrara tambêm Frederico Marecos grandes dificuldades em penetrar nas fábricas de tinta, e mais ainda em obter alguns esclarecimentos relativos à confecção da mesma tinta ; e, sem a eficaz recomendação que Mr. Senne lhe havia dado para Mr. Lorilleux, fornecedor da Imprensa Rial, e doutras recomendações que posteriormente alcançara para Mr. Daumas, que igualmente se ocupava em grande ponto da indústria das tintas, talvez não lhe fôsse possível, neste ponto, adiantar os seus conhecimentos. Estava porêm convencido de que tinha visto e colhido o suficiente para poder aperfeiçoar a fabricação dêste género em Portugal.

Parecia-lhe não só conveniente mas necessário introduzir na Imprensa Nacional o novo método de estereotipar e reproduzir vinhetas e gravuras, ao que os franceses chamavam *clicher.*

Tendo Frederico Marecos relações directas com a casa de Mr. Didot, cuja reputação era tam celebrada, julgara que não seria necessário consultar a Imprensa Rial acêrca do crédito daquela casa, e por isso não hesitara em comprar ao director da sua oficina de estereotipia alguns aparelhos e utensílios de estereotipagem. Era indispensável para esta espécie de trabalho, inteiramente novo

em Portugal, trazer um operário hábil ; e teve a fortuna de o encontrar com os requisitos necessários. Estava contratado por um ano, vencendo 4 francos por dia, e pagando-se-lhe as despesas da viagem de vinda e volta.

Algumas cousas de pequena importância que comprara, como linhas fundidas e pequenos objectos pertencentes à fundição, foram escolhidos em casas acreditadas. Comprara também alguns livros que lhe pareceram convenientes para a biblioteca da Imprensa Nacional.

Passara Frederico Marecos a Bruxelas nos fins de Outubro, e aí, por intervenção do encarregado de negócios de Portugal, visitara as tipografias dessa capital, só duas das quais mereciam especial menção : a que fazia as publicações do Govêrno e a da Sociedade Tipográfica. Não vira aí mais nada de notável.

Partira depois para Londres, e aí, ajudado das recomendações que devia à oficiosa amizade de Freire Marreco, visitara as primeiras tipografias daquela grandiosa metrópole, tais como a Whiting, a de Royal Printing Office, e a notável oficina do *Times* e outras ; assim como as fundições de Wilson, Henry e Casbon, de Figgim, etc., não encontrando nada superior ao que tinha visto em França.

De volta a Paris, Frederico Marecos fôra logo examinar o estado em que se encontravam os objectos que deixara encomendados, encontrando muitos já prontos e outros em via de conclusão. Já tinha feito reparo de que nas séries de caracteres que havia escolhido faltavam alguns corpos intermédios, de que então prescindira para não exceder a despesa limitada peio crédito de que estava autorizado a dispor, e porque a aquisição dêsses corpos intermédios poderia prejudicar a compra doutros artigos mais urgentes. Bem calculara os inconvenientes a que necessáriamente deviam dar lugar aquelas lacunas ; e as observações que a tal respeito lhe fizera o chefe da fundição da Imprensa Rial de Paris mais lhe mostraram a necessidade de as preencher.

Havia também notado Frederico Marecos que em todas as imprensas bem organizadas, onde trabalhavam prelos mecânicos, se empregavam máquinas de vapor para lhe dar o necessário movimento ; e que êste motor era incontestàvelmente muito mais regular e também mais económico quando se aplicava a mais duma máquina. Duvidou-o se havia ou não de adquirir uma máquina de va-

por, visto a sua despesa exceder a que estava autorizado a fazer, consultara algumas pessoas importantes de Portugal que nessa ocasião se encontravam em Paris, e todas foram de opinião de que êle devia dar à sua comissão um êxito completo e que não era possível que outras fôssem as intenções do Govêrno Português.

Por estas razões resolvera-se a ampliar a escolha dos caracteres, a fazer a encomenda duma pequena máquina de vapor, e a comprar a Mr. Gaveaux uma pequena prensa de braço, de que a Imprensa Nacional tinha necessidade para a tiragem de pequenos formatos. Como Mr. Gaveaux lhe afiançara a especial competência da casa Daret para a construção de máquinas de vapor, tratara com Mr. Daret e com o seu contramestre Lemoine a resolução dêste assunto. Reconhecera também a conveniência da vinda a Lisboa dum maquinista de confiança para montar a máquina — e ninguêm seria mais competente do que o operário que mais trabalhara nela, o qual se prestara a vir a Lisboa vencendo a retribuìção de 6 francos por dia e não correndo por sua conta as despesas das respectivas viagens de vinda e volta.

Estando prontas todas as encomendas, dirigiu-se Frederico Marecos ao director da Imprensa Rial para êste dar cumprimento à promessa que fizera de as mandar examinar pelos peritos da mesma Imprensa Rial. O director dera imediatamente ordem aos três sub-chefes — da fundição, da tipografia e da litografia — para que desempenhassem essa missão, os quais acharam tudo da melhor qualidade, comportando os últimos aperfeiçoamentos introduzidos na arte, e sendo os preços regulares e favoráveis.

Satisfeitas as importâncias das encomendas, Frederico Marecos fez embarcar essas encomendas no Havre, e de lá partiu juntamente com elas para Lisboa, onde chegou no dia 19 de Dezembro de 1843. Tinha a convicção, dizia, de que em poucos meses, na posse plena dêstes objectos, a Imprensa Nacional ficaria um estabelecimento completo e em circunstâncias de satisfazer as exigências da indústria tipográfica de Portugal.

Quanto à organização do pessoal — que Frederico Marecos não podia deixar de confessar que era deficiente e incapaz de corresponder às indicações do serviço que a Imprensa Nacional tinha por dever executar — esperava igualmente que dentro de pouco tempo nada deixaria a desejar. Dizia possuir a colecção de todos os regulamentos e principais leis por que se regia a Imprensa Rial

de Paris, e com estes valiosos subsídios contava elaborar os regulamentos que estivessem no círculo das suas atribuìções.

Por último Frederico Marecos apresentava as contas respeitantes à sua missão, as quais se resumiam no seguinte :

Dinheiro que recebera.	8:670$169
Dispêndio na compra de objectos e várias gratificações	7:071$205
Despesas pessoais e viagens de ida e volta, etc.	1:267$104
Importância dos juros pagos ao Banco de Lisboa, com o qual a Imprensa Nacional tinha contratado o empréstimo destinado às compras mencionadas	340$800
	8:679$169

A lista dos objectos adquiridos por Frederico Marecos para a Imprensa Nacional, alêm das máquinas de que mais adiante se faz menção, é relativamente grande e por ela se vê que o material dêste estabelecimento fôra então enriquecido com mais : 63 jogos de matrizes de diferentes corpos ; 76 matrizes de vinhetas de combinação ; 1 molde de fundir guarnições, outro de filetes, diversos utensílios de fundição ; caracteres fundidos ; uma serra mecânica ; 1 mouton ; vinhetas fundidas ; algumas drogas para tintas de côres ; aparelhos de estereotipar ; 1 tímpano graduado para litografia a côres ; 1 barril de tinta ; coiros e rolos para a litografia ; 22 pedras litográficas ; linhas fundidas e pequenos objectos pertencentes à fundição ; 1 máquina de 6 cilindros para moer tinta ; e muitos outros objectos de menos importância.

As máquinas compradas a Mr. Gaveaux foram : 1 grande prelo mecânico de tirar e retirar 1:000 exemplares por hora, por 11:600 francos ; 1 prelo columbiano para grandes formatos, por 2:400 francos ; 1 máquina de lustrar papel, por 1:200 francos ; 1 prensa para formatos pequenos, por 500 francos. O custo da máquina de vapor e ainda outras despesas a fazer deviam atingir aproximadamente a soma de 2:000$000 réis.

O relatório de Frederico Marecos e a maneira brilhante por que o administrador da Imprensa Nacional se tinha desempenhado da missão que oficialmente lhe fôra confiada mereceram uma portaria

de louvor, datada de 18 de Março de 1844 e publicada no mesmo número do *Diário* em que se encontra o dito relatório. Essa portaria consignava e determinava : que o administrador geral da Imprensa Nacional dera inteiro cumprimento à comissão de que fôra encarregado ; que ficavam autorizadas todas as despesas feitas pelo mesmo administrador, devendo o pagamento das somas despendidas ficar a cargo dos rendimentos do cofre da Imprensa Nacional ; que se publicassem no *Diário do Govêrno* o relatório e as contas do encarregado da comissão, cujo bom serviço era por êste modo reconhecido e louvado ; que o mesmo encarregado procurasse o mais breve possível confeccionar o regulamento para o bom desempenho do serviço e administração da Imprensa a seu cargo, propondo ao Govêrno o que carecesse de aprovação superior ; que, postas desde logo a funcionar as novas máquinas, aparelhos e mais utensílios tipográficos, o administrador geral da Imprensa Nacional devia dar, por intermédio do Ministério do Reino, conhecimento dos melhoramentos e resultados que se fôssem obtendo.

Frederico Marecos tinha combinado com Mr. Gaveaux a vinda dêste construtor a Lisboa, para presidir à montagem da máquina que vendera ; mas como Mr. Gaveaux se demorasse, resolvera proceder a alguns ensaios de montagem da mesma máquina, os quais deram bons resultados. Por fim convenceu-se da inutilidade da vinda de Mr. Gaveaux, e nesse sentido lhe escreveu.

Já em princípios de 1842 Frederico Marecos fizera a aquisição, para a Imprensa Nacional, do único prelo mecânico que havia em Lisboa, e duma prensa hidráulica para assetinar o papel depois de impresso. Por êsse tempo alargou-se a oficina de composição, construindo-se uma espaçosa sala, que até a demolição do antigo edifício foi sempre conhecida e designada pelo pessoal da Imprensa por «Casa Nova». Mais anteriormente ainda, em Outubro de 1838, Março e Dezembro de 1839 e Junho de 1840, se haviam comprado, para a fundição de tipos, 1:207 matrizes no valor de 2:461$800 réis.

Por decreto de 17 de Fevereiro de 1842 foi suscitada a observância dos alvarás de 9 de Março e 26 de Outubro de 1824, pelos quais se concedera à Imprensa Nacional o privilégio de impressão, venda de todas as leis, decretos e outros semelhantes diplomas, avulsos ou em colecções ; privilégio que, por essencialmente fundado em utilidade pública, estava longe de ter sido revogado pelo

§ 15.º do artigo 145.º da Carta Constitucional, achando-se pelo contrário compreendido na sua excepção[1].

Por decreto de 28 de Novembro de 1842 foi suprimido o lugar de tesoureiro pagador da Imprensa Nacional.

Convêm registar aqui uma notícia a muitos respeitos curiosa, e que constitui sem dúvida um episódio interessante dos sucessos mais movimentados da Imprensa Nacional.

Em Abril de 1843 manifestou-se um violento incêndio no edifício do extinto Colégio dos Nobres, onde estava estabelecida, havia já 10 anos, a Escola Politécnica. Êsse edifício distava então apenas, como o que sôbre as suas ruínas se ergueu depois e está de pé, umas dezenas de passos da Imprensa Nacional. Frederico Marecos, com a coadjuvação eficaz, que tinha solicitado, de todos os empregados da Imprensa Nacional, prestou valiosos serviços por essa ocasião, serviços que o Govêrno louvou e agradeceu depois em portaria de 25 de Abril do mesmo ano de 1843.

Frederico Marecos julgou do seu dever levar ao conhecimento do Ministro do Reino alguns factos e circunstâncias que se tinham dado na Imprensa Nacional por ocasião dêsse grande incêndio, que destruíra o belo edifício onde se achavam instaladas a Escola Politécnica e a do Exército; e neste sentido escreveu um relatório circunstanciado, que oficialmente enviou à estação superior. Nesse relatório dizia Frederico Marecos que, logo que dera pelo incêndio, mandara suspender o trabalho de todas as oficinas da Imprensa

[1] Constando na administração da Imprensa Nacional que se estão imprimindo em oficinas particulares leis e colecções de leis, e algumas se acham já impressas e à venda, e designadamente o Código Administrativo, contra a expressa disposição dos alvarás de 9 de Março e 24 de Outubro de 1812, cuja execução foi ultimamente suscitada por decreto de 17 de Fevereiro último, declara a mesma administração que promove pelos meios competentes o efectivo cumprimento do disposto nos referidos alvarás, que, além da pena de perdimento de todos os exemplares apreendidos, impõe a multa pecuniária de 40$000 réis a quem quer que imprimir ou vender leis ou colecção de leis, cuja impressão e venda pertence exclusivamente à Imprensa Nacional (D. G. n.º 87, de 1843).

Nacional e ordenara igualmente que os empregados e operários o acompanhassem, para irem todos, com a bomba que havia no estabelecimento, prestar o auxílio possível na extinção do incêndio e cooperar na salvação dos objectos mais preciosos. Tinha o gôsto de declarar que todo o pessoal da Imprensa Nacional se portara magnìficamente naquela faina heróica de combater o elemento destruìdor. Das 3 horas e meia da tarde até a meia noite, a maior parte dos empregados, e alguns até a manhã do dia seguinte, não cessaram de trabalhar com denodo e dedicação.

Tudo o que se pudera salvar do incêndio fôra conduzido para os armazêns da Imprensa Nacional. Na oficina tipográfica e na casa do administrador prestaram-se socorros às pessoas que mais ou menos tinham recebido ferimentos. O rei D. Fernando, que por muito tempo estivera no local do incêndio, tinha subido à oficina tipográfica para se inteirar do estado dos feridos, que felizmente não ofereciam gravidade. O chefe do estado maior da 1.ª divisão viera oferecer ao administrador geral da Imprensa Nacional todo o auxílio da fôrça armada para a guarda dos objectos salvos do incêndio, e que eram todas as máquinas e utensílios da aula de física e química, os instrumentos astronómicos, os livros das duas bibliotecas, os papéis dos dois cartórios, as imagens, vasos sagrados e alfaias da igreja e muitos móveis. Conforme a indicação do mesmo administrador, colocaram-se então sentinelas nos lugares convenientes.

O rei D. Fernando voltara outra vez a visitar a Imprensa Nacional, para observar mais detidamente os objectos que se tinham salvo do incêndio.

A alguns dos operários da Imprensa Nacional, que mais trabalharam e mais fatigados ficaram por ocasião do incêndio e que não puderam por isso comparecer no estabelecimento, mandara Frederico Marecos abonar uma pequena gratificação, certo de que o Govêrno sancionaria uma medida de todo o ponto justa.

José Frederico Pereira Marecos faleceu a 27 de Setembro de 1844. Muito havia ainda a esperar, e com indiscutível fundamento, da sua inteligente e ousada iniciativa. Novo ainda, pois contava apenas 42 anos, dispondo dum grande espírito reformador e duma

vontade inquebrantável, decerto viria a prestar ainda, à Imprensa Nacional, outros e porventura mais valiosos serviços, se a morte o não ceifa prematura e inesperadamente. No *Diário do Govêrno* de 28 de Setembro de 1844 vem um pequeno artigo consagrado à sua memória[1].

No gabinete da administração da Imprensa Nacional existe o retrato, pintado a óleo, de Frederico Marecos.

---

[1] No sábado 28 de Outubro de 1844, pelas 4 horas da tarde, foi dado à sepultura o cadáver do Sr. José Frederico Pereira Marecos. Às 9 horas havia sido conduzido, pelos empregados da Imprensa Nacional, da casa onde falecera para a paroquial de S. Mamede. Nessa igreja se lhe fizeram as encomendações do estilo a que assistiram obra de 200 amigos do finado. A esta solenidade religiosa seguiu-se outra social — espécie de ovação funérea, homenagem prestada às virtudes do homem benemérito que muita honra faz aos dignos empregados, que assim manifestaram pela derradeira vez o afecto e gratidão que os ligava ao chefe exemplar, que tantas provas lhes deu sempre do seu zêlo para êles ; e seja registada para estímulo de súbditos e superiores. Os empregados da Imprensa Nacional conduziram à mão o féretro do seu administrador, desde a igreja até o cemitério entre perto de 200 tochas. Atrás seguia-se a berlinda e séquito de convidados ; o que tudo dava ao préstito certo aspecto fúnebre, é verdade, mas pomposo. (D. G. n.º 231, de 1844).

VI

1844—1878

Por decreto de 28 de Setembro de 1844 foi nomeado administrador geral da Imprensa Nacional Firmo Augusto Pereira Marecos, irmão do anterior administrador. Pode dizer-se que foi um continuador sciente e consciente da obra profícua com que se tinha assinalado Frederico Marecos na administração da Imprensa Nacional.

Logo em Janeiro de 1845 se estabeleceu uma escola especial para os aprendizes de compositor, a qual escola devia ter em vista acabar com a viciosa prática de ensino seguida até então. Foi nomeado para a dirigir o distinto tipógrafo João Manuel de Freitas, que mais tarde veio a ocupar o lugar de director técnico das oficinas tipográficas da Imprensa Nacional, e que fazia parte do seu pessoal desde 18 de Maio de 1821, data da sua admissão como aprendiz. Aumentou-se esta escola em 1854, e foi definitivamente regulada em Julho de 1858.

O material tipográfico foi quási todo reformado, obtendo-se outro de novos e mais perfeitos modelos. Instalou-se devidamente um depósito de material e utensílios com o competente regulamento e um fiscal responsável. Nas oficinas foi tambêm introduzida a iluminação a gás, o que constituía de certo um grande melhoramento para todo o pessoal.

No *Diário do Govêrno* de 30 de Outubro de 1845 vem publicada a «Conta da receita e despesa da Imprensa Nacional desde o 1.º de Outubro de 1844 até 30 de Setembro de 1845». No ofício, com a data de 21 de Outubro do mesmo ano, que acompanha a dita conta de receita e despesa, dizia o administrador geral Firmo Marecos que, tendo findado no último dia de Setembro de 1845 o primeiro ano da sua administração, mandara fazer a respectiva conta da sua gerência, que inclusa levava ao conhecimento do Mi-

nistro ; e pela qual lhe parecia provar que tinha procurado sempre corresponder à confiança que nele se havia depositado.

Essa conta mostrava que a última administração da Imprensa Nacional tinha pago 9:700$159 réis de dívidas pertencentes às administrações anteriores, e que a importância das dívidas activas da Imprensa Nacional, relativas à época de que se tratava, era inferior às dívidas passivas, ao mesmo passo que se ocorrera ao dispendiosíssimo custeamento da mesma Imprensa, que dava ainda um saldo de 292$745 réis para o mês de Outubro de 1845.

Firmo Marecos confessava que semelhantes resultados já êle esperava que se manifestassem como conseqüência natural dos aperfeiçoamentos que então se notavam na Imprensa Nacional, e que eternamente honrariam a memória do seu irmão José Frederico ; mas, acrescentava, se não fôsse a protecção e auxílio que tinha encontrado em todos os Ministros, e muito especialmente no que então geria a pasta dos Negócios do Reino, Conde de Tomar, não se poderiam ter alcançado tam proveitosos frutos.

Terminava Firmo Marecos por pedir ao citado Ministro que, no caso em que a conta apresentada e mais o ofício que a acompanhava merecessem a aprovação superior, se fizesse constar esta aprovação por meio dum documento oficial inserto no *Diário do Govêrno*, para que desta forma se tornasse público o estado financeiro da Imprensa Nacional no tempo da sua gerência.

Êsse documento oficial veio efectivamente publicado no mesmo número do *Diário do Govêrno* em que se inseriam o ofício e a conta de receita e despesa da administração da Imprensa Nacional ; e constava duma portaria, datada de 28 de Outubro e assinada pelo Ministro, Conde de Tomar, na qual, considerando o bom estado económico da mesma Imprensa, se louvava o seu administrador geral pela maneira por que se tinha até então desempenhado da comissão de que estava investido.

Em 5 de Novembro de 1845 criou-se o primeiro montepio da Imprensa Nacional, e a 24 de Janeiro de 1846 foram apresentados à aprovação do Govêrno os seus estatutos, com o seguinte título : «Estatutos do Montepio da Imprensa Nacional, intitulado Caixa de Socorros».

A comissão que tinha elaborado e submetia estes Estatutos à sanção superior era composta dos seguintes indivíduos: Firmo Augusto Pereira Marecos, administrador geral; Augusto Zacarias Loforte, contador; Ângelo Rafael Vecchiato, Pedro Pinto de Morais Sarmento, Francisco Ângelo de Almeida Pereira e Sousa, Filipe Camilo Tarré, Francisco da Silva Tojeiro, José Vicente da Silva, João Manuel de Freitas e José António Francisco da Silva. Foram aprovados por alvará de 28 de Abril de 1846. Constavam de 50 artigos subordinados a 9 capítulos. O administrador geral da Imprensa Nacional seria sempre o presidente da assemblea geral do montepio. Os associados pagariam a cota semanal de 50 réis, e receberiam o subsídio, quando doentes, de 200 réis diários. Aos que se impossibilitassem de trabalhar por decrepitude, cegueira ou aleijão, ser-lhes hia abonada a pensão vitalícia de 160 réis diários.

Em 31 de Dezembro de 1866 contava a Caixa de Socorros 338 associados. Junto dessa Caixa funcionou depois uma Caixa de descontos e empréstimos, bem como uma Caixa Económica, que recebia depósitos a juros de 3 por cento.

No *Diário do Govêrno* de 7 de Julho de 1849 vem publicado outro relatório de Firmo Marecos, o qual tem a data de 2 de Julho do mesmo ano. É um documento importante e copioso em informações valiosas.

Nesse relatório começa o administrador da Imprensa Nacional por aludir ao que em 21 de Outubro tinha enviado ao Ministério do Reino, e repete parte do que então já tinha dito. Tendo seguido sempre o mesmo método de administração, que consistia na mais severa economia e fiscalização, sem contudo deixar de atender ao progresso artístico do vasto estabelecimento que lhe fôra confiado, vinha apresentar ao Ministro uma conta desde 30 de Setembro de 1845 até Maio de 1849. Lisonjeava-se de que a conta que apresentava agora, embora compreendesse um tempo em que extraordinários acontecimentos políticos tinham feito paralisar quási por completo o movimento tipográfico, não era menos satisfatória do que a que já havia enviado, em 1845.

A Imprensa Nacional devia em Setembro de 1844 a soma de 26:214$436 réis, parte dos quais vencia juro; a 7 de Julho de

1849 a sua dívida estava reduzida a 15:644$066 réis, sem juro algum. Tinha sido pois paga por Firmo Marecos a quantia de réis 10:570$370, cuja responsabilidade pertencia às administrações anteriores à sua. E muito era de notar que a Imprensa Nacional possuísse ainda um crédito de 30:168$502 réis.

Isto quanto ao estado económico da Imprensa Nacional.

Quanto à sua laboração, como vasto estabelecimento onde se praticavam diversas artes e ofícios, o relatório também continha curiosas referências. Assevera Firmo Marecos que na Imprensa Nacional se faziam todas as cousas essencialmente necessárias à tipografia: abriam-se punções; cravavam-se e justificavam-se as matrizes; fundiam-se e justificavam-se os tipos, pelo sistema de pontos, como estava modernamente adoptado nos países mais adiantados na arte tipográfica; estereotipava-se qualquer composição tipográfica; reproduziam-se todas as vinhetas e ornatos tipográficos por meio de belos aparelhos, e pelo mesmo método que se usava em França e na Inglaterra. Os prelos de ferro que trabalhavam a braço faziam-se também na Imprensa Nacional; concertavam-se e reparavam-se os prelos mecânicos e as diferentes máquinas de ferro que a Imprensa possuía, como a de vapor, a hidráulica, a de assetinar papel, e de moer tinta e outras. A tinta de diversas côres também era feita na Imprensa, assim como os rolos que as distribuíam sôbre as fôrmas.

Se a Imprensa Nacional, afirmava ainda Firmo Marecos, não tinha até então produzido edições chamadas de «luxo», não era porque não estivesse habilitada a fazê-las. A razão dessa falta era outra.

A Imprensa Nacional em 1849, e segundo o relatório a que vimos fazendo referência, compunha-se de:

1 grande oficina tipográfica, com 20 prelos de ferro movidos a braço, 2 prelos mecânicos a vapor, com muitíssimos quintais de tipo e aviamentos tipográficos;

1 oficina litográfica, com 4 prelos magníficos, quási todos alemães, que eram os melhores;

1 oficina de estamparia com bons tórculos;

1 oficina de cartas de jogar;

1 oficina de gravura, onde se faziam os punções e se gravava em qualquer metal e em madeira;

1 oficina de fundição de tipos;

1 oficina de serralharia.

A Imprensa Nacional possuía também uma rica colecção de chapas abertas em cobre, dos mais delicados desenhos, as quais eram um primor de arte, sendo algumas gravadas pelo célebre Bartolozzi; e dispunha ainda de muitíssimos punções e dum considerável número de matrizes de elegantes tipos, de vinhetas e ornatos tipográficos.

No citado relatório já aludia Firmo Marecos à confecção dum espécime, onde deviam aparecer todos os caracteres, vinhetas e ornatos de que dispunha a Imprensa Nacional.

Afirmava também que o edifício da Imprensa, embora não construído para o fim que se lhe tinha dado depois, com as obras que se lhe fizeram em diversos tempos, e principalmente com as que mandara executar o seu imediato antecessor, se prestava bem ao estabelecimento e funcionamento das respectivas oficinas; e, acrescentava: para que todos pudessem compenetrar-se desta verdade e também da boa ordem e asseio em que se achava a Imprensa Nacional, eram as suas portas franqueadas ao público todas as têrças-feiras.

Menciona ainda Firmo Marecos numerosos autores que preferiam então os prelos da Imprensa Nacional aos das melhores tipografias de Lisboa, não só porque as suas obras logravam mais nítida impressão, mas porque muitas vezes lhes saía mais em conta a respectiva despesa.

Restava-lhe falar do pessoal, que geralmente se podia considerar bom, e que contava alguns operários e artistas de muito merecimento; não havia então nenhum artista estrangeiro, cujo concurso já não era preciso. Um maquinista e um estereotipador franceses, que tinham sido contratados por Frederico Marecos, em Paris, e na Imprensa Nacional se conservaram por algum tempo, ensinaram bem o que sabiam e deixaram por isso discípulos tam peritos como os mestres.

O pessoal da Imprensa Nacional compunha-se, em 1849, de 140 e tantos empregados, na sua grande maioria sem vencimento certo, especificados na seguinte relação: 1 administrador geral, 1 contador, 1 escriturário, 2 amanuenses, 1 contínuo, 3 revisores, 3 fiéis de armazêm, 10 mestres ou chefes de oficinas, 52 compositores, 28 impressores, 4 alçadores, 3 fundidores, 4 gravadores, 4 litógrafos, alguns oficiais que faziam cartas de jogar, serralheiros, porteiro, moços, desenhadores e comissários, que eram empregados externos.

Como a grande maioria dos empregados da Imprensa Nacional não tinha então vencimento certo, cobrando salário únicamente nos dias de trabalho efectivo, e caindo, por isso, quando doentes, muitos operários na indigência, promoveu e conseguiu Firmo Marecos a criação do Montepio já referido, e cuja existência acusa no seu relatório.

Pela conta da receita e despesa da Imprensa Nacional referente a 1 de Outubro de 1844 a 31 de Maio de 1849, vê-se que a receita da oficina tipográfica fôra de 102:243$397 réis e a despesa de 94:159$213 réis, havendo portanto um saldo de 8:084$184 réis; fundição de tipos, receita 18:863$657 réis, despesa 15:806$124 réis, saldo 3:057$533 réis; fábrica de cartas de jogar, receita 3:035$803 réis, despesa 3:052$210 réis, *deficit* 16$407 réis; oficina litográfica, receita 6:831$376 réis, despesa 5:872$741 réis, saldo 958$635 réis. A conta acusa outras verbas de receita e de despesa na importância total, a primeira de 142:434$433 réis, e a segunda de 141:552$050 réis, com um saldo positivo de réis 882$383 réis.

A fundição de tipos na Imprensa Nacional, que sem dúvida havia progredido muito e que, mesmo ao tempo da nomeação de Firmo Marecos, estava procedendo à fundição dos corpos recentemente chegados do estrangeiro, sob as vistas de Marcelino António Alves, homem muito activo mas não dispondo aliás de vastos conhecimentos técnicos — essa fundição de tipos estava, em 1840, ainda longe de atingir o grau de perfeição a que tinha direito. E esta verdade evidenciou-se clara quando, em fins do ano de 1840, se estabeleceu em Lisboa uma nova fundição de tipos, dirigida por artistas estrangeiros, sob a firma social de Silva & Bézan, e oferecendo ao público uma série de tipos e vinhetas realmente elegantes, fundidos por um sistema inegávelmente mais perfeito, e sendo o seu preço muito mais módico.

Era manifesto o propósito de se fazer concorrência à fundição de tipos da Imprensa Nacional.

Receosa dessa concorrência, e sobretudo para evitar uma deprimente situação de inferioridade, a administração da Imprensa Nacional nomeou, em meados de 1850, uma comissão, composta dalguns operários distintos e do escriturário Pereira e Sousa, para

que inquirisse dos melhoramentos que mais necessitava a fundição de tipos e estudasse a melhor e mais rápida maneira de os efectuar. Essa comissão propôs mais tarde os seguintes alvitres: a refundição total de todos os caracteres pelo «tipómetro» Didot; a reforma do método de trabalho, aproveitando-se a experiência de Luís Muratet, que se havia despedido da fundição de Silva & Bézan e fôra admitido na Imprensa Nacional, onde veio depois a exercer o lugar de mestre, vago pelo falecimento de António Alves em 1851; lembrava-se igualmente a aquisição de novas máquinas e matrizes, inutilizando-se as que o uso houvesse condenado; o emprêgo de melhor matéria prima, e a redução dos preços de venda até onde fôsse possível.

Em 5 de Março de 1851 a administração geral da Imprensa Nacional nomeou uma comissão com o fim de estudar e elaborar um regulamento, de que muito carecia a oficina tipográfica da mesma Imprensa. Essa comissão ficou composta de Filipe Camilo Tarré, presidente, Francisco da Silva Tojeiro, João Manuel de Freitas, João Maria Pinheiro Falcão, Brás de Sousa Machado, Joaquim José das Neves, João Francisco Saraiva, José Bento Esteves, José António Francisco da Silva, José Maurício Veloso e Olímpio Nicolau Rui Fernandes, secretário.

Em 12 de Março do mesmo ano, a mencionada comissão apresentou o resultado dos seus trabalhos, que se traduzia no *Projecto de regulamento para a oficina tipográfica da Imprensa Nacional,* acompanhado dum bem desenvolvido relatório, do qual daremos um ligeiríssimo extracto.

Nesse relatório a comissão acentuava que quisera estudar e analisar, quanto lhe permitia a esfera dos seus conhecimentos, a história da arte tipográfica, o seu progresso nos outros países, os seus métodos mais seguidos e experimentados, e quais as causas do seu atraso em Portugal; e dêsse estudo e análise colhêr os mesmos meios que lá fora já tinham sido proveitosamente empregados para se conseguir o aperfeiçoamento da arte tipográfica. Para isso a comissão estudou os *Manuais* franceses de melhor escola que pôde colhêr, e dêles recolhera alguns dados que, postos em harmonia com alguns dos nossos usos e necessidades, de muito proveito lhe foram.

A comissão asseverava que se tinha compenetrado desta verdade : que o nosso estado de civilização, pôsto que imberbe, se ressentia contudo do estado inferiormente desproporcional da nossa tipografia. Era preciso que a arte tipográfica caminhasse ; e, se a Imprensa Nacional não tomasse a iniciativa para a realização dêste progresso, forçosamente apareceria mais tarde quem a levasse a efeito. À Imprensa Nacional porêm é que competia, como oficina modêlo do país, cuidar da regeneração da arte tipográfica em Portugal.

A comissão, depois de muitas outras considerações, informava que o seu ponto de partida tinha sido o seguinte : organizar devidamente o pessoal, criando os novos lugares que o moderno sistema requeria ; e, definindo o grau de autoridade que competia a cada uma das antigas e modernas categorias artísticas, designar a cada uma delas as suas estritas atribuìções para evitar os velhos prejuízos e incompetências perniciosas que pudessem atacar o justo exercício das respectivas funções ; colocar os operários no lugar que lhes desse o seu mérito, bem reconhecido e provado, e estabelecer a comunidade dos trabalhos em grupos, bem dirigidos, para que se obtivesse a rapidez necessária e proveitosa ; criar por todos os meios possíveis o estímulo e facilitar e aperfeiçoar o material para o conseguimento de melhor grau de perfeição ; estabelecer uma tabela de preços invariável, conscienciosa e razoável, para que nenhum operário tivesse de queixar-se de injusta retribuìção.

O projecto do regulamento, que interinamente se pusera em execução por ordem do administrador geral e mais tarde se tornou definitivo com a sanção do Govêrno, estava feito com cuidado e consciência.

Na parte subordinada ao título «Organização do pessoal» prescrevia a comissão que a oficina tipográfica da Imprensa Nacional tivesse um director, que seria a primeira autoridade artística do estabelecimento, e um sub-director para ajudar o mesmo director e substituí-lo nos impedimentos ; estabelecia uma escola tipográfica, que devia ser dirigida por um dos mais hábeis tipógrafos ; criava um conselho tipográfico, permanente, composto do director, sub-director, mestre da escola tipográfica, mestre dos impressores, mestre da fundição, de 1 compositor e de 1 impressor de 1.ª classe, eleitos à pluralidade de votos pelos indivíduos das respectivas classes ; dividia os compositores em duas classes, 1.ª e 2.ª, devendo

compor-se a 1.ª classe dos indivíduos que, pela sua aplicação e inteligência, se tivessem avantajado aos seus colegas e provado o seu adiantamento e saber, e competindo-lhe todos os trabalhos de maior dificuldade, tabelas, obras de vinhetas e ornatos ; e a 2.ª formar-se hia do restante dos compositores, e ser-lhe hia destinadas as denominadas «obras cheias» ; dividia igualmente os impressores em 1.ª e 2.ª classes, pertencendo à 1.ª a execução das obras de maior esmêro ; criava os lugares de chefes de secção e designava-lhes as atribuìções ; criava igualmente o lugar de revisor (que devia saber correctamente a língua portuguesa, o latim e o francês) e o do seu ajudante, que seria exercido por um compositor para isso habilitado.

A comissão que elaborara o projecto de regulamento apresentara tambêm algumas «Reflexões e alvitres sôbre o local, material e utensílios», que eram, no expor da mesma comissão, a seqüência imediata das ideas que presidiram ao projecto da reforma. Nessas «Reflexões e alvitres» a comissão propusera a mudança dalgumas oficinas e a instalação de determinados serviços em locais préviamente escolhidos ; e demonstrava a conveniência e a urgência de se adoptarem muitas outras medidas, todas destinadas a beneficiar a produção e o produtor.

Apresenta igualmente uma «Tabela do preço da composição tipográfica por que se devia regular de futuro a Imprensa Nacional», que compreendia 11 artigos ; e ainda outra «Tabela de preços de impressão das obras», que se compunha de 1 quadro em que se mencionavam o formato das obras, o número dos exemplares e os respectivos preços.

Convêm deixar aqui consignado um facto de certa importância para a literatura portuguesa. Até próximamente a época da intitulada «Regeneração» corriam muito desordenadamente as fórmulas literárias, havendo-as de diferentes épocas, mas posteriores ao século XVII. Foi a Imprensa Nacional, por intervenção directa de Pereira e Sousa, então tambêm revisor tipográfico, que empreendeu a regularização das diversas fórmulas, adoptando a ortografia do *Dicionário* de Roquete, que a pouco e pouco foi sendo um tanto modificada pela experiência de seus desconcertos. Com o fim dessa regularização foi elaborada uma «Guia para servir de auxílio na

composição, etc.», que,não tendo data, insere todavia peças oficiais, servindo de modelos, do ano de 1855, a qual «Guia» vigorou, já bastante alterada, até a elevação a chefe da revisão, no ano de 1900, do ilustre tipógrafo José António Dias Coelho, a cuja iniciativa e esforços se deve em grande parte a adopção oficial da moderna ortografia, no que foi valiosamente auxiliado pelo actual administrador da Imprensa Nacional, Luís Derouet.

O Ministro do Reino, Rodrigo da Fonseca Magalhães, dizia o seguinte no seu relatório de 30 de Junho de 1854 :

> A Imprensa Nacional, bem regida e zelosamente administrada, tem recebido importantes e progressivos melhoramentos nos diferentes ramos das artes tipográfico-litográficas. Acham-se já completamente fundidas muitas colecções de tipos pelo sistema de Didot, há muito adoptado em toda a sua pureza naquela oficina. Além disso forceja a administração da Imprensa por adquirir mais um prelo mecânico, movido a vapor, como instrumento necessário e de aperfeiçoamento para a impressão de grandes dimensões.

Efectivamente foi votada ao Ministério do Reino uma verba de 4:500$000 réis para ser aplicada à compra dum prelo mecânico de grandes dimensões, destinado à Imprensa Nacional, e para ocorrer às despesas resultantes da respectiva instalação e do alargamento da oficina tipográfica. A compra dêsse prelo tinha por fim habilitar a Imprensa Nacional a dar em dia a impressão das sessões da Câmara dos Deputados.

Por motivo desta resolução dirigiu o administrador geral da Imprensa Nacional ao Ministério do Reino um ofício, datado de 10 de Junho, em que se permitia fazer diversas observações sôbre o assunto, de que resultou ser o mesmo administrador encarregado de efectuar pessoalmente a compra do mencionado prelo mecânico.

Com efeito, por portaria de 2 de Agosto de 1854, foi Firmo Marecos incumbido de visitar e examinar as principais oficinas tipográficas de Inglaterra, França e Bélgica, para, em seguida a um estudo minucioso sôbre a importância dos processos da arte tipográfica em países tam adiantados, tratar da aquisição do prelo mecânico que melhores condições oferecesse de perfeição e mais ade-

quado se mostrasse para o serviço a que era destinado. Foi também por essa ocasião incumbido da compra de 2 prelos movidos a braço, chamados comuns, do mais recente e melhor sistema, destinados a impressões de luxo ; e igualmente devia adquirir alguns jogos de matrizes de tipos e vinhetas de moderno gôsto, e os utensílios e aparelhos de trabalho para a fundição de tipos da Imprensa Nacional, que muito carecia, para o seu progresso e aperfeiçoamento, de efectuar estas aquisições ; sendo porêm as despesas dêstes objectos por conta do cofre da mesma Imprensa, com atenção aos seus recursos, porque a verba de 4 :500$000 réis devia ser positiva e restritamente aplicada à compra do prelo mecânico, e só no caso de haver sobras poderiam estas então destinar-se às outras aquisições.

Dizia Firmo Marecos, no relatório que depois apresentou ao Ministro, em 28 de Abril de 1855, dando conta da missão que lhe fôra confiada, que seguira as pisadas de seu irmão, que igualmente em 1843 fôra mandado a Inglaterra, França e Bélgica no desempenho de missão idêntica à sua. Faz-lhe o devido elogio, e confessa que o relatório feito pelo seu imediato antecessor lhe servira de norma e guia.

Do relatório de Firmo Marecos, o qual é mais um dos bons documentos para a história da Imprensa Nacional, vamos extratar as passagens que se nos afiguram mais interessantes.

Partira de Lisboa a 9 de Agosto e chegara a Londres a 14. Logo no dia imediato visitara muitos estabelecimentos tipográficos, entre os quais a tipografia de Clawes & Sons, que passava por ser a primeira de Londres, e cujo pessoal se elevava a 758 indivíduos ; e a oficina tipográfica Charles Whitings, uma das melhores e a primeira para as impressões a côres lisas e de alto relêvo. Fôra também à magnífica oficina da *Illustrated London News*, cuja impressão era feita em 3 prelos de cilindros horizontais e 2 verticais, movidos a vapor. Visitara a tipografia do *Times* a qual, para um exame demorado e minucioso, não era accessível a estrangeiros nem mesmo a nacionais. Valera-lhe neste apuro a intervenção oficiosa da legação portuguesa em Londres.

Apresentara-se depois disso Firmo Marecos ao director da oficina do *Times*, Mr. Applegath, engenheiro mecânico, que lhe mostrara tudo quanto lá havia de notável. Visitara também algumas fundições de tipos e entre estas a de Mr. King & Company.

Como o fim principal da sua missão era adquirir um grande prelo mecânico, procurara ver também algumas fábricas onde êles se faziam, para se inteirar não só do seu custo como do tempo que seria necessário para se fazer um que mais conviesse. Foi à fábrica de Napier, que era a melhor de Londres para a construção de prelos mecânicos, e o seu director dissera-lhe que, em conseqüência da extraordinária afluência de trabalhos de diferentes espécies que tinham prazos improrrogáveis, não poderia construir um prelo como o que se lhe exigia em menos de 4 meses, e que o seu custo seria de 540 libras. Achara Firmo Marecos o preço excessivo e o prazo de tempo demasiadamente largo.

Soubera que em Paris se fabricavam prelos muito bons e por um preço mais equitativo. Partira para lá em 28 de Agosto de 1855. Quando lá chegou, tratou imediatamente de visitar a Imprensa Imperial, que, como nenhuma outra, ofereceria decerto o mais vasto campo para as suas observações e estudos; e como essa visita não lhe seria permitida sem autorização superior, dirigira-se ao ministro português em Paris, o Barão de Paiva, para que lhe obtivesse essa autorização, que afinal pudera haver, e por via da qual conseguira realizar não uma mas muitas visitas àquele estabelecimento, sendo préviamente apresentado ao seu director geral, Mr. Vernoy de Saint-George, que o recebera o mais amávelmente possível.

Descreve Firmo Marecos as maravilhas tipográficas que lá viu e admirou. E, convencido de que tudo quanto existia na Imprensa Imperial era bom e o mais perfeito no género, pedira ao director geral que lhe indicasse o melhor fabricante de prelos manuais e mecânicos; perguntando-lhe em seguida se os prelos que tencionava mandar fazer poderiam, quando prontos, ser examinados e experimentados pelos peritos da Imprensa Imperial, o que gentilmente lhe fôra permitido.

Em vista disto, contratara com Mr. Nicolais, engenheiro mecânico e fornecedor dos prelos da Imprensa Imperial, a construção de 2 prelos manuais para grandes formatos e a de 1 prelo mecânico de grande dimensão, todos iguais ao que o mesmo fabricante havia fornecido à Imprensa Imperial, e cujo trabalho satisfazia plenamente. O primitivo preço ajustado do prelo mecânico fôra de 16 000 francos, na idea de que trabalhasse a vapor, recebendo o movimento por um aparelho colocado no alto da casa onde se ins-

talasse o mesmo prelo, como acontecia com os dois prelos mecânicos que a Imprensa Nacional já possuía. Reflectindo porêm nos inconvenientes de tal sistema, resolvera Firmo Marecos, ouvida a opinião do técnico competente da Imprensa Imperial, que o mesmo engenheiro Nicolais fizesse o aparelho necessário para que o prelo mecânico tivesse o movimento subterrâneo. Êste aperfeiçoamento importava em mais 2:000 francos.

Firmo Marecos visitou tambêm a grande oficina do célebre abade Migne, a magnífica tipografia de Paul Dupont, a de Firmin Didot, onde havia o maior prelo mecânico até então conhecido, as de Flon Frères, Júlio Claye, Napoleão Chaix, Crampe e Bénard. Foi ainda ver as mais acreditadas fundições de tipos, tais como de Bertrand Loculiett, Laurent & Deberny, Laboulaye, Battemberg, Marcellin Le Grand e C. Derniey. Esteve várias vezes nas fábricas de prelos mecânicos de Alauset, Tissier, Normand, sucessor de Gaveaux, Dutartre e Hypolite Marinoni. Visitou igualmente a litografia Lemercieri, considerada então a melhor de Paris, e não se esqueceu de ir ver a fábrica de tintas de impressão de Mr. Lefranc, em Grenelle.

Emquanto esperava pela conclusão do prelo mecânico e das prensas manuais e se aprontavam outras encomendas e objectos tipográficos, partira Firmo Marecos para a Bélgica, onde não achou nada que admirar com respeito à arte tipográfica, embora as tipografias estivessem ali a par dos progressos da civilização e adiantamento que se notavam naquele industrioso país.

Pouco depois da sua volta a Paris concluíram-se os trabalhos da fabricação dos prelos encomendados. Pediu então ao director da Imprensa Imperial que ordenasse o exame e experiências prometidas, o que obteve, marcando-se para isso dia determinado.

Como as primeiras experiências não satisfizessem plenamente, foi designado outro dia para se repetirem, o que se levou a efeito, não deixando então nada a desejar.

Dizia Firmo Marecos, no seu relatório, que tinha feito habilitar, e com permissão do ministro, à custa da Imprensa Nacional, no estudo da língua francesa, alguns jóvens artistas, que era sua tenção mandar depois a França estudar na Imprensa Imperial os progressos da arte tipográfica.

Firmo Marecos, durante o tempo que esteve em Paris, mandou para a fundição de tipos da Imprensa Nacional algumas colecções

de matrizes e os utensílios de que a mesma fundição carecia para o aperfeiçoamento dos seus processos. Outras colecções se aprontaram e vieram depois, podendo então dizer-se que a fundição de tipos da Imprensa Nacional estava enriquecida com tudo quanto podia constituir uma perfeita oficina no seu género, e sendo a casa em que estava instalada a mais apropriada para êsse fim, e como não vira outra melhor em Londres ou em Paris.

Informara Firmo Marecos, por último, que tratava activamente de fazer imprimir um novo *Espécime* onde deviam aparecer 320 corpos de tipo regulares e de fantasia, incluindo muitas vinhetas de combinação de variado e delicado gôsto, muitas colecções doutros objectos fundidos, como sinais, fracções, colchetes, linhas de enfeite, etc., e um grande número de emblemas e ornamentos tipográficos — espécime que deveria substituir a publicação dumas tabelas de amostras de tipo que a Imprensa Nacional tinha feito.

No dia 20 de Fevereiro de 1855 chegaram os prelos manuais e o mecânico com os respectivos acessórios. Havia-se estipulado no contrato com Mr. Nicolais que êste engenheiro mandaria a Lisboa um contramestre da sua fábrica para a montagem do prelo mecânico, caso os artistas portugueses o não pudessem conseguir; mas não foi preciso, visto que a montagem se realizou perfeitamente sem a intervenção de estranhos.

O relatório de Firmo Marecos e a maneira por que se houvera no desempenho da sua missão mereceram uma portaria de louvor, datada de 5 de Maio de 1855 e referendada pelo então Ministro do Reino, Rodrigo da Fonseca Magalhães.

Em Março de 1857 foram nomeados para irem a Paris estudar o progresso da arte tipográfica os dois distintos artistas da Imprensa Nacional de Lisboa, José Maurício Veloso, compositor, e Francisco de Paula Nogueira, impressor. Da maneira por que se houveram na demorada comissão de que foram investidos dão testemunho eloqüente o brilhante relatório, que depois apresentaram, e o ofício do administrador geral dirigido ao Ministro do Reino, acompanhando o envio do mesmo relatório.

Tomaremos nota, por extracto, dalgumas passagens mais interessantes dêstes dois curiosíssimos documentos, cujo valor achamos supérfluo encarecer.

No seu ofício, Firmo Marecos começa por dizer que, no relatório que tivera a honra de dirigir ao Ministério do Reino, em 28 de Abril de 1855, acêrca da comissão de que fôra encarregado por portaria de 2 de Agosto de 1854, mencionara as diligências que fizera para conseguir que alguns artistas da Imprensa Nacional de Lisboa fôssem admitidos na Imprensa Imperial de França, com o fim de adquirirem os conhecimentos necessários com que mais tarde deviam contribuir para o aperfeiçoamento do estabelecimento em que trabalhavam e da tipografia portuguesa em geral. Confessa que tivera a mais profunda confiança no emprêgo dêste meio para conseguir o adiantamento desejado e preciso para a Imprensa Nacional; e por isso, e em cumprimento das ordens do Ministro que então dirigia a pasta dos Negócios do Reino, mandara a Paris, em 4 de Março de 1857, o compositor José Maurício Veloso e o impressor Francisco de Paula Nogueira, operários distintos e dignos de toda a consideração, aos quais por essa ocasião entregara umas instruções que lhes deveriam servir de guia no desempenho da sua missão.

O resultado colhido pelos dois ilustres operários, que em Paris se conservaram pelo espaço de nove meses, não podia ser mais brilhante nem mais proveitoso para a Imprensa Nacional e para o país que souberam honrar. Para provar estas afirmativas, Firmo Marecos depositava nas mãos do Ministro o relatório elaborado pelos dois referidos artistas, datado de 8 de Março de 1858, bem como os honrosos atestados que obtiveram; e também fazia entrega dos lisonjeiros ofícios que a tal respeito o director geral da Imprensa Imperial, Mr. de Saint-Georges, e o seu secretário, Mr. Escodeca de Boisse, lhe haviam dirigido.

Por intervenção dos mesmos artistas pudera ainda a Imprensa Nacional adquirir algumas máquinas e utensílios de grande utilidade, merecendo especial menção um magnífico prelo mecânico, que fôra construído por Mr. Peneau, engenheiro mecânico e um dos mais considerados de Paris, o qual prelo difícilmente poderia ser excedido em solidez, elegância e precisão de trabalho.

Era também digno de nota que, sendo o novo prelo dum sistema diverso dos que existiam então na Imprensa Nacional, e receando o administrador geral e também os próprios artistas que o viram construir e trabalhar em Paris que êle não pudesse ser montado em Lisboa sem o auxílio de operários estrangeiros, fôra o mesmo

prelo rápida e perfeitamente armado, funcionando sem o mais pequeno atrito — resultado devido não só aos esclarecimentos prestados pelos dois artistas que estiveram em Paris, como ao zêlo e competência do então chefe da oficina dos prelos mecânicos da Imprensa Nacional, José Bento Esteves.

Firmo Marecos pede em seguida permissão para fazer ainda ao Ministro algumas considerações a respeito da Imprensa Nacional. Desde que tinha recebido a honra de ser nomeado administrador geral dêste importantíssimo estabelecimento, em Setembro de 1844, não tinha descansado um só momento, como era seu dever, em promover, por todos os meios, o engrandecimento da Imprensa Nacional, de forma que ela pudesse satisfazer, cada vez mais regular e rápidamente, as necessidades impreteríveis da administração e as justas exigências da arte tipográfica, nas suas variadíssimas especialidades.

Ao contrário do que sucedia entre nós, em alguns estabelecimentos industriais, não obstante o zêlo das gerências, os quais decaíam ou se conservavam estacionários, a Imprensa Nacional progredia segura e rápidamente. Ainda não havia muito tempo que a impressão mecânica era desconhecida na Imprensa Nacional e em todo o país; mas já na mesma Imprensa funcionavam então 4 excelentes prelos mecânicos de diversos sistemas, movidos por uma máquina de vapor, além de 20 prelos manuais, alguns de grandes dimensões e muitos moderníssimos, os quais todos podiam imprimir 42:000 a 44:000 fôlhas por dia.

A fundição de tipos — oficina indispensável num estabelecimento como a Imprensa Nacional — que fôra aliás sempre importante e já há muito tinha atingido um alto grau de aperfeiçoamento, estava ainda assim longe das proporções que havia adquirido nos últimos anos.

Continuando com perseverança nas reformas anteriormente encetadas e de que já dera conta no relatório de 28 de Abril de 1855, Firmo Marecos fizera construir novas e mais amplas casas para o alargamento da fundição de tipos; mandara vir de Viena e de Munich as mais seguras e perfeitas máquinas de fundir que se conheciam, e já a mesma fundição contava 3 destas máquinas, construídas por Steiner, cada uma das quais fazia o trabalho que poderiam produzir 4 operários hábeis e expeditos; montaram-se diversos aparelhos de galvanoplastia; e finalmente promovera o esta-

belecimento imediato duma oficina de serralharia mecânica, onde então se prontificavam, com brevidade e economia, moldes, pequenas máquinas e numerosíssimos utensílios indispensáveis a uma grande fundição e os quais sempre se haviam importado do estrangeiro.

Na fundição de tipos achava-se então um distinto artista alemão (Inácio Lauer), educado na Imprensa Nacional de Viena e que Firmo Marecos pudera contratar ; na mesma fundição se fundiam semanalmente mais de 1 :000 arráteis de tipos variados.

Afirmava Firmo Marecos que não tinha visto em Londres, Paris, ou na Bélgica fundição de tipos mais completa do que a que possuía a Imprensa Nacional de Lisboa ; e o próprio artista alemão sinceramente lhe tinha confessado por vezes a mesma opinião, acrescentando que a de Viena, sendo-lhe superior no número de operários e de máquinas e aparelhos de galvanoplastia, estava contudo em certas circunstâncias e condições inferior à da Imprensa Nacional de Lisboa.

Das outras oficinas não se tinha igualmente descuidado Firmo Marecos, e parecia-lhe que elas se apresentavam num estado muito satisfatório, distinguindo-se especialmente a litografia, em que funcionavam 8 prelos, dos quais 6 tinham sido construídos esmeradamente na Imprensa Nacional e que há pouco ainda haviam recebido melhoramentos tendentes à sua completa perfeição ; e mais 2 de ferro, de moderníssimo sistema, construídos na Alemanha ; possuindo também um grande número de pedras magníficas.

Firmo Marecos afiança reconhecido que a Imprensa Nacional de Lisboa muito ficou devendo à Imprensa Imperial de França, desde que esta franqueara as suas portas aos portugueses comissionados pelo Govêrno de Portugal e que ali tem ido estudar os grandes melhoramentos da arte tipográfica, sendo sempre recebidos com as mais penhorantes provas de cordialidade.

Seu irmão José Frederico, então administrador da Imprensa Nacional, foi o primeiro que, em 1843, tivera a honra de ser admitido a estudar, na Imprensa Rial de França, os meios pelos quais se devia conseguir o aperfeiçoamento da Imprensa Nacional de Lisboa ; e mais tarde, em 1854, fôra êle, Firmo Marecos, seguindo as mesmas pisadas do seu antecessor, igualmente recebido naquele grande estabelecimento, onde por alguns meses teve a satisfação de examinar minuciosamente os imensos recursos tipográficos de

que dispunha a Imprensa Rial de França ; e nas visitas que fizera recebera sempre as mais lisonjeiras demonstrações de consideração e de extrema bondade da parte de todos os seus empregados.

Firmo Marecos não podia deixar de repetir que um dos maiores obséquios que ficara devendo a Mr. de Saint-Georges, director geral da Imprensa Imperial de França, fôra a permissão de poderem ser admitidos a praticar naquela admirável oficina os dois tipógrafos já mencionados e que muitíssimo aproveitaram de tal concessão, como se evidenciava dos notáveis documentos que oferecia à consideração do Ministro ; e sem dúvida êsses dois artistas transmitiriam aos seus companheiros, em sucessivas lições, o muito que aprenderam em Paris, concorrendo por esta forma para o aperfeiçoamento da arte tipográfica e pondo mais uma vez em evidência o zêlo com que a Imprensa Nacional de Lisboa procurava cumprir a sua missão.

Vejamos agora, o mais resumidamente possível, o que diziam, no seu relatório, os dois artistas tipográficos que estudaram em Paris, na Imprensa Imperial, os progressos da arte de imprimir.

Começam por dizer que estavam bem longe de imaginar que seriam êles os escolhidos para o desempenho da missão que lhes fôra confiada ; mas aceitaram sem rebuço essa missão, porque os fascinava o amor da arte que professavam ; e recusar seria extinguir o desejo constante de toda a sua vida de artistas e abandonar a justa ambição de poderem erguer um dia a voz, autorizada pela prática e esclarecida pelo estudo, a favor dos melhoramentos e das reformas de que dependia o aperfeiçoamento da tipografia portuguesa ; recusar seria ainda repelir a esperança de poderem completar a sua educação artística, de observar a prática de muitas teorias de que já eram partidários decididos.

Partiram pois para Paris, munidos das instruções oficiais que lhes foram entregues com a data de 3 de Março de 1857. Os boletins mensais, a que eram obrigados pelo artigo 7.º das citadas instruções, e que regularmente remeteram para Lisboa relatando circunstanciadamente os resultados dos seus trabalhos e estudos com referência aos respectivos meses, dispensavam que fôssem agora muito minuciosos no seu relatório, que seria apenas o resumo de tudo quanto aqueles boletins continham.

Chegaram a Paris a 9 de Março de 1857, e nesse mesmo dia se dirigiram à embaixada portuguesa, como determinava o artigo

1.° das instruções que lhe foram entregues; e aí lhes fôra designado o dia 16 do mesmo mês para então se apresentarem na Imprensa Imperial, o que efectivamente fizeram. O conselheiro Miguel Martins Dantas, secretário da embaixada, dignara-se apresentá-los a Mr. Saint-Georges, director da Imprensa Imperial, que os acolhera com a maior afabilidade e os recomendara com muito interêsse a Mr. Rousseau, chefe dos trabalhos. No dia seguinte foram colocados nas respectivas oficinas de composição e impressão, começando desde então os seus exercícios e estudos naquele importante estabelecimento, com a mesma regularidade de freqüência, com a mesma obediência aos regulamentos e às ordens dos superiores, como se fôssem empregados efectivos do mesmo estabelecimento.

Por ordem de Mr. Saint-Georges fôra a direcção superior da instrução dos comissionados entregue a Mr. Dereneménil, inspector dos trabalhos, a quem os mesmos comissionados fazem as mais elogiosas referências.

Os trabalhos de composição e impressão, a que se entregaram nas respectivas oficinas, eram cuidadosamente seguidos e dirigidos, os primeiros por Mr. Besillat, proto da 2.ª divisão da oficina de composição, e mais imediatamente por Mr. Torquaine, excelente operário; e os segundos por Mr. Léné, proto da 2.ª divisão da oficina de impressão, e mais imediatamente pelo contramestre Gerard, todos habilíssimos artistas, e que mostraram sempre o maior interêsse na instrução que prodigalizavam.

Decorridos 3 meses, Mr. Dereneménil declarou, quanto à composição tipográfica, não ter mais nada a ensinar. Deliberaram então os comissionados reùnir os estudos e esforços de ambos e aplicá-los à impressão, em que havia muito que aprender; não se restringindo o seu estudo únicamente à impressão em prelos manuais, mas tambêm à dos prelos mecânicos, e muito especialmente aos de Mr. Normand, desde que a Imprensa Nacional por uma decisão sem dúvida acertada, se tinha resolvido a adquirir uma máquina dête sistema.

Ao mesmo tempo que se entregavam a estes trabalhos práticos iam adquirindo todas as noções sôbre a economia e organização das oficinas, direcção e divisão do trabalho, para o que lhe foram franqueadas todas as oficinas, patentes todos os livros, regulamentos e ordens da Imprensa Imperial.

Mas a área das observações e estudos dos comissionados não se circunscrevera únicamente à Imprensa Imperial ; estendeu-se por toda a cidade de Paris, onde existia alguma tipografia importante ou algum artista notável. Fôra por isso que estabeleceram relações com o patriarca da moderna tipografia, Théotiste Lefèvre, autor do *Guia do compositor*, artista a quem ficaram devendo muitos e proveitosos conselhos e lições ; com Mr. Mulinet, distinto tipógrafo da casa Dupont ; com Mr. Monpied, artista de muito mérito ; com Mr. Meyer e Rignoux, hábeis condutores de máquinas, e com o proto da grande oficina de prelos mecânicos de Mr. Lahure, etc.

Mencionam detidamente os comissionados as tipografias mais importantes que visitaram e o que de mais notável lá viram e observaram. Neste ponto são sobremodo interessantes as suas descrições, acompanhadas de judiciosos comentários.

Durante o desempenho da comissão que lhes fôra confiada os dois artistas portugueses foram ainda encarregados da escolha e compra de diversos artigos para a Imprensa Nacional, alguns dos quais mui valiosos e de grande responsabilidade, avultando entre todas as aquisições a do novo prelo mecânico, cuja construção fôra contratada com Mr. Perreau, hábil e honrado fabricante e que se comprometera a dar pronta a máquina dentro do prazo de dois meses e meio, com todas as cauções e garantias préviamente estipuladas.

Emquanto os trabalhos do prelo mecânico prosseguiam com actividade, construía Capiomont, segundo as indicações dos comissionados e de Mr. Perin, maquinista da Imprensa Imperial, o prelo manual que a administração da Imprensa Nacional mandara comprar, com todos os aparelhos e condições requeridas para impressões de luxo a côres e a ouro. Mr. Aubert fazia ao mesmo tempo as matrizes de romano e itálico para diversos corpos, que igualmente foram encomendados por ordem da administração da Imprensa Nacional. Antes de findo o prazo marcado no contrato já o prelo mecânico estava concluído ; e a pedido dos comissionados fôra o mesmo prelo submetido, em 19 de Novembro de 1857, a um exame e a experiências práticas, às quais presidiu um júri composto por Mr. Derenemênil, inspector dos trabalhos da Imprensa Imperial, Mr. Perin, maquinista, e Mr. Gosset, um dos melhores condutores de prelos mecânicos daquele estabelecimento. O prelo mecânico satisfizera plenamente todas as experiências, que deram

os melhores resultados. No dia seguinte fôra tambêm experimentado o prelo manual de Mr. Capomont, e a prova dessa experiência não podia dar resultados mais lisonjeiros.

Efectuaram tambêm os comissionados, na casa Dupont, a compra dum pequeno prelo de tirar provas, com o fim de se acabar com o método, por assim dizer bárbaro, que se seguia então na Imprensa Nacional para aquela operação.

Tendo estudado a organização e regime económico da Imprensa Imperial de Paris e das melhores oficinas daquela cidade, julgaram-se por isso tambêm habilitados a preparar as reformas que mais convinham aos serviços técnicos da Imprensa Nacional. Eis em resumo os pontos principais dessas reformas :

1.º Nomeação dum chefe de trabalho adjunto à administração, a cargo de quem estivesse a superintendência e direcção de todos os trabalhos tipográficos e litográficos, constituindo assim o centro donde partisse o impulso para todas as oficinas.

2.º A divisão do trabalho nas oficinas de composição por meio de grupos ou secções de compositores dirigidos por artistas hábeis e inteligentes, que distribuíssem, vigiassem e compaginassem os trabalhos, cuja responsabilidade assumiriam. Preconizam os comissionados em seguida outras medidas e processos, que há muito já tinham sido adoptados nas tipografias francesas, belgas, alemães e espanholas, e que na Imprensa Nacional ainda se não havia pôsto em prática, mercê dos obstáculos levantados pela rotina, o fanático amor a usanças velhas e sediças. Segundo Rossi, diziam, a divisão do trabalho era a grande alavanca da indústria moderna ; e êste grandioso princípio, a que Adam Smith não duvidava atribuir a causa única da superioridade dos povos civilizados sôbre os selvagens, não apresentaria de certo uma desfavorável excepção respeitante à tipografia. Dividir o trabalho era ainda, na opinião de Garnier, abreviá-lo e simplificá-lo.

3.º Passar a ser feita pelos compositores a imposição das fôrmas, que então estava a cargo dos impressores, aduzindo os comissionados bons argumentos técnicos para justificar esta inovação.

4.º Organização dum quadro efectivo de revisores, divididos em duas categorias : revisores em primeiras provas e revisores em segundas provas. Expunham os comissionados várias razões justificativas desta medida, cuja utilidade constitui hoje um axioma para todos os conhecedores dos serviços de imprensa. A revisão era um dos ramos mais importantes da tipografia, e já o célebre Estienne, um dos mais antigos e respeitáveis patriarcas das lides tipográficas, dizia que a revisão era para a arte tipográfica o que a alma era para o corpo humano — dava-lhe o ser e a vida.

5.º Que se estabelecesse duma maneira sistemática a fundição dos materiais, substituindo as lâminas de zinco, então ainda em uso na Imprensa

Nacional, e que não tinham espessura determinada, por filetes fundidos de 2 e 4 pontos tipográficos de espessura, cortados em múltiplos de 8 pontos de comprimento. O corpo 8 era o que mais se prestava aos múltiplos e submúltiplos e que mais convinha às justificações tipográficas.

6.º Que se acabasse com os *roladores* e *companheiros* de impressores, estabelecendo a cada prelo dois oficiais que executassem todos os trabalhos concernentes à sua arte, e que se revezassem sem inconveniente nos seus serviços mais pesados.

7.º Que se confeccionasse uma tabela de preços em harmonia com as reformas estabelecidas, e na qual se estatuísse a justa remuneração para todo o trabalho produzido.

Assentes definitivamente e aprovadas as bases das reformas propostas, achavam os comissionados que era da máxima importância a confecção dum «Regulamento Geral» para a Imprensa Nacional, no qual as atribuïções de todos os seus funcionários e os deveres de todos os indivíduos empregados no estabelecimento fôssem também completamente definidos ; da mesma forma que as vantagens a que tivessem direito e as penalidades a que ficariam sujeitos fôssem também expressamente consignadas. Os regulamentos que tinham coligido em França, em obediência ao pedido do administrador da Imprensa Nacional, poderiam fornecer alguns dados para a confecção dêste trabalho, cuja urgência acentuavam.

Terminavam os comissionados o seu bem desenvolvido relatório fazendo votos por que os resultados da sua missão em Paris pudessem auxiliar o constante e fervoroso empenho do administrador geral em promover os melhoramentos da Imprensa Nacional de Lisboa e os progressos da tipografia portuguesa.

A portaria de 15 de Abril de 1858, acusando o ofício do administrador geral da Imprensa Nacional sôbre as diversas e progressivas reformas que se haviam introduzido no estabelecimento a seu cargo e no qual o mesmo administrador dá conta de terem regressado de Paris os dois hábeis artistas que lá tinham ido estudar, na Imprensa Imperial, os melhoramentos da arte tipográfica — estudo que levara os ditos artistas, no relatório que elaboraram, a proporem algumas providências tendentes ao aperfeiçoamento dos trabalhos técnicos da Imprensa Nacional de Lisboa — consigna quanto fôra agradável ao Govêrno reconhecer, pelos indicados documentos, não só o estado lisonjeiro da Imprensa Nacional mas também a proficuidade das diligências empregadas pelo seu administrador no intuito de promover e estreitar relações com a Im-

Imprensa Imperial de França, das quais tam bons resultados se haviam colhido ; e autoriza o administrador geral a pôr em prática, depois de examinadas, as reformas sugeridas pelos dois sobreditos artistas, devendo propor ao Govêrno as que dependerem de autorização superior.

Depois do regresso dos dois artistas tipográficos de que nos temos ocupado, e em resultado do que êles viram e aprenderam em Paris, é que a oficina tipográfica da Imprensa Nacional pôde realizar a sua mais importante reforma, quer na substituìção quási completa do material e mobiliário, quer na adopção dos novos processos de trabalho e outra orientação artística. Os tipógrafos foram talvez os primeiros a sentir os benefícios resultantes desta verdadeira revolução na arte de compor e imprimir.

José Mauricio Veloso[1] aliava a uma vontade decidida e firme uma ilustração pouco vulgar, que evidenciou como jornalista muito apreciável. Era não só um tipógrafo habilíssimo, como um dirigente de alta capacidade.

Regressado de Paris e elevado a chefe do serviço tipográfico, a par dos dois antigos e respeitáveis directores, Filipe Camilo Tarré e Francisco da Silva Tojeiro, Maurício Veloso dirigiu todos os trabalhos de instalação e remodelação do mobiliário e processos tipográficos, desde os da adopção dos novos modelos de caixas e cavaletes, da substituìção das lâminas de zinco e dos «claros» de madeira por filetes de metal, lingùetas e quadrilongos, até o emprêgo de novas matrizes para a fundição e do *mise-en-train* para a impressão. Foi tambêm da sua iniciativa a adopção das tabelas de preços dos trabalhos tipográficos, moldadas pelas tabelas francesas.

Neste extraordinário e fatigante empreendimento Maurício Veloso teve a fortuna de ser eficazmente auxiliado, afora o seu colega na missão de Paris, Paula Nogueira, por quatro habilíssimos ar-

---

[1] José Maurício Veloso nasceu na vila da Lourinhã, concelho de Tôrres Vedras, a 22 de Setembro de 1823. Foi admitido na Imprensa Nacional no dia 8 de Abril de 1839 e concluíra o aprendizado de compositor tipográfico em igual mês de 1843. Faleceu em 16 de Agosto de 1869, vítima duma doença cerebral que lhe embotara a lucidez do espírito. O Rei D. Luís, por decreto de 13 de Maio de 1862, conferiu-lhe o grau de cavaleiro de Cristo, em atenção aos serviços que prestara à arte tipográfica.

tistas da Imprensa Nacional, sem dúvida superiores a quantos pudessem existir ao tempo em toda a indústria tipográfica particular: na composição, Maurício José Dias e Francisco de Sousa Pereira; na impressão mecânica, José Bento Esteves; e na fundição, especialmente como serralheiro de moldes, Carlos Charbel.

Chefes de grupo ou protos, que eram os dois compositores citados, êles realizaram de tal maneira a transformação dos antigos estilos dos «títulos» e paginação, que entre as suas produções e as anteriores parece decorrido um século de estacionamento.

José Bento foi o primeiro na Imprensa Nacional e um dos primeiros impressores mecânicos do país, talvez ainda hoje não excedido ou excedido muito excepcionalmente. E sendo notável impressor, ainda foi maior mecânico, porque, não tendo estudo algum prévio da mecânica, êle montou, sómente à vista dos desenhos e sem auxílio de qualquer maquinista estrangeiro, quantas máquinas de imprimir a Imprensa Nacional adquiriu durante os longos anos de serviço de tam prestimoso artista. Foi tradição até que, achando-se doente na ocasião da montagem duma nova máquina efectuada por um profissional técnico estranho ao estabelecimento, montada a máquina, não foi possível fazê-la funcionar. Procedendo depois ao seu exame, José Bento descobriu que o percalço resultava da falta dum parafuso... *que tinha sobrado!*

Para a boa renovação do mobiliário concorreu exuberantemente a oficina de carpinteiro — então insignificante — dirigida pelo mais célebre carpinteiro da especialidade, António Faustino de Castro, que inventou a «Tipografia portátil» ou de «campanha», minuciosamente descrita no catálogo dos objectos enviados à Exposição Universal do Pôrto de 1865.

Com a reforma resultante da missão de Maurício Veloso e Paulo Nogueira foram ainda introduzidos na Imprensa Nacional, e portanto no país, os processos da gravura mecânica e química, tendo vindo da Alemanha, para dirigir a respectiva oficina, José Leipold, e sendo adoptadas as máquinas de gravar de Wagner Júnior. Para as reformas da fundição e estabelecimento da estereotipia veio também da Alemanha, para dirigir os respectivos serviços, Inácio Lauer, a cuja iniciativa e propostas se deve a aquisição das máquinas de fundir de Steiner, de Munich.

Finalmente uma numerosa plêiade de excelentes tipógrafos da Imprensa Nacional, compositores e impressores, contribuíram po-

derosamente para a completa e importantíssima reforma que assinalou a tipografia portuguesa no meado do século passado. Entre os tipógrafos, além dos que já foram citados, e ainda outros que não ocorrem agora, podem inscrever-se os nomes de Augusto César Pereira da Cunha, João Manuel de Freitas, Joaquim Pedro das Neves, Assa Castelo Branco, Eugénio Vieira da Silva, Jerónimo Godefroy, compositores, e João Francisco Saraiva, Vicente de Sousa, Baptista Coelho e Manuel José Spinola, impressores.

Com a data de 1858 foi publicado, em princípios do ano imediato, o prometido e esperado *Espécime da fundição de tipos da Imprensa Nacional de Lisboa*, trabalho realmente notável, a muitos respeitos, para aquela época, e que merecera a atenção e os louvores de todos os críticos entendedores da matéria. Comparado com o que aparecera em 1838, nota-se-lhe extraordinários progressos, não só pela muito maior variedade de tipos e vinhetas que ostenta, como pela sua surpreendente nitidez de impressão; e ainda, e sobretudo, pela inserção de trabalhos artísticos, que eram uma novidade apreciável e constituíam a parte, para os profissionais, mais interessante do mesmo *Espécime*. Êste *Espécime* contêm 128 páginas, nas quais se vêem 68 séries de caracteres ordinários, romanos e itálicos; 343 séries de caracteres e letras capitais de fantasia; 27 séries de caracteres góticos, alemães, gregos, hebraicos, etc.; 593 variedades de vinhetas, cantos e ornatos; e 45 armas e troféus, afora os trabalhos artísticos.

Para fazer a devida apreciação dêste trabalho, que despertara no meio tipográfico português um certo alvorôço artístico e industrial, a Associação Tipográfica Lisbonense nomeou uma comissão, composta de Tomás Quintino Antunes, Pedro Venceslau de Brito Aranha, Francisco Gonçalves Lopes, José Rodrigues da Silva, João Carlos de Ascensão Almeida, Salustiano António Bento Novo e Francisco Vieira da Silva. Em 1 de Maio de 1861 essa comissão apresentou o resultado do seu exame e estudos em um relatório interessante, superiormente elaborado, e cuja súmula convêm registar.

Nesse relatório a mencionada comissão presta homenagem à iniciativa ilustrada e inteligente de José Frederico Marecos, que

deixara em seu irmão um digno continuador da sua obra, e a ambos devia sem dúvida a Imprensa Nacional assinalados serviços. Depois de se referir ao movimento de impressão emquanto ao número de «tiragens», menciona as obras que de 1851 a 1860 se imprimiram na Imprensa Nacional e que mais satisfizeram as condições do *belo* e mesmo do *luxo*, asseverando que qualquer dessas obras rivalizava, sem o menor favor, em nitidez e beleza tipográfica com o que de mais apurado saía dos prelos estrangeiros. A comissão tem tambêm palavras de louvor para a composição e impressão do *Diário de Lisboa*, que gráficamente se podia considerar o melhor jornal oficial da Europa. Referindo-se à fundição de tipos, diz que ela era um poderoso auxiliar da pequena indústria, prestando-se o seu armazêm de venda a fornecer as mais limitadas encomendas.

Tratando especialmente do *Espécime*, que compreende duas partes distintas, fundição e impressão, afirma que a composição e impressão do mesmo é um trabalho consciencioso «que faz honra a todos os respeitos aos artistas que o dirigiram e executaram». Se na originalidade e no seu aspecto, observa judiciosamente a comissão, o *Espécime* da Imprensa Nacional corre a par da caprichosa fantasia dalguns dos mais notáveis espécimes franceses e belgas, era todavia certo que em pontos de perfeição e acabamento em nada cedia, antes muitas vezes se avantajava, aos mais aprimorados trabalhos dêste género saídos dos prelos de Claye, Dupont, Schneider, Creté, Dulcessois, Wilsener e doutros não menos distintos artistas, que eram o esplendor da tipografia francesa e justamente reputados os primeiros nesta especialidade.

A comissão achava a disposição do *Espécime* em geral excelente e bem ordenada. Assegurava que a composição cheia estava feita com bastante apuro e regularidade; rigorosa espacejação; boas divisões até onde era possível, atendendo à estreiteza da medida; emfim viam-se ali observados todos os preceitos da escola moderna e evitadas cuidadosamente as faltas em que de ordinário costumavam cair os tipógrafos menos hábeis. A tiragem estava feita com suma nitidez e revelava que se tinha pôsto o mais escrupuloso cuidado em os preparos necessários para uma impressão esmerada.

A comissão salientava sobretudo, pela sua perfeição e beleza, as quatro páginas impressas a côres, a ouro e platina, e a primeira dos traços tipográficos, representando esta última um trabalho

muito delicado e de apurado gôsto. Nessas páginas, no dizer consciencioso da comissão, não se notava o mais pequeno defeito na sua composição ou impressão ; e isto era tanto mais para apreciar e louvar, acrescentava eruditamente, quanto era certo que o mesmo não se poderia dizer dos espécimes da grande fundição belga de Tannequin, da opulenta oficina inglesa de Frederico Ullmer, e até das mais apuradas de França, sem mesmo exceptuar as de Laurent & Deberny e Derriey, primeiro gravador puncionista e primeiro fundidor de tipos da França.

Tal era em resumo o parecer da comissão da Associação Tipográfica Lisbonense sobre o *Espécime* da Imprensa Nacional.

Já um pouco antes uma outra associação idêntica, e sem dúvida dispondo da mesma competência no assunto, havia manifestado tambêm, a respeito do *Espécime,* a sua opinião autorizada.

Em 13 de Novembro de 1859, a direcção da Associação Tipográfica Portuense enviava à administração da Imprensa Nacional um ofício em que patenteava o seu reconhecimento por ter sido brindada com um exemplar, esmeradamente encadernado, do belo *Espécime* da fundição de tipos da Imprensa Nacional. Êsse ofício era acompanhado da cópia do parecer, que a mesma direcção havia apresentado à assemblea geral da dita Associação Tipográfica Portuense, em 10 de Junho de 1859, sôbre o mérito artístico do *Espécime* oferecido e recebido.

Nesse parecer, minuciosamente elaborado e do qual ressaltava uma evidente autoridade técnica, acentuava a comissão que o formulara que não fôra seu propósito passar em revista as diversas épocas em que a Imprensa Nacional tinha feito conhecer os progressos da sua arte, apresentados pelo *Espécime;* o seu fim principal fôra chamar a atenção da Sociedade Tipográfica Portuense para um dos assuntos que mais naturalmente a deviam interessar.

Os signatários do parecer concluíam por afirmar que as 6 fôlhas de impressões feitas a ouro, prata e a tinta de côres, com que fechava o *Espécime,* eram duma perfeitíssima e esmerada execução tipográfica ; a arte tinha auxiliado o gôsto e a mão do artista conseguira admirávelmente a execução. Assinavam o parecer Francisco Caetano de Lemos, Francisco José de Oliveira Portugal e Manuel Martins da Silva.

Mais tarde, em 9 de Junho de 1860, a administração geral da Imprensa Nacional de Lisboa, prosseguindo perseverantemente no

empenho de dar o maior desenvolvimento à sua fundição de tipos, veio apresentar ao exame consciencioso dos tipógrafos portugueses um copioso suplemento ao *Espécime* publicado em princípios de 1859. Executado com a perfeição e esmêro que acreditaram a primeira publicação, a administração lisonjeava-se de que êste suplemento seria apreciado não só como um documento honroso para a tipografia portuguesa, mas tambêm como um testemunho insuspeito dos esforços que havia feito com solicitude e boa vontade para elevar a Imprensa Nacional de Lisboa à categoria dum estabelecimento tipográfico de primeira ordem. Continha o suplemento então dado à luz, em 13 páginas de fólio, 48 diferentes caracteres ordinários e de fantasia, desde corpo 6 até 592, uma colecção mui bela de filetes de diverso desenho (corpos 2, 4, 6, 8, 10, 12 e 16) e uma primorosa série de colchetes (140), gravados pelo famoso Mescellin Le Grand, e fundidos em 4 pontos, variando na largura entre 16 e 584 pontos.

Quási todos aqueles caracteres eram fundidos com esmêro em matrizes provenientes das acreditadas oficinas de Laurent & Deberny e Battenberg, de Paris, Haennel, de Berlim, e outras, e alguns gravados expressamente para a Imprensa Nacional, como, por exemplo, os corpos 14 e 16, caracteres ordinários, devidos ao buril de Aubert, e os grandes tipos para cartazes, corpos 368, 416 e 592, abertos por artistas portugueses. Na sua escolha, a que presidira um gôsto severo, tivera-se principalmente em vista satisfazer às necessidades da tipografia. Os colchetes e filetes sistemáticos, alêm da elegância do seu desenho, eram dum emprêgo utilíssimo, e como se procurara demonstrar em uma pequena exposição que fôra distribuída por todas as oficinas tipográficas do país.

Em 1862 a Imprensa Nacional de Lisboa concorreu galhardamente à Exposição Internacional de Londres, onde levou alguns dos seus produtos artísticos e industriais, que tam bem recebidos foram e tam apreciados que obtiveram a subida distinção da «Medalha de Honra».

Foi ainda designado José Maurício Veloso para ir a Londres estudar os progressos da arte tipográfica, abundantemente exibidos

naquele grande certame das artes e das indústrias. O administrador geral da Imprensa Nacional fez para isso a competente proposta ao Govêrno, que logo a sancionou.

Não podia ser mais feliz a escolha do enviado, como não poderia ter mais brilhante resultado a missão que fôra confiada ao eminente tipógrafo. O magnífico relatório que, juntamente com os de outros comissionados de diferentes indústrias, Maurício Veloso apresentou ao Ministério das Obras Públicas, em 14 de Agosto de 1863, dando conta minuciosa e lúcida dos resultados dos seus estudos e investigações, é um documento de elevado valor e até de certa forma honroso para a Imprensa Nacional, que podia então legítimamente ufanar-se de contar no número dos seus dirigentes técnicos um artista tam hábil como inteligente e que tam notávelmente se salientou.

Dêsse luminoso relatório vamos fazer um resumidíssimo extracto, por não podermos ir mais alêm.

Começa Maurício Veloso por acentuar que em dois pontos capitais se propusera dividir o seu estudo geral da Exposição de Londres : o exame dos «meios» e dos «resultados» ; o exame do livro terminado e completo ; e o exame dos materiais, das ferramentas, dos utensílios, das máquinas que concorreram para a mais perfeita e económica execução.

Quanto à Exposição, confessa que percorrera com impaciência e avidez, nos primeiros dias, os espaçosos compartimentos daqueles vastíssimos e majestosos paços da indústria do mundo, e ficara contente dos resultados e satisfeito de ver alguns excelentes meios de produção da indústria tipográfica. ¿ Mas marcaria a Exposição de Londres, em 1862, um novo e glorioso período de progresso na arte tipográfica ? Não o afirmava absolutamente, mas o que julgava poder assegurar é que essa Exposição revelara um notável estado de aperfeiçoamento e alguns passos vantajosamente dados para a solução de importantes problemas, tais como os da fundição e composição mecânica, de que mais tarde se ocuparia.

Duas grandes nações disputaram na Exposição de Londres o primeiro lugar pela exibição dos seus magníficos produtos tipográficos : a França e a Inglaterra. Se por um lado a França excedia todas as outras nações pelo luxo, variedade, gôsto fantástico e até deslumbrante das suas edições, a Inglaterra não tinha rival na severa harmonia e na irrepreensível nitidez das suas impressões. Sen-

tia que a Áustria, que se jactava de possuir um estabelecimento modêlo, como era a Imprensa Imperial de Viena, e contava ainda 350 tipografias, 150 litografias, e 45 fábricas de papel, não se fizesse representar devidamente na Exposição de Londres com relação à arte de imprimir.

Com respeito a fundições de tipos, Maurício Veloso diz que já anteriormente tivera conhecimento de que na Inglaterra e Alemanha as máquinas de fundir seguiam a escala de sucessivos aperfeiçoamentos. Em Paris vira, em 1857, algumas dessas máquinas, mas dando um medíocre resultado; porêm em Lisboa as máquinas de Steiner, de Munich, que funcionavam na Imprensa Nacional, tinham satisfeito muito a sua espectativa.

Chegado a Londres percorrera logo com avidez a Exposição, a fim de se inteirar do que lá havia nesta parte que se aproximasse das suas aspirações, e teve a fortuna de encontrar funcionando, entre outras, a máquina de Johnson & Atkinson, que lhe cativara desde logo a atenção por muito tempo, e que era sem dúvida a mais perfeita, e da qual faz uma demorada descrição.

O célebre construtor francês Dutartre expunha um prelo mecânico, muito bem acabado, para a impressão simultânea de duas côres. Mr. Dutartre ocupava-se ao tempo em construir para a Imprensa Nacional de Lisboa um prelo mecânico idêntico ao exposto e de que tanto carecia a mesma Imprensa para a impressão do *Missal* e *Breviário Romano* e outras obras.

Aproveitemos de preferência, no relatório de Maurício Veloso, umas passagens que mais de perto se relacionam com a Imprensa Nacional de Lisboa. Diz êle que alguns fabricantes tinham exposto uma série de utensílios tipográficos, tais como componedores, galés, galeões, etc., que em verdade nada tinham de recomendáveis, considerando-os até pouco dignos de figurar numa exposição como a de Londres. Sem vaidade nem orgulho nacional, Maurício Veloso afirmava que na Exposição não se tinham apresentado utensílios tipográficos superiores aos da Imprensa Nacional de Lisboa, não havia mesmo nada que se lhes pudesse comparar. A Imprensa Nacional apresentava até algumas novidades e melhoramentos importantes, e pena fôra que o estojo, que continha estes utensílios e ferramentas, não estivesse patente, conservando-se pelo contrário fechado, bem como os tipos da fundição da mesma Imprensa que estavam muito no caso de ser vistos.

E já que falara nos utensílios tipográficos expostos pela Imprensa Nacional, daria notícia dumas ponturas para prelos manuais que entre êsses utensílios figuravam.

O processo de registo para prelos manuais tinha sido até então feito quási que sem método de sistema algum. Com efeito o registo procurava-se ao acaso com pancadas de martelo nas ponturas, que eram afixadas ao tímpano por meio duma porca na haste anterior que lhe prendia os movimentos. Assim, para chegar a obter um registo perfeito, o impressor perdia muito tempo, porque não se conhecia outro modo de graduar as ponturas senão o impulso maior ou menor que dava o martelo.

O conhecimento dêstes graves inconvenientes e a certeza de que na tipografia estrangeira ainda se não havia conseguido melhorar êste defeituoso processo sugeriram à administração da Imprensa Nacional o desejo de se procurar e encontrar o meio de o aperfeiçoar.

As ponturas graduadas, de invenção do próprio José Maurício Veloso, que foram enviadas à Exposição de Londres, e cujo desenho se mostrava numa gravura intercalada no texto do relatório, parecia ao seu inventor que satisfaziam a todas as condições exigidas, obviariam aos inconvenientes apontados, eram dum custo módico e podiam adaptar-se fácilmente às prensas de Stanhop ou a quaisquer outras.

Maurício Veloso faz em seguida a descrição minuciosa das mencionadas ponturas, que foram muito apreciadas em Inglaterra. Maurício Veloso, na conta que deu da sua missão de estudo à Exposição de Londres, não se limitou a apresentar sómente o seu relatório, aliás completo e interessantíssimo ; foi mais alêm.

Em 15 e 25 de Março e 19 de Abril de 1863 realizou José Maurício Veloso, na Associação Tipográfica Lisbonense, três conferências artísticas relativas à indústria tipográfica e ao modo por que se achava representada na Exposição de Londres. Os jornais da época referem-se elogiosamente a essas conferências.

D. Pedro V visitou a Imprensa Nacional em 29 de Março de 1858, e por essa ocasião conferiu o hábito de Cristo a alguns empregados, entre os quais se contava o mestre da fundição de tipos, Inácio Lauer.

No dia 4 de Setembro de 1863 foi a Imprensa Nacional visitada pelo Rei D. Luís I. A sua visita foi bastante demorada, demora certamente já prevista, pois que o Chefe do Estado dera entrada na Imprensa Nacional antes das 8 horas da manhã. Dirigira-se logo à fundição de tipos, onde tivera ocasião de reconhecer o notável progresso e desenvolvimento desta oficina. Em seguida passara à fábrica de cartas de jogar, à oficina e escola de gravura e galvanoplastia, onde estavam expostos alguns novos punções e colecções de caracteres, reproduções de gravuras e medalhas, etc. ; à litografia, na qual ao tempo se estava estampando a carta de Angola, gravada primorosamente pelo capitão Cabral Calheiros ; às oficinas de composição e impressão manual e mecânica, e suas dependências, bem como à casa das calandras e máquinas de aparar papel com que haviam sido recentemente enriquecidas ; e finalmente a contadoria e biblioteca, onde se demorara a examinar com interêsse alguns dos objectos que foram apresentados na Exposição Universal de Londres e mereceram à Imprensa Nacional de Lisboa a «Medalha de Honra». Por último, no livro dos visitantes da mesma Imprensa o monarca escreveu :

Folgo sempre quando posso elogiar qualquer estabelecimento do Estado. Êste está neste caso. — *D. Luís.*

O Imperador do Brasil, D. Pedro II, teve tambêm a amabilidade, e sobretudo a curiosidade, de visitar a Imprensa Nacional em Março de 1872. Por essa ocasião foi-lhe oferecida, como homenagem, uma composição de António Feliciano de Castilho, ricamente impressa em cinco fôlhas inumeradas, a qual constitui, afora o merecimento literário, um valioso trabalho artístico, que muito honra a Imprensa Nacional.

A Imprensa Nacional de Lisboa concorreu tambêm à Exposição Internacional Portuguesa efectuada no Pôrto em 1865.

A sua oficina tipográfica, que então era dirigida por Filipe Camilo Tarré, Francisco da Silva Tojeiro e José Maurício Veloso e contava 184 artistas operários e aprendizes, expunha : 15 utensílios tipográficos, feitos por António Faustino de Castro e Carlos Filipe Charbel ; ponturas graduadas e seus acessórios, invenção

de José Maurício Veloso ; muitos livros e jornais (edições comuns e nítidas e de luxo) impressos tanto nos prelos manuais como nos mecânicos, devendo especializar-se algumas impressões a côres, que constituíam um verdadeiro primor tipográfico e cuja execução era devida aos seguintes artistas : Maurício José Dias, Eugénio Augusto Vieira da Silva, Augusto César Pereira da Cunha, Joaquim Pedro das Neves, Jerónimo Jacques Godefroy e Francisco Guilherme Tito da Silva, compositores ; Filipe Oroza, Adolfo de Jesus Mendonça, João Francisco Saraiva, Francisco de Paula Nogueira, J. Vicente de Sousa, Manuel José Spinola, Pedro António Nogueira, J. Leonardo da Silva e José Bento Esteves, impressores. Era tambêm exposta uma «tipografia portátil ou de campanha», inventada e construída por António Faustino de Castro, e cuja descrição minuciosa se fazia.

A fundição de tipos, na sua secção de «gravura, galvanoplastia e suas diversas aplicações», de que era director José Leipold e tinha 6 artistas e aprendizes, expunha : punções originais em aço ; gravuras executadas em metal de tipos, gravuras executadas com as máquinas de gravar de Wagner Júnior, completadas a buril e pelos processos químicos, reproduções operadas em aparelhos de recente invenção (galvanoplastia e metalurgia). Ainda a fundição de tipos, na sua secção de «fundição e estereotipia», de que era director Inácio Lauer e contramestre Barnabé Vieira e tinha 46 artistas, operários e aprendizes, expunha : máquinas e utensílios, tipos, vinhetas e ornatos, matrizes e diversos objectos que diziam respeito aos processos da estereotipia. A oficina litográfica, que tinha por director Carlos de Almeida Amaral e contramestre A. J. de Bastos e contava 28 artistas, operários e aprendizes, expunha : uma numerosa colecção de mapas, plantas e cartas geográficas, diversos trabalhos tipográficos primorosamente impressos a côres e ouro, e devidos aos seguintes artistas : J. A. Urban e A. Michellis, desenhadores ; A. C. Barreto, J. F. de Moura Palha, J. J. dos Santos e José Maria Cabral Calheiros, gravadores em pedra ; A. J. Bastos, João José de Carvalho e outros, estampadores. A fábrica de cartas, de que era mestre Joaquim Rosendo e que tinha 7 artistas, operários e aprendizes, expunha amostras das cartas de jogar mais procuradas no mercado.

A Imprensa Nacional obteve neste certame internacional a «Medalha de Ouro» pelo conjunto dos seus produtos, e a «Medalha

de cobre» pela sua fundição de tipos. Todos os jornais de Lisboa e Pôrto se referiram elogiosamente ao modo brilhante por que se apresentava a Imprensa Nacional na festa industrial e artística mais importante que se há realizado no nosso país, e que servira para inaugurar o Palácio de Cristal do Pôrto.

Passado dois anos, em 1867, a Imprensa Nacional lá seguia de novo, intemerata e segura dos seus méritos, a apresentar na Exposição Universal de Paris as provas do seu progresso artístico e da sua actividade industrial. Nesta Exposição obteve a Imprensa Nacional a «Medalha de Ouro», a maior recompensa conferida aos expositores, e ao seu administrador geral foi concedida a cruz da Legião de Honra, que significava o reconhecimento, por parte do Govêrno Francês, dos serviços prestados à tipografia por Firmo Marecos.

Convêm registar uma opinião autorizada e bem expressiva. No relatório de Mr. Boiteau, no comêço do volume II dos *Rapports*, de Mr. Michel Chevalier, Paris 1868, lê-se isto:

> *Portugal.* — Tudo renasce para a vida neste pequeno país, e a arte tipográfica, sob a inspiração dalguns mancebos de valor, mandados a Paris para aqui estudarem a tipografia na Imprensa Imperial, tem feito naquele país, e em muito poucos anos, progressos assombrosos.

Os dois mancebos de valor, a que se alude, eram José Maurício Veloso e Francisco de Paula Nogueira.

A Associação Tipográfica Lisbonense elegeu, para ir estudar a Exposição de Paris, o sub-director da Imprensa Nacional, Maurício José Dias; e a Imprensa Nacional, a expensas do seu cofre, fez seguir também para Paris, com idêntico fim, o director da sua fundição de tipos, Inácio Lauer.

Devido em grande parte à iniciativa ou intervenção dos dois citados artistas, depois de concluída a missão que lhes fôra confiada, realizou ainda a Imprensa Nacional alguns melhoramentos importantes. Na oficina tipográfica, quanto à sua disposição e asseio, nada houve que alterar, porque os comissionados foram os primeiros a confessar que, neste ponto, a Imprensa Nacional não podia recear o confronto com os melhores estabelecimentos dêste género na Europa.

Algumas das antigas prensas do sistema Stanhop, embora funcionassem ainda com regularidade, estavam pedindo uma subs-

tituïção por quaisquer outras mais modernas e aperfeiçoadas. E assim o foram com efeito, por um prelo Albion, de Hopkinson & Cope, e 5 prelos do sistema Haggar, construídos pelo afamado fabricante G. Sigl, de Viena e Berlim. Por lembrança dos impressores portugueses, as prensas do sistema Haggar, que eram aliás muito apreciáveis, sofreram depois melhoramentos importantes, mas não alterando por isso o construtor o preço primitivo.

A Imprensa Nacional adquiriu também uma máquina (n.º 3) de Degener & Weiler, que aparecera pela primeira vez na Exposição de 1867, e fôra construída em New-York, e que então se poderia considerar uma verdadeira novidade em mecânica aplicada à tipografia.

Em todas as dependências da oficina tipográfica se realizaram sucessivamente vários melhoramentos, mais ou menos importantes, e que mais tarde, pela publicação do novo *Espécime,* se evidenciaram a toda a luz.

A fundição de tipos lucrou grandemente com a viagem ao estrangeiro do seu director, Inácio Lauer. Embora se reconhecesse que os processos seguidos nas melhores oficinas da Europa não eram superiores aos usados na fundição de tipos da Imprensa Nacional, e que as máquinas de fundir de Foucher e de Kisch, que eram as mais preconizadas, não ofereciam decisiva vantagem sôbre as do sistema de Steiner, usadas na Imprensa Nacional desde 1857 com excelente êxito, procurou-se entretanto aproveitar o que a experiência esclarecida indicava de útil para o complemento do material fabril. Assim, fizeram-se as aquisições duma bela máquina de aplainar, de Kisch, de Berlim, doutra de burnir as peças de ferro, de Bauer, de Leipzig, duma prensa para preparar as matrizes de guta-percha, segundo o modêlo da casa Decker, dum aparelho para cortar filetes de latão, dum laminador para os ditos, dum justificador de punções e de dois justos-fiéis de aço.

Com estas aquisições habilitara-se a oficina não só a executar com mais precisão todos os trabalhos de fundição, como também os de concêrto e construção de máquinas e utensílios, objecto de tanta importância que até já estava requerendo a direcção especial dum maquinista muito hábil. O amplo depósito que a Imprensa Nacional já possuía fôra ainda enriquecido com alguns milhares de matrizes, umas provenientes de origem estrangeira, outras feitas na fundição do estabelecimento com punções gravados na secção de

gravura, onde se executaram, até o fim de 1868, 31 jogos de caracteres de fantasia de géneros diversos, sendo 14 em metal de tipos e 17 em aço.

Na mesma secção se haviam desempenhado também vários trabalhos de gravura e de galvanoplastia, de bastante importância. A produção fabril fôra nos anos de 1867 e 1868 a seguinte :

1867.	24:[illegible] quilogramas
1868.	22:938 »

A receita nos dois últimos anos económicos fôra :

1866-1867	20:40[illegible]$[illegible]82
1867-1868	16:303$700

A fábrica de cartas acentuava cada vez mais a sua decadência. Por decreto de 1 de Julho de 1867 fôra restabelecido o imposto de 60 réis por cada baralho de cartas, o que tornava quási impossível a concorrência com as outras fábricas, tanto nacionais como estrangeiras. No ano económico de 1866-1867 a receita desta fábrica fôra de 1:233$720 réis, baixando no ano seguinte a 830$340 réis. Podia dizer-se que a fábrica de cartas era apenas uma tradição. A média da receita nos dois anos económicos de 1866-1867 e 1867-1868 fôra de 123:278$205 réis, ainda assim bem superior à realizada em 1865-1866.

Infelizmente com o ano de 1869 entrara a Imprensa Nacional numa fase deploràvelmente triste para o seu pessoal mais activo. Uma intensa crise de trabalho, devida às exageradas e até contraproducentes medidas económicas postas em execução pelo Bispo de Viseu, D. António Alves Martins, então Ministro do Reino, se manifestou e desenvolveu na Imprensa Nacional. Os compositores foram os que mais sofreram com esta crise, derivada da adopção brusca dum sistema ferozmente económico e ingénuamente concebido, e cujos resultados estavam bem longe de atingir o fim que tivera em vista o severo e honrado Ministro. As medidas económicas foram tam rigorosas para a Imprensa Nacional, que chegaram a não ter andamento algumas impressões de obras tidas como indispensáveis.

Em 1873 realizou-se em Viena de Áustria outra Exposição Universal, à qual a Imprensa Nacional de Lisboa concorreu, na

seqùencia da louvavel norma que havia estabelecido para estes casos grandiosos, com alguns produtos da sua laboração artística e industrial. Obteve então a «Medalha de Progresso», distinção muito para apreciar, mas que parecia não premiar devidamente os produtos expostos. Algumas observações se fizeram a êste respeito, até que o próprio júri veio esclarecer o pensamento que determinava a concessão da dita medalha.

Fradesso da Silveira, comissário de Portugal junto da Exposição internacional de Viena, dizia em ofício dirigido ao administrador geral da Imprensa Nacional, com data de 12 de Setembro de 1873, que quando Eugénio Guyot, de Bruxelas, propusera que se concedesse o «Diploma de Honra» à Imprensa Nacional, resolvera o júri, na secção respectiva, e depois na sua reùnião geral, que se aprovasse a concessão de «Medalha de Progresso», sendo então firmada pelo Sr. Wolowski, do Instituto de França, presidente do júri, uma declaração honrosíssima para a mesma Imprensa. Acrescentava Fradesso da Silveira que, tendo recebido no dia anterior, de Paris, por intervenção do mesmo Eugénio Guyot, o prometido documento, com a maior satisfação transmitia uma cópia, à qual o administrador da Imprensa Nacional podia dar a necessária publicidade. Nesse documento, firmado por Wolowski, presidente do júri do 12.º grupo da Exposição de Viena, e por J. Masson, membro do júri internacional da França, asseverava-se que o pensamento que levara o júri da Exposição de Viena a conceder a «Medalha de Progresso» à Imprensa Nacional de Lisboa fôra ùnicamente como que pôr uma nota, acentuando ainda mais os seus progressos, aos prémios justamente obtidos pela mesma Imprensa na Exposição Universal de Paris de 1867.

Eugénio Guyot, impressor em Bruxelas e membro do júri do 12.º grupo da Exposição de Viena, no relatório que publicou acêrca dos produtos do mesmo grupo, consignava que a Imprensa Nacional de Lisboa tinha obtido, na Exposição Universal de Viena, a «Medalha de Progresso» com menção especial, considerada pelo júri como ratificação das distinções que a mesma Imprensa merecidamente alcançara na Exposição de Paris, em 1867.

Foram tambêm conferidas medalhas de prata a António Joaquim de Oliveira, revisor, e José António Dias, fiel do armazêm de tipos, e antigo tipógrafo, recebendo ainda a medalha de cooperação Maurício José Dias.

Por decreto de 31 de Outubro de 1859 foi determinada a criação duma fôlha oficial do Govêrno, com a denominação de *Diário de Lisboa*, que seria publicada diáriamente, exceptuando os domingos e mais dias santificados.

O *Diário de Lisboa*, como o seu antecessor *Diário do Govêrno*, seria impresso na Imprensa Nacional, e sob a direcção e fiscalização, na parte técnica, do administrador geral da mesma Imprensa, ao qual incumbia vigiar e responder pela boa execução artística do jornal, pela devida ordem na impressão de suas matérias, pela exactidão e cuidado dos revisores, e pela pontualidade e bom desempenho dos trabalhos técnicos do mesmo jornal. Ao administrador da Imprensa Nacional era-lhe ainda conferida a faculdade de combinar com o director do jornal a maneira de tornar mais nítida, mais económica e mais regular a sua impressão.

Nos fins do ano de 1868 operou-se nova mudança. O decreto de 11 de Dezembro daquele ano teve por fim diminuir a avultada despesa que se fazia com as publicações por conta do Estado, e facilitar a divulgação dos actos e documentos oficiais. A fôlha oficial do Govêrno voltou a denominar-se *Diário do Govêrno*, destinado à publicação das leis, dos actos e documentos oficiais ; mas as sessões das câmaras legislativas seriam publicadas em *Diário* especial.

Da publicação do *Diário do Govêrno* ficou encarregada a administração da Imprensa Nacional.

Nos fins do referido ano de 1868 cessava a publicação dos boletins dos Ministérios, da colecção dos relatórios dos governadores civis, da colecção de consultas das juntas gerais do distrito e da relação nominal dos empregados do Estado. Os documentos de incontestável importância, que pela sua extensão não coubessem no *Diário do Govêrno*, seriam impressos em separado, mediante ordem do Ministro competente, publicada na fôlha oficial. A colecção da legislação geral seria regulada por ulteriores disposições do Govêrno.

Em 1870 publicou a Imprensa Nacional o seu melhor *Espécime* de tipos e ornatos, o qual constitui sem dúvida alguma um documento valioso, brilhante, sugestivo e revelador não só da enorme importância do estabelecimento como dos seus esplêndidos progressos artísticos. Êste magnífico *Espécime* teve a consagração unâ-

nime da imprensa portuguesa, que dêle se ocupou, e tambêm dalguns jornais estrangeiros. Em confronto com o que se dera à estampa em 1859, nota-se logo no recentemente publicado a grande diferença para mais na quantidade e variedade de caracteres apresentados. Está impresso êste notável *Espécime* em magnífico papel, e contêm 192 páginas, nas quais se vêem : 84 séries de caracteres ordinários, romanos e itálicos ; 492 séries de caracteres e letras capitais de fantasia ; 32 séries de caracteres góticos, alemães, gregos, árabes, hebreus, siríacos, etiópicos, etc. ; 1 :058 variedades de vinhetas, cantos e ornatos ; 225 armas e troféus.

A parte própriamente artística, representada nas impressões a ouro e a tinta de côres de diversos trabalhos de fantasia e na parte tipográfica da gravura de Pedroso, é tambêm mais extensa e mais interessante do que a que possuía o *Espécime* de 1859.

Os artistas que mais concorreram para a elaboração dêste *Espécime* foram os compositores Augusto César Pereira da Cunha e Francisco Guilherme Tito da Silva, e os impressores João Francisco Saraiva, Francisco de Paula Nogueira, Leonardo da Silva, Fernando de Melo, Evaristo de Macedo, Manuel António da Silva, Joaquim Maria da Cruz e Manuel José Spinola. Dêstes, há ainda a especializar Augusto César Pereira da Cunha, que mais tarde exerceu a direcção técnica das oficinas tipográficas e foi reconhecidamente um dos melhores compositores da Imprensa Nacional, e João Francisco Saraiva, o melhor impressor que a Imprensa Nacional tem tido até o presente, e cuja primazia artística é de supor que se prolongue ainda por longo tempo. Mas deixou muitos discípulos, porque ensinava com método, vontade e gôsto.

O *Espécime* de 1870, emquanto não vier outro substituí-lo com vantagem, pode considerar-se para a Imprensa Nacional, por assim dizer, o seu livro sagrado, como que um evangelho cujas páginas tem de ser vistas e meditadas por todos quantos aqui labutam e se interessam pelo progresso e bom nome do estabelecimento.

À Exposição Universal de Filadélfia, de 1876, levou tambêm a Imprensa Nacional alguns produtos artísticos e industriais das suas diversas oficinas, os quais lograram colhêr, como nas exposições anteriormente realizadas, as recompensas e os louvores a que

tinham incontestável direito. A testemunhar e garantir esta verdade lá está o «Diploma de Honra», devidamente emoldurado, que a Imprensa Nacional ostenta nas suas paredes.

Firmo Augusto Marecos morreu em 1878. A Imprensa Nacional deve-lhe inegávelmente muitos e assinalados serviços. Na sua longa gerência, Firmo Marecos distinguíu-se sempre por um zêlo exemplar, um grande tino administrativo e até particularmente por um intenso sentimento afectivo consagrado ao estabelecimento que dirigia.

É certo que teve a secundar a sua obra poderosos auxiliares, também devotada e inteligentemente dedicados ao serviço da Imprensa Nacional. E entre êsses auxiliares avultava naturalmente a figura do homem mais prestável, mais talentoso, mais trabalhador, mais prestigioso que tem tido a Imprensa Nacional de Lisboa — o então escriturário, e mais tarde contador, Francisco Ângelo de Almeida Pereira e Sousa.

Pereira e Sousa foi sempre, durante o longo tempo que serviu a Imprensa, o seu agente mais fecundo e sabedor, a alma por assim dizer de todos os serviços, porque de tudo entendia, de tudo tratava, de tudo cuidava, com uma vontade serena mas inquebrantável, com uma actividade pouco ruìdosa mas nunca decrescida. Com um auxiliar dêste valor, o encargo de dirigir e administrar torna-se necessáriamente mais fácil, agradável e fecundo do que seria sem tam prestante cooperação.

Firmo Marecos foi sem dúvida um magnífico administrador, mas teve a fortuna, como se vê, de encontrar quem lhe tornasse a tarefa mais fácil e mais brilhante.

Por morte de Firmo Marecos ficara interinamente administrando a Imprensa Nacional o contador Ângelo Rafael Vecchiato, funcionário muito dedicado a todo o pessoal e especialmente aos compositores e impressores. Aproveitando o ensejo da sua interinidade na suprema administração do estabelecimento, Ângelo Vecchiato tratou logo de pôr em prática o desejo que havia muito afagava de contribuir o mais possível para a justa melhoria económica do pessoal tipográfico, que particularmente lhe era afeiçoado.

Em 2 de Janeiro de 1878 nomeava quatro comissões incumbidas de rever e alterar as tabelas de preços por que então se pagavam os diferentes trabalhos da Imprensa Nacional. Fundamentava esta resolução na justiça que havia, e reconhecia, em atender as representações que por vezes os artistas tinham dirigido à administração superior da Imprensa sôbre a necessidade de aumentar o preço da mão de obra, visto o custo das subsistências ter sucessivamente encarecido, agravando todas as classes da sociedade e sobretudo as que viviam exclusivamente do produto do seu trabalho. Logo que essas comissões concluíssem a revisão das tabelas deveriam apresentar a Ângelo Vecchiato os respectivos relatórios ou pareceres, para êle então adoptar as medidas que lhe parecessem mais convenientes. As comissões incumbidas do estudo e reforma das tabelas da composição e impressão eram compostas: a primeira, de João Manuel de Freitas, Maurício José Dias, Augusto César Pereira da Cunha, José de Matos Góis de Barros e Joaquim Pedro das Neves; a segunda, de Joaquim José das Neves, Francisco de Paula Nogueira, Manuel António da Silva, Joaquim Maria da Cruz e António Joaquim Evaristo de Macedo.

As comissões apresentaram depois os resultados dos seus trabalhos, e à vista dêles o administrador interino mandou imprimir as novas tabelas de preços e pô-las em execução imediata. Começaram a vigorar desde 2 de Janeiro de 1878.

A diferença essencial sôbre as tabelas de 1864, que até então vigoravam, consistiu em aumentar 20 por cento na retribuìção de quási todos os trabalhos.

É tradição que Ângelo Vecchiato lutou com bastantes embaraços e até má vontade da parte dalguns elementos tímidos ou pouco generosos, que não aceitavam bem, por quaisquer motivos, a realização duma aspiração justíssima; mas a sua pertinácia, neste ponto, fôra até ao desabrimento de expressões demasiadamente duras para os que lhe objectavam qualquer pretendido inconveniente. Bem haja a sua memória.

VII

1878—1909

Por decreto de 26 de Janeiro de 1878 foi nomeado administrador geral da Imprensa Nacional o bacharel em medicina, pela Universidade de Coimbra, Venâncio Augusto Deslandes[1].

A sua nomeação para tam importante lugar foi uma verdadeira surpresa, não porque o nomeado não tivesse os requisitos necessários para bem desempenhar a missão que lhe era confiada, mas porque se havia julgado quási certa a nomeação do ilustre escritor Pinheiro Chagas, por quem o próprio rei D. Luís se interessava bastante. É pena foi que não se realizasse o que todos esperavam, porque a colocação de Pinheiro Chagas à frente da gerência da Imprensa Nacional seria motivo de grande júbilo para todos os empregados e artistas, e certíssimamente de grande proveito e honra para a mesma Imprensa, a cujo serviço e renome a enorme faculdade de trabalho e a inteligência fenomenal do eminente escritor se poderiam ter consagrado com indiscutível utilidade e brilho.

O Dr. Venâncio Deslandes, sem dúvida muito ilustrado e inteligente, era um homem mais inclinado à vida aprazível e folgada da alta sociedade do que ao efectivo desempenho de qualquer comissão administrativa que demandasse assiduìdade e cuidado. A sua acção pessoal na administração da Imprensa Nacional foi pá-

---

[1] Faleceu em Lisboa com 81 anos de idade. Por ocasião da febre amarela, em 1856, prestou serviços importantes, que lhe valeram a medalha de ouro instituída por D. Pedro V para galardoar os beneméritos que se distinguiram no combate contra a terrível epidemia. Foi eleito deputado em 1868. Era sócio correspondente da Academia Rial das Sciências de Lisboa e da Academia de Sciências Morais e Políticas de Madrid, membro correspondente da Sociedade de Agricultura de Paris e do Cobdem Club de Londres. Publicou em 1882 os *Documentos para a história da tipografia portuguesa nos séculos* XVI *e* XVII.

lida quanto à parte útil e produtiva. Descendente de João da Costa e de Miguel Deslandes, impressores franceses muito activos, estabelecidos em Lisboa em meados do século XVII, só herdara do seu quarto e quinto avô, quanto às qualidades de trabalho aplicado e persistente, a tradição do nome, com que, aliás, muito se desvanecia.

O verdadeiro administrador de facto foi o contador Francisco Ângelo de Almeida Pereira e Sousa, que, com enorme vantagem para todos os serviços, o substituía quási permanentemente na gerência da Imprensa Nacional. O Dr. Venâncio Deslandes gozava a vida o mais que podia e sabia; não trabalhava quanto devia e podia. Mas isso não obstou a que recebesse quantiosas somas, umas lícitas, outras duvidosas, em recompensa duma actividade que nunca exerceu nem quási pensou em exercer.

Pouco depois de ser nomeado administrador da Imprensa Nacional foi-lhe dada a comissão, que êle de certo solicitou, de ir ao estrangeiro estudar os melhores sistemas de encadernação de livros. E deu-se a um médico a missão de estudar os progressos duma arte que nunca tinha exercido e que presumívelmente nunca viria a exercer! Por lá andou flanando, e, para coonestar a viajata, adquiriu alguns utensílios para a projectada oficina de encadernação da Imprensa Nacional, os quais nunca, por várias razões, foram aproveitados.

Em 1878 realizou-se em Paris mais uma Exposição Universal a que não faltou, com uma persistência digna de todo o aplauso, a Imprensa Nacional de Lisboa, levando pressurosa a êsse certame os últimos produtos das suas diferentes oficinas.

A oficina tipográfica expôs diversas edições comuns e ilustradas (livros e folhetos), uma obra de liturgia, algumas edições de luxo e várias impressões a côres. Também foram expostos o magnífico *Espécime* de 1870, com o suplemento publicado em 1878. Os trabalhos mais salientes eram devidos aos compositores Augusto César Pereira da Cunha e Francisco Tito da Silva, e aos impressores João Francisco Saraiva, Manuel Spinola, Francisco de Paula Nogueira, Manuel António da Silva e Evaristo de Macedo.

A fundição de tipos e a oficina de gravura expunham vários produtos próprios da sua laboração. Alguns trabalhos de gravura

e de galvanoplastia eram devidos ao antigo mestre José Leipold, então empregado no atelier de gravura do Banco de Portugal, e a Júlio Cosmelli, sob a direcção do primeiro. A litografia expôs também grande cópia de trabalhos executados na sua oficina.

Nesta Exposição mais uma vez a Imprensa Nacional afirmou o valor dos seus recursos e o merecimento dos seus artistas. Foi-lhe concedida a «Medalha de Ouro», e o administrador geral Venâncio Deslandes, que em nada tinha concorrido para o brilhante êxito obtido, pois que era recentíssima a sua nomeação, recebeu o grau de Oficial da Legião de Honra — distinção que muitos afirmam, e parece que com fundamento, foi conferida à própria Imprensa Nacional.

Na Exposição Portuguesa do Rio de Janeiro, efectuada um ano depois, em 1879, e à qual a Imprensa Nacional não faltou — como que em cumprimento duma norma inteligentemente estabelecida e rigorosamente mantida — com a exibição dos seus produtos artísticos e industriais, foram os progressos da mesma Imprensa devidamente apreciados e elogiados, não só pelo júri da dita Exposição como por quási toda a imprensa fluminense. Aí alcançou a Imprensa Nacional o diploma de «Medalha de Ouro».

Em 1878 foi publicado um suplemento ao *Espécime* de 1870, o qual contêm um considerável número de sinais tipográficos, filetes, traços, etc. Dos caracteres ordinários, romanos e itálicos, oito séries foram primitivamente gravadas na oficina de gravura da Imprensa Nacional, assim como 93 colecções de caracteres e letras capitais de fantasia e uma grande quantidade de vinhetas, ornatos, cantos, etc.

Todos os anos o Estado despendia somas valiosas com a publicação de livros, memórias, relatórios, inquéritos, regulamentos, mapas estatísticos e vários outros trabalhos de reconhecida importância e interêsse para o país. Acontecia porêm que muitas pessoas não podiam alcançar essas obras por não serem expostas à venda. As edições que delas se faziam eram entregues aos Ministérios que as ordenavam, e, salvas algumas excepções com respeito às publicações do Ministério do Reino, todos os exemplares eram distribuídos gratuitamente, sem regras fixas e até sem igualdade na escolha dos contemplados. Era portanto manifesta a necessidade de se tomarem

providências que obstassem a tais irregularidades e compensassem o Tesouro duma parte das quantias despendidas com aquelas publicações.

Nesse sentido se publicou o decreto de 26 de Junho de 1879, o qual insere várias disposições relativas à impressão, na Imprensa Nacional, dos diversos trabalhos de interêsse público, mandados publicar, por conta do Estado, pelos diferentes Ministérios. De ora avante todos os livros, memórias, relatórios, inquéritos, regulamentos, mapas estatísticos e quaisquer outros trabalhos de interêsse público mandados publicar por conta do Estado seriam impressos na Imprensa Nacional, determinando-se desde logo o número de exemplares da edição, número que seria calculado por modo que, tirados os exemplares que fôssem absolutamente indispensáveis para o serviço de cada Ministério, restasse metade da edição, pelo menos, para a venda pública. O preço de cada exemplar seria taxado pelo Ministério respectivo, ouvida a administração da Imprensa Nacional e feito o abatimento de 30 por cento do custo total da edição ; e a respectiva venda ficaria a cargo da Imprensa Nacional, que para êsse fim teria uma escrituração especial, e poderia fornecer os livreiros mediante a comissão de 20 por cento, constituindo o produto da venda receita do Estado.

Em 29 de Janeiro de 1880 foi determinado que, de então em diante, os governos civis, administrações dos concelhos, câmaras municipais, repartições dependentes do Ministério do Reino, diversos estabelecimentos e indivíduos que recebiam gratuitamente a *Legislação*, satisfizessem à Imprensa Nacional a importância dos exemplares de que porventura carecessem.

Com a data de 23 de Julho de 1880 fez publicar o Govêrno a seguinte portaria, cuja importância é manifesta :

Havendo-se ordenado em portaria de 18 de Julho de 1879 ao administrador geral da Imprensa Nacional que enviasse pelo Ministério do Reino os esclarecimentos necessários para, em presença dêles, poderem ser apreciados os resultados que se obtiveram das somas despendidas naquele estabelecimento durante o período de vinte anos (1859 a 1879), e especialmente no que respeita aos três últimos anos (1876 a 1879), e assim também reconhecer-se quais eram as importâncias que constituem o seu activo e passivo no dia 30 de Junho de 1879 ; e tornando-se evidente, em vista do minucioso exame a que se procedeu nos aludidos esclarecimentos

Que, em relação ao primeiro período de vinte anos, se liquidou de receita a quantia de 2.516:013$000 réis, e de despesa 2.358:508$471 réis,

do que resultou um excesso daquela sôbre esta na importância de réis 157:415$138, equivalente a 7:870$756 réis, termo médio anual, e em relação ao seguinte período, que compreende os anos de 1876 a 1879, se liquidou de receita próprìamente dita do estabelecimento da Imprensa, a quantia de 480:763$942 réis e de despesa 394:541$095 réis, de que proveio um saldo, a favor, de 36:241$145 réis, ou 12:080$381 réis, termo médio em cada ano;

Que, em 30 de Junho de 1879, o activo da Imprensa se elevava à soma de 389:802$418 réis, compreendendo a quantia de 124:047$916 réis, proveniente de créditos sôbre diversos, e a de 1:833$600 réis por débitos dalgumas câmaras municipais e administrações dos concelhos, e o passivo atingia a soma de 4:786$475 réis, sendo portanto o saldo de 385:075$943 réis, o qual constituía os haveres do estabelecimento no supracitado dia 30 de Junho de 1879, como tudo se demonstra pelos documentos designados pelas letras A e C;

E, finalmente, que em vista de tais resultados, os lucros obtidos por aquele estabelecimento, considerado como industrial, não estão em proporção com as somas despendidas, com sacrifício do Estado, por isso que apenas produziram 3,13 por cento de lucro anual: manda Sua Majestade El-Rei que, emquanto se não adoptam as providências necessárias, cumpre ao referido administrador geral satisfazer as seguintes prescrições:

1.ª Remeter ao Ministério do Reino uma cópia do inventário a que últimamente se procedeu, descrevendo-se nele todos os objectos, suas qualidades, quantidades e valores.

2.ª Organizar as contas de receita e despesa do material, tomando por base o mesmo inventário, de forma que, em qualquer época, se possa com rapidez conhecer a quantidade dos objectos que devam existir, e especialmente no fim de cada ano económico, sob a responsabilidade dos encarregados da sua guarda e administração.

3.ª Transferir para a Caixa Geral de Depósitos todas as quantias pertencentes a cauções, que actualmente se acham depositadas no Banco de Portugal, e enviar para a mesma Caixa todas as que de futuro se receberem de tal proveniência.

4.ª Activar quanto possível a cobrança de todos os débitos, evitando, pelos meios ao seu alcance, a criação de novas dívidas, e especialmente as que se referirem a particulares.

Os documentos A, B e C, a que se refere a portaria acima transcrita, são respectivamente:

Conta geral da receita e despesa do estabelecimento da Imprensa Nacional nos anos económicos de 1859-1860 a 1878-1879;

Conta da receita e despesa da Imprensa Nacional nos anos económicos de 1876-1877 a 1878-1879, e bem assim das dívidas activas e passivas em relação aos mesmos anos;

Conta geral dos haveres da Imprensa Nacional, segundo o balanço dado em 30 de Junho de 1879.

Em 1880 comemorou todo o país, e especialmente a cidade de Lisboa, o tri-centenário da morte do maior poeta da península ibérica, Luís de Camões.

Deve-se à imprensa periódica de Lisboa a iniciativa desta grandiosa festa nacional, talvez a mais brilhante e entusiástica que tem realizado o povo português. A comissão delegada da mesma imprensa, composta de distintos escritores e publicistas, desenvolveu uma actividade extraordinária na preparação e realização do grande acto comemorativo, cujo êxito não podia ser mais completo. A Imprensa Nacional, como lhe cumpria, não foi estranha a essa inolvidável festa; e todo o seu pessoal se apresentou no dia 10 de Junho, dia em que se realizou o imponente cortejo cívico que do Terreiro do Paço partira em direcção à estátua do glorioso poeta, a tomar parte nesse mesmo cortejo, acompanhando o carro simbólico da Imprensa. Êsse carro, que era um dos melhores que se apresentaram no cortejo, e tinha uma bela estátua de Gutenberg, foi depois entregue à Imprensa Nacional, por decisão unânime da comissão executiva das festas e como justa homenagem ao primeiro estabelecimento tipográfico do país.

Em 1888 realizou-se na Avenida da Liberdade, em Lisboa, promovida pela Associação Industrial Portuguesa, com o auxílio do Govêrno e doutras corporações, uma Exposição Industrial e Artística, que foi inegávelmente um acontecimento importantíssimo para a vida da capital e mesmo para todo o país. A essa Exposição também não faltou a Imprensa Nacional com muitos dos produtos das suas diversas oficinas, embora desta vez se colocasse fora do concurso por o seu administrador geral ter sido nomeado presidente de grupo.

A Imprensa Nacional expôs então nesse interessante certame:

Trabalhos de variadíssimo género, tipográficos, litográficos e cromo-litográficos, produzidos pelas oficinas tipográfica e litográfica, e pela oficina tográficos, produzidos pelas oficinas tipográfica e litográfica, e pela oficina de gravura e galvanoplastia — amostras em quadros.

Tipo, produtos da oficina de fundição e estereotipia — amostras em tabuleiros.

Chapas, gravadas em madeira, da figuração das cartas de jogar

Gravuras em madeira, ornamentos, letras, vinhetas, etc.
Espécimes de comparação.
Exemplares de obras saídas da Impressão Régia e Régia Oficina Tipográfica, desde a sua criação até os fins do século XVIII.
Várias obras, dos séculos XVI e XVII, impressas em diversas oficinas portuguesas.
Modelos de fundir, antigos.
Punções e matrizes de antigos tipos.
Prelo mecânico, sistema Weiler, de New-York, modificado segundo o plano de Manuel António da Silva, impressor condutor da secção de impressão mecânica, e Januário Carlos Esteves, maquinista da mesma secção.
Máquina de chanfrar, cortar filetes, aplainar, azerar, e guilhochar chapas de metal ou de latão, modificada e aperfeiçoada na própria oficina do estabelecimento.
Cavaletes e caixa de composição — modelos.
Diagnosis tipográfica, por Custódio José de Oliveira.
Tratado das letras tipográficas, por Joaquim Carneiro da Silva.

Júlio César Cosmelli, gravador e fotógrafo da Imprensa Nacional, expôs :

Provas estampadas de branco calcográficamente, da redução heleográfica do opúsculo escrito por Eduardo Coelho intitulado *A Nobre desafronta da honra e dignidade da Nação Portuguesa perante o torpe insulto dum deputado do Parlamento Britânico.*

Esta redução, executada na Imprensa Nacional, fôra feita em dimensões tais, que pôde, formando um livrinho microscópico, ser introduzida na caixa do anel de ouro oferecido pela Associação Tipográfica Lisbonense, em nome da classe, ao então major Luís Quilinan.

Manuel António da Silva, impressor condutor de máquinas da Imprensa Nacional, expôs :

Mesa e acessórios para o trabalho de alceamento de gravuras e outros trabalhos. Executada na oficina de carpinteiros da Imprensa Nacional e destinada ao serviço do mesmo impressor.

As «recompensas a cooperadores» foram dadas a : José de Matos Góis de Barros, adjunto da oficina tipográfica da Imprensa Nacional ; Manuel António da Silva ; Carlos Filipe Charbel, serralheiro mecânico ; Joaquim Teodoro das Neves ; Júlio César Cosmelli ; Eugénio Rodrigues Alexandrino Ré, desenhador litógrafo e

cromista; Godofredo Cobelos de Andrade, estampador litógrafo e cromista.

É justo dizer que quem mais e melhor actividade desenvolvera para que a Imprensa Nacional ocupasse, como sempre acontecera em outros casos idênticos, um lugar brilhante na Exposição Portuguesa de 1888 — e mesmo auxiliando os trabalhos de colocação e disposição de todos os produtos tipográficos estranhos ao estabelecimento — foi o contador Pereira e Sousa, que não descansava nunca, preocupado e cuidadoso, num passeio constante da Imprensa para a Exposição e da Exposição para a Imprensa, apesar de contar então mais de cincoenta anos de idade.

E logo no ano seguinte Pereira e Sousa tudo ordenou, tudo preparou, tudo previu, para que a Imprensa Nacional não faltasse a mais um grande certame universal, onde certamente viria a colhêr, como colheu, novos e assinalados triunfos. Em 1889 inaugurava o povo francês, na sua capital, mais uma Exposição aberta aos produtos de todas as nações. A essa Exposição concorreu a Imprensa Nacional com a seguinte variada produção das suas diversas oficinas:

Várias edições comuns e ilustradas, livros de ensino, etc.
Diversos trabalhos estatísticos e administrativos (livros e folhetos).
Edições de luxo, impressões a côres, etc.
Muitos produtos da oficina de fundição.
Outros da oficina litográfica.

Eis os nomes dos artistas que dirigiram ou executaram os trabalhos expostos:

Da tipografia: Augusto César Pereira da Cunha, director da tipografia; José Augusto da Silva, chefe de serviço da revisão; Francisco Gulherme Tito da Silva, mestre da escola de composição; Joaquim David Gomes, contramestre da mesma escola; José António Dias Coelho, encarregado da secção de composição das línguas orientais; José Maria Cordeiro, encarregado do depósito de material tipográfico; compositores: Carlos Augusto de Carvalho, José Olegário Garin, Joaquim Teodoro das Neves; Francisco de Paula Nogueira, chefe de serviço das prensas manuais; Joaquim Maria da Cruz, sub-chefe, Carlos Morato Roma Cardoso, chefe de serviço das prensas mecânicas, João Francisco Saraiva, mestre da escola de impressão, Manuel António da Silva, impressor condutor de prensas mecânicas; impressores: António Joaquim Evaristo de Macedo, Fernando Melo e Tomás Gomes.

Da litografia: Mateus Olegário da Costa e Sousa, director; José Calaia, contramestre; gravadores, desenhadores, cromistas, etc.: Eugénio Rodrigues Ré, A. L. Nunes de Carvalho, J. F. Moura Palha, A. J. Launay, António José Saldanha Assunção, José Baptista Morando Franco; litógrafos e impressores cromistas: António José Simões, Godofredo Ernestino Cobelos de Andrade, José Carlos de Assunção Guerra.

Da fundição de tipos e oficina de gravura: Inácio Lauer, director; Duarte Fernando Pinto Malaquias, contramestre; gravadores: Augusto César Cosmelli, João Pedroso, Filipe José Fernandes; gravador de punções e galvanoplasta, Domingos Venâncio; serralheiro mecânico, Carlos Filipe Charbel; encadernador, J. A. Silva.

À Imprensa Nacional foi conferido o «Diploma de Honra», recebendo tambêm muitos dos seus artistas medalhas de cooperação.

Em 10 de Janeiro de 1891 recebeu a Imprensa Nacional a visita do rei D. Carlos e da rainha D. Amélia, onde os aguardavam o então Ministro do Reino, António Cândido, e o pessoal superior da Imprensa. Por essa ocasião foram agraciados com o hábito de Cristo o director da tipografia, Augusto César Pereira da Cunha, o chefe da revisão, José Augusto da Silva, o mestre da escola de composição, Francisco Guilherme Tito da Silva, o fiel do armazêm de tipos, José António Dias, o impressor Manuel António da Silva, inventor do prelo de imprimir a quatro côres, e que tam admirado fôra na Exposição da Avenida.

No decurso da visita régia o administrador geral apresentou ao Chefe do Estado o artista francês Mr. Guillaumet, que havia sido contratado em Paris para ensinar os processos mais modernos da aplicação fotográfica às artes gráficas, como fotogravura, heliogravura, fototipia, etc.

A visita foi bastante demorada, e, ao despedir-se, o monarca mandou entregar à Caixa de Socorros da Imprensa Nacional a quantia de 90$000 réis.

No mesmo dia da visita régia, à noite, foi acometido duma congestão cerebral o chefe da fundição de tipos, Inácio Lauer, falecendo pouco depois. Horas antes tinha recebido do Chefe do Estado palavras elogiosas e sem dúvida merecidas, e não havia sido tambêm contemplado com o hábito de Cristo porque já possuía essa venera concedida por D. Pedro V.

Segundo uma curiosa «Relação das dívidas de particulares à Imprensa Nacional no dia 30 de Junho de 1895», mandada tirar e imprimir pela contadoria da mesma Imprensa, vê-se que essas dívidas montavam nos exercícios anteriores a :

1892-1893	51 :264$671
1893-1894	5 :580$875
1894-1895	7 :348$900
	64 :193$446

No número dos devedores contavam-se dez empresas de jornais diários de Lisboa e Pôrto, e seis doutras publicações periódicas de diversas terras. As dívidas das empresas jornalísticas referiam-se todas aos exercícios anteriores a 1892-1893, o que punha em evidência a sua quási insolubilidade. Só a empresa dum jornal diário, que tivera por director político um antigo ministro de Estado, devia perto de 2 :000$000 réis.

O cofre da Imprensa Nacional parecia subsidiar também, como se vê, duma maneira indirecta, os jornais políticos mais afeiçoados aos dirigentes de então.

As dívidas de particulares à Imprensa Nacional, por fornecimento de material tipográfico e obras mandadas executar, elevavam-se ainda, em 30 de Setembro de 1897, à importante soma de 50 :830$731 réis. Parece que a administração da Imprensa Nacional não se preocupava grandemente com esta situação, sem dúvida prejudicial para os interêsses económicos do estabelecimento ; e até se dizia que, para a avolumação enorme das dívidas de particulares à Imprensa, bastante havia concorrido os favores e as demasiadas facilidades e condescendências do administrador geral.

Interveio desta vez o Govêrno, como lhe cumpria, determinando expressamente, em portaria de 20 de Outubro de 1897, que a administração geral da Imprensa Nacional adoptasse as providências necessárias para que, até 31 de Março de 1898, se realizasse a cobrança das dívidas contraídas por particulares, tanto por fornecimento de material, como por quaisquer obras executadas.

O administrador geral não pediu por êste facto a demissão do seu cargo, nem se mostrou mesmo ostensivamente molestado com a manifesta censura que se notava no espírito e na forma da mencionada portaria.

Mas não ficou aqui a acção do Govêrno, que parecia estar realmente empenhado, desta vez, em regular os serviços administrativos da Imprensa Nacional, de forma a poder exercer-se uma mais prática e eficaz fiscalização.

O *Diário do Govêrno* de 13 de Dezembro de 1897 publicava um decreto, datado de 9 de Dezembro do mesmo ano, que reorganizava os serviços administrativos e económicos da Imprensa Nacional, o qual era precedido dum relatório em que o Govêrno justificava as providências legislativas contidas no mencionado decreto.

É um documento importante, e que bem revelava o propósito, da parte do Govêrno, de acabar com várias irregularidades, já demasiadamente notórias, que a administração geral da Imprensa Nacional, ou melhor dizendo, o seu administrador Venâncio Deslandes, vinha de há muito cometendo ou consentindo.

Não cabe nos estreitos limites duma simples *Memória histórica e descritiva* a transcrição integral, ou mesmo um extracto muito desenvolvido, das contas apresentadas pela administração da Imprensa Nacional e que constituem três grandes mapas bem recheados de números. Tocaremos apenas nos pontos principais do relatório do Govêrno e nas disposições mais importantes do decreto que se lhe segue.

No intuito, dizia o Govêrno no seu relatório, de se apreciarem as condições económicas da Imprensa Nacional, bem como o resultado da laboração do mesmo estabelecimento, durante um largo período de tempo, a fim de se adoptarem as providências que forem convenientes, determinou o Govêrno que a administração da mesma Imprensa prestasse os necessários esclarecimentos. E por êsses esclarecimentos verificou-se :

1.º Que nos dezasseis anos económicos decorridos do 1.º de Julho de 1879 a 30 de Junho de 1895 a receita líquida foi de. . . . . 3.677 :243$900
por conta da qual se cobrou a quantia de. . . . . 2.656 :083$140
tendo ficado, em dívida, no citado dia 30 de Junho de 1895,
a soma de . . . . 901 :160$760
sendo de repartições e estabelecimentos públicos. . . . . 912 :322$374
e de particulares . . . . 48 :838$386

2.º Que a despesa liquidada e paga no mesmo período
foi de . . . . 3.315$733$570
e que tendo sido, como acima, a receita liquidada de. . . . 3.617 :243$900
houve um excesso de receita sôbre a despesa de. . . . . . . 301 :510$330
ou termo médio, 18 :844$396 réis por ano, o que corresponde a 9,09 por

cento da importância despendida em todos os serviços da Imprensa no mencionado período de dezasseis anos, 3.315 :733$570 réis.

3.º Que o débito dos livreiros e editores era, em 30 de Abril último, de 14 :814$270 réis, existindo no mesmo dia nos armazêns da Imprensa, caucionando a responsabilidade dalguns dos ditos editores, obras no valor de 47 :344$700 réis.

4.º Que o valor de todo o material existente no estabelecimento, no referido dia 30 de Julho de 1895, era de 622 :507$679 réis.

5.º Finalmente, que no mesmo dia 30 de Julho existia ainda por cobrar, de dívidas anteriores ao 1.º de Julho de 1879, a quantia de 22 :703$859 réis,

sendo de repartições públicas.	8 :782$959
e de particulares	13 :920$900

Com os citados esclarecimentos fornecidos pela Imprensa Nacional organizaram-se quatro documentos separados, para que melhor se pudessem avaliar as condições económicas do estabelecimento e a maneira como êle tinha sido administrado. A seguir faz-se um minucioso estudo sôbre diversas verbas e tiram-se conclusões rigorosas.

Do exame das relações das dívidas à Imprensa Nacional em 30 de Junho de 1895, tanto de repartições e estabelecimentos públicos como de particulares, tirava o Govêrno a conclusão de que a cobrança das receitas relativas ao período decorrido de 1 de Julho de 1879 ao citado dia 30 de Junho de 1895 não se efectuara com a regularidade recomendada na portaria de 23 de Julho de 1880, na qual se declarava à administração da Imprensa Nacional que devia activar quanto possível a cobrança das dívidas que então existiam referentes à época anterior a 1 de Julho de 1879, e empregar todo o cuidado em evitar que se originassem novas dívidas, principalmente de particulares. Destas dívidas, algumas das quais se achavam pagas ou estavam em via de pagamento, foram consideradas pela administração da Imprensa :

Cobráveis . .	38 :311$400
Duvidosas .	9 :080$500
Incobráveis . .	15 :307$227
	62 :750$280

O Govêrno já tinha providenciado, por portaria de 20 de Outubro de 1897, para que a cobrança das dívidas dos particulares se realizasse no mais curto espaço de tempo possível, e se empregasse

todos os meios necessários para que até 31 de Março de 1898 desse entrada no cofre do referido estabelecimento a importância das mencionadas dívidas, ou fôsse garantido o seu pagamento dentro do ano económico de 1897-1898.

Para evitar, porêm, que de futuro se repetissem os factos que deram origem «à crítica situação em que se encontrava a administração da Imprensa Nacional», cujas receitas nos últimos anos não se arrecadaram na sua maior parte, e cujo aumento de despesa, no período decorrido de 1 de Julho de 1880 a 30 de Junho de 1885, excedera 71,3 por cento o acréscimo da receita que houvera no mesmo período, julgava o Govêrno indispensável proceder à reforma dos serviços administrativos da mencionada Imprensa, estabelecendo-se preceitos que assegurassem a cobrança de todas as suas receitas e que diminuíssem a respectiva despesa.

Até aqui o relatório. Vejamos agora o que estabelece o decreto.

O artigo 1.º determina que as despesas da Imprensa Nacional sejam custeadas, a partir de 1 de Janeiro de 1898, pelas receitas do mesmo estabelecimento, não devendo efectuar-se porêm nenhum pagamento das aludidas despesas sem a competente autorização expedida pela 3.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública.

Seriam publicados, anexos ao orçamento do Ministério do Reino e às contas da gerência do mesmo Ministério, o orçamento das receitas e despesas e a conta da gerência da Imprensa Nacional.

A Imprensa Nacional continuaria a ser encarregada de executar todos os trabalhos de impressões para o serviço do Estado, mas observando os preceitos que então se estipulavam. Nenhuma obra o Govêrno poderia mandar publicar na Imprensa Nacional sem que esta tivesse préviamente elaborado o respectivo orçamento da despesa. Não poderia a mesma Imprensa Nacional fornecer material algum a particulares, nem proceder à execução de quaisquer trabalhos para particulares, sem que a respectiva importância desse entrada no cofre do estabelecimento ou o seu pagamento fôsse devidamente garantido e efectuado no prazo dum ano. O administrador geral ficava pessoalmente responsável pelo cumprimento dêste preceito.

Todos os fornecimentos de material para a laboração das diversas oficinas da Imprensa Nacional continuariam a ser feitos por concurso público. O administrador geral da Imprensa Nacional

adoptaria as providências necessárias para que fôsse posta em dia toda a escrituração, tanto da contadoria como dos armazêns de material e dos depósitos das diversas oficinas; e bem assim para que, de futuro, nunca se atrasasse a mesma escrituração, sôbre a qual devia exercer contínua e rigorosa fiscalização a 3.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública.

O administrador geral da Imprensa Nacional proporia imediatamente ao Govêrno, pela Direcção Geral da Instrução Pública, a fiscalização dos quadros do pessoal operário e não operário, que fôsse estritamente indispensável para execução dos serviços a cargo da mesma Imprensa; e bem assim as tabelas, tanto dos salários do referido pessoal como dos preços das empreitadas.

O administrador geral proporia igualmente o que houvesse de melhor para diminuir a despesa e aumentar a receita do *Diário do Govêrno*.

Dos lucros líquidos da Imprensa Nacional seria abonado anualmente à Associação de socorros mútuos da mesma Imprensa um subsídio nunca inferior a 10 por cento dos referidos lucros.

Por último, o Govêrno fixaria em decreto especial os quadros e os vencimentos do pessoal da administração e contadoria da Imprensa Nacional.

Nos fins do ano de 1895 celebrou a Associação de socorros mútuos da Imprensa Nacional o 50.º aniversário da sua existência com uma sessão solene que se realizou na sala dos desenhadores da litografia, no edifício do Rato. Nessa sessão brilhou a palavra eloqùente dalguns distintos oradores, expressamente convidados para êsse fim. Por essa ocasião foi distribuído um número único intitulado *Saùdação*, colaborado por alguns artistas e outros empregados da Imprensa Nacional, e cuja iniciativa e direcção se deveram ao tipógrafo Ernesto da Silva, rapaz de muito talento que a morte ceifou repentinamente na mesma Imprensa. Êsse número único, composto e impresso nas oficinas da Imprensa Nacional, é um modêlo de boa composição tipográfica e de delicado gôsto artístico.

O *Diário do Govêrno* de 1 de Julho de 1898 insere o decreto, de 30 de Junho do mesmo ano, em que se estabeleciam as regras por que deviam efectuar-se as nomeações, admissões e promoções de

todo o pessoal da Imprensa Nacional, bem como o abôno de vencimento do mesmo pessoal durante o tempo de doença, conforme os regulamentos e tabelas que do mesmo decreto faziam parte. É um diploma importante e que ao tempo da sua publicação muito beneficiava o pessoal da Imprensa Nacional, pois que estabelecia um subsídio na doença, embora por um prazo pouco extenso, sem que ao mesmo pessoal se exigisse qualquer percentagem dos seus vencimentos com destino a servir de fundo ou alimentar a instituìção dêsse auxílio.

O artigo 1.º do mencionado decreto determinava que os quadros e vencimentos do pessoal da Imprensa Nacional fôssem provisóriamente os fixados nas tabelas n.ºs 1 e 2, e que o quadro que trabalhava de empreitada poderia ser temporáriamente aumentado, por deliberação da administração do estabelecimento, quando o exigisse a afluência de trabalho. Êste artigo estabelecia mais : que as empreitadas fôssem pagas na conformidade do regulamento dos preços dos trabalhos tipográficos e da tabela n.º 3 ; que o serviço de revisão fôsse retribuído segundo a tabela n.º 4 ; que o pessoal com vencimento fixo não tivesse direito a nenhum abôno extraordinário quando a urgência do serviço exigisse a sua comparência na Imprensa, nos domingos, dias santificados ou feriados ; que nenhuma outra remuneração fôsse abonada, sem autorização do Ministério do Reino, alêm dos vencimentos e retribuìções estabelecidas no regulamento e tabelas n.ºs 3 e 4, com excepção do emolumento denominado «capilhas», que continuava competindo aos compositores e impressores ; que o pessoal das oficinas que excedesse os quadros fixados na tabela n.º 2 ficasse adido, com o vencimento que percebia em 13 de Dezembro de 1897.

O artigo 2.º consignava que o lugar de administrador geral da Imprensa Nacional e os da contadoria do mesmo estabelecimento eram de nomeação régia, continuando o do administrador a ser considerado de comissão, e podendo por isso acumular a respectiva gratificação com quaisquer outros vencimentos legais ; que na vacatura do lugar de contador fôsse promovido o escriturário, e na dêste lugar um dos amanuenses, preferindo o mais antigo ; e quando o provimento dos lugares se não pudesse fazer pela forma indicada, efectuar-se hia por meio de concurso ; que os lugares de amanuense e de tesoureiro continuassem a ser providos por meio de concurso.

Os artigos 3.º, 4.º e 5.º determinavam que as nomeações para os empregos da contadoria fôssem provisórios pelo espaço dum ano, no fim do qual se considerassem definitivas se os nomeados tivessem dado provas de competência e zêlo; que emquanto houvesse adidos nas diversas classes do pessoal não pudesse ser nomeado, admitido ou promovido qualquer indivíduo estranho às mesmas classes; que as novas admissões e promoções com vencimento fixo só pudessem efectuar-se depois de autorizadas pelo Ministério do Reino, sôbre proposta do administrador.

No artigo 6.º estabelecia os direitos de vencimento do pessoal das oficinas e *Diário do Govêrno*, quando impossibilitado por doença, devidamente comprovada: aos directores, sub-directores, adjuntos ou encarregados das oficinas e respectivas secções e revisores seria abonado o vencimento por inteiro quando o impedimento não fôsse superior a trinta dias em cada ano, e sómente dois terços do mesmo vencimento por todo o tempo que a doença durasse alêm do dito prazo, que não podia ir alêm de 90 dias em cada ano; ao demais pessoal com vencimento fixo seria abonado o respectivo salário por inteiro se o impedimento não excedesse a 15 dias em cada ano, e metade nos restantes, não podendo o número dêstes últimos dias ser inferior a 45 e no mesmo período dum ano; o pessoal empreiteiro receberia conforme o disposto para o pessoal com vencimento fixo, tomando-se como vencimento a metade da féria que o operário houvesse recebido, em média, nas últimas doze semanas. Todos os abonos só poderiam efectuar-se quando o empregado ou operário impedido não tivesse sido substituído ou quando da substituìção não resultasse aumento de despesa. Alêm dos vencimentos mencionados nenhum outro poderia ser concedido sem autorização do Ministro do Reino, sôbre proposta fundamentada do administrador da Imprensa.

O artigo 7.º garantia ao administrador geral da Imprensa Nacional e aos empregados e operários existentes no dia 13 de Dezembro de 1897, para cujos vencimentos houvesse verba no orçamento da despesa do mesmo estabelecimento, no exercício de 1898-1899, e emquanto não mudassem de situação, todos os vencimentos que, sob qualquer denominação, percebessem legalmente naquela data, se fôssem superiores aos fixados nas tabelas n.os 1 e 2. As tabelas a que se referia o artigo 1.º começariam a vigorar no dia 1 de Julho de 1898.

A tabela n.º 1 fixava o quadro e vencimento do pessoal da administração geral da Imprensa Nacional, que se compunha de :

1 administrador geral com a gratificação de 700$000 réis anuais ; 1 contador com o vencimento de categoria de 600$000 réis e 200$000 réis de exercício ; 1 escriturário com 400$000 réis de categoria e 50$000 réis de exercício ; 2 amanuenses com 240$000 réis cada um ; e 1 tesoureiro com réis 300$000 de ordenado e 150$000 réis para falhas. Havia ainda a verba de 1 :000$000 réis destinada a pagamento de trabalhos executados por tarefas e outros serviços extraordinários.

A tabela n.º 2 fixava os seguintes quadros e vencimentos do pessoal de serviço geral e das oficinas da Imprensa Nacional :

Serviço geral: 2 porteiros com o vencimento diário de 850 e 800 réis ; 3 carpinteiros que venceriam nos dias úteis 800 réis cada um ; 1 pedreiro com 700 réis, e 1 trabalhador com 500 réis nos dias úteis.

Oficina tipográfica: direcção : 1 director com 2$000 réis, 1 sub-director com 1$800 réis, 1 adjunto com 1$500 réis, e 1 escrevente com 550 réis, tudo diário ; serviço de composição : 9 chefes de secção com 1$500 réis diários cada um ; 83 compositores, trabalhando de empreitada ; 6 serventes, 3 dos quais a 600 réis diários, e os outros 3 a 500 réis também diários ; escola de composição : 1 mestre com 1$600 réis diários ; 1 contra-mestre com 1$400 réis diários, e 16 aprendizes que perceberiam o vencimento de 120 a 400 réis nos dias úteis ; serviço de revisão : 1 chefe de serviço com 1$900 réis diários, 3 primeiros revisores a 1$500 réis e 3 segundos a 1$300 réis diários ; serviço de impressão manual : 1 chefe de secção com 1$600 réis diários, e 22 impressores trabalhando de empreitada ; escola de impressão : 1 encarregado de dirigir o ensino (sub-chefe de secção da impressão mecânica) com a gratificação de 400 réis diários, e 8 aprendizes vencendo 120 a 400 réis nos dias úteis ; impressão mecânica : 1 chefe de secção com 1$600 réis diários ; 1 sub-chefe de secção com 1$400 réis ; 2 condutores maquinistas com 1$200 réis cada um ; 1 ajudante de condutor maquinista, 1$000 réis ; 8 marginadores, 900 réis cada um ; 8 marginadores ajudantes, 800 réis cada um ; 1 maquinista, 1$300 réis ; 1 maquinista ajudante, 700 réis ; 4 fogueiros, 700 réis cada um ; 16 serventes, sendo 8 a 600 réis e 8 a 500 réis, tudo diário ; serviços de assetinagem, calandragem e corte de papel : 1 encarregado, 1$000 réis diários ; 4 assetinadores e calandradores de 1.ª classe 800 réis diários cada ; 5 assetinadores e calandradores de 2.ª classe 700 réis, diários cada ; serviço de contagem, alçado e expedição de impressos : 1 chefe, 1$200 réis diários ; 12 alçadores e brochadores, 750 réis cada ; 1 escrevente, 550 réis ; 4 moços de fretes, 600 réis cada um ; depósito e armazêns : 1 fiel do depósito do material tipográfico, 1$400 réis diários ; 1 ajudante do dito, 1$000 réis ; fiel do armazêm de papel, encarregado da venda de impressos, 1$400 réis ; 1 ajudante do dito, 1$000 réis ; 1 fiel dos armazêns de livros e impressos, 1$400 réis.

Fundição de tipos: gravura, galvanoplastia, etc. : 1 gravador em madeira e metal e fotógrafo, 1$300 réis diários ; 2 gravadores em madeira e metal, 1$000 réis cada um ; 2 gravadores em metal, 600 réis cada um ; 1 preparador e galvanoplasta, 1$100 réis ; fundição e estereotipia : 1 director, 1$800 réis diários ; e sub-director, 1$400 réis ; 4 serralheiros mecânicos, sendo 1 de 1.ª classe, a 1$250 réis, e 3 de 2.ª classe, a 1$000 réis cada um ; 1 serralheiro mecânico ajudante, 600 réis ; 2 estereotipadores, 800 réis ; 1 carpinteiro, montador de clichés, 1$000 réis ; 25 fundidores, empreitada ; 3 aprendizes de fundidor, vencendo entre 120 a 400 réis nos dias úteis ; 15 roçadoras, empreitada ; armazêm da venda e depósito de tipos : 1 fiel, 1$400 réis diários ; 1 primeiro ajudante, 1$200 réis ; 1 segundo ajudante, 1$000 réis.

Oficina litográfica: 1 director, 1$600 réis diários ; 1 sub-director, 1$400 réis ; 1 fiel de material, 900 réis ; 1 alçador, 800 réis ; 2 desenhadores cromistas, 1$000 réis cada um ; 2 desenhadores gravadores, 950 réis cada um ; 1 aprendiz de desenhador, vencendo 120 a 400 réis nos dias úteis ; serviço de impressão mecânica e manual : 1 condutor maquinista, 1$200 réis diários ; 1 ajudante de condutor maquinista, 1$000 réis ; 2 marginadores, 800 réis ; 2 marginadores ajudantes, 700 réis cada um ; 1 aprendiz de marginador com 120 a 400 réis nos dias úteis ; 2 estampadores, 1$100 réis cada um ; 1 dito encarregado dos granidores, 750 réis ; 2 marginadores, 360 réis cada uma ; 1 porteiro, 600 réis ; 4 serventes, 2 a 600 réis e 2 a 500 réis.

Diário do Govêrno: serviço de composição : 1 chefe de secção, 1$800 réis diários ; 18 compositores, empreitada ; 1 servente, 600 réis diários e 200 réis de gratificação pelo serviço da noite ; serviço de revisão : 1 primeiro revisor, 1$000 réis diários ; 2 segundos revisores, 800 réis cada um (1 dêstes empregados vencia mais 4$800 réis pelo serviço das contraprovas) ; serviço de impressão : 1 condutor maquinista, 1$200 réis diários ; 3 marginadores, 750 réis cada um ; 3 serventes, 2 a 600 réis e 1 a 500 réis ; exercício ; 2 amanuenses com 240$000 réis cada um ; e 1 tesoureiro com réis serviço de expedição, distribuìção e venda : 1 chefe dos serviços de expedição e distribuìção, 1$200 réis diários ; 1 praticante, 800 réis ; 1 alçador, 700 réis ; 10 distribuìdores, 400 réis cada um ; 1 servente, 500 réis ; 1 encarregado da loja da venda, 1$200 réis ; 1 praticante, 800 réis ; 1 alçador, 700 réis.

A tabela n.º 3 estabelecia os preços por que seriam pagos diversos trabalhos executados na oficina da fundição de tipos da Imprensa Nacional.

A tabela n.º 4 consignava a retribuìção do serviço extraordinário da revisão.

Seguia-se o regulamento dos preços de todos os trabalhos tipográficos que se executassem na Imprensa Nacional, dividido em duas partes. A parte primeira — *Composição e processos inerentes* — compreendia 38 artigos subordinados a 16 capítulos, cujas epígrafes

eram : composição comum ; composição em línguas estrangeiras ; obras poéticas ; dicionários ; calendários, obras de antigos praxistas, etc. ; entrelinhamento ; emendas ; recorreção ; paginação e repaginação ; imposição ; distribuìção ; direcção ; obras especiais ; remuneração dos trabalhos a jornal ; gratificações ; disposições gerais. Nesta parte primeira estavam também compreendidas as quatro tabelas seguintes : tabela n.° 1, preço da composição tipográfica por linha ; tabela n.° 2, preço por linha, página e fôlha, bem como os da respectiva paginação e direcção, seus formatos, medidas e caracteres empregados ; tabela n.° 3, preços das imposições de cada rama, simples ou de combinação ; tabela n.° 4, designação dos formatos, medidas de imposição e respectivos papéis.

A parte segunda — *Impressão e processos inerentes* — compreendia 22 artigos que consignavam várias disposições e esclarecimentos respeitantes aos serviços de impressão e às respectivas retribuìções, e tinha tambêm uma tabela dos preços de impressão tipográfica por prelos manuais e máquinas.

A portaria de 27 de Julho de 1900, no propósito de acautelar os importantes valores existentes na Imprensa Nacional e regularizar a sua escrituração, determinava :

Que fôsse extinta a loja da venda de livros e impressos, avisando-se os livreiros de que deveriam, de ora em diante, requisitar directamente à contadoria da mesma Imprensa todos os impressos que desejassem adquirir, entrando desde logo na tesouraria do estabelecimento com as respectivas importâncias ;

Que igualmente fôsse extinta a loja do *Diário do Govêrno*, passando o serviço da recepção de anúncios e o das assinaturas a ser desempenhado pela contadoria, e o da venda avulsa da fôlha oficial pelo armazêm de livros e impressos, seguindo-se em relação a êste serviço o processo mandado adoptar para a venda de impressos ;

Que o armazêm de tipos não cobrasse quantia alguma proveniente da venda de caracteres tipográficos, a qual se realizaria pela forma estabelecida para a venda de livros e impressos ;

Que o chefe da 3.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública adoptasse as providências que julgasse necessárias para a pronta regularização de toda a escrituração da Imprensa Nacional, assim como

devia propor no mais curto prazo de tempo possível as instruções que julgasse convenientes expedir para se regularizar o processo das requisições de trabalhos tipográficos e litográficos dos Ministérios à mesma Imprensa;

Que os empregados da Imprensa Nacional, à guarda de quem estivessem entregues os valores de qualquer espécie, prestassem a fiança que fôsse determinada, sob pena de serem demitidos.

Por último mandava que o pessoal das lojas extintas fôsse colocado, segundo as suas categorias, nas secções onde o seu serviço pudesse ser devidamente aproveitado.

Esta providência governativa teve seguramente origem na divulgação mais ou menos escandalosa de factos graves que haviam ocorrido pouco antes numa das secções dos serviços da Imprensa Nacional. Tinham vindo à supuração as grandes irregularidades que havia bastante tempo se murmurava existirem latentes na loja da venda de livros e impressos. O fiel foi suspenso e entregue à justiça. Mas certos documentos importantes, que atenuariam talvez a sua responsabilidade, tinham desaparecido levados por mão oculta. Mais tarde foi julgado e absolvido, mas não voltou a ocupar qualquer lugar na Imprensa Nacional.

Era evidente a culpabilidade do fiel nas irregularidades encontradas, mas também era notório que a principal causa dos abusos cometidos residia justamente no procedimento do próprio administrador geral.

Com a mesma data de 27 de Junho de 1900 apareceu a portaria que mandava observar na Imprensa Nacional as disposições do regulamento provisório que fazia parte desta mesma portaria e que devia vigorar até o tempo em que se publicasse o regulamento definitivo que se tinha mandado elaborar. Continha êsse regulamento as disposições respeitantes às atribuições e deveres do pessoal da Imprensa Nacional na parte relativa ao serviço de fiscalização.

Ao administrador geral competia, além de outras atribuições menos importantes:

Fazer processar pela contadoria, conforme as ordens e instruções superiores, todos os documentos de receita e despesa do estabelecimento, e seguindo para isso as regras que o artigo 1.º do regulamento estabelecia, enviar à 3.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública, até o dia 15 de cada mês, impreterívelmente, a tabela da receita liquidada e cobrada do mês anterior, tabela que devia ser acompanhada de vários documentos elucidativos e comprovativos; mandar proceder no dia 30 de

Junho de cada ano a um rigoroso inventário de todos os valores existentes nas diversas secções da Imprensa, e todas as vezes que se tornassem necessárias em qualquer das mesmas secções; cumprir e fazer cumprir, sob sua responsabilidade especial e directa, todas as ordens e instruções que sôbre o serviço de contabilidade, escrituração e fiscalização do material lhes fôssem transmitidas pela 3.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública.

O mesmo regulamento provisório prescrevia também as atribuìções do contador, que subtituía o administrador geral nos seus impedimentos; as do tesoureiro, as dos fiéis e encarregados de armazêns e depósitos, as do chefe da casa do alçado, as dos directores das oficinas, e finalmente as dos porteiros.

A Imprensa Nacional, acatando os usos que tam honrosamente estavam estabelecidos e tantos louros lhe proporcionaram, não se eximiu de concorrer à Exposição de Paris de 1900, expondo diversas impressões, clichés, caracteres, etc. Obteve, como era de esperar, o maior prémio.

O regulamento mais importante por que se tem governado a Imprensa Nacional, e que ainda hoje (1912) está em vigor, foi mandado pôr em execução por decreto de 24 de Dezembro de 1901, baseado na carta de lei de 12 de Junho do mesmo ano.

A sua principal elaboração deve-se ao então sub-director da oficina tipográfica, Joaquim Teodoro das Neves, mais tarde, e por efeito dêsse mesmo regulamento, elevado a director das oficinas e armazêns. À sua confecção presidira sempre um certo segrêdo, parecendo que não foram ouvidos todos os elementos bons da Imprensa Nacional, os quais poderiam eficazmente prestar valiosos subsídios e indicações, que tornariam sem dúvida mais perfeito o mencionado regulamento. Apenas com o entendimento muito superficial do administrador da Imprensa e cooperação mais efectiva, mas nem sempre razoável e justa do então chefe da 3.ª Repartição de Contabilidade Pública, Alfredo de Castro, e consulta muito superficial dum ou outro empregado, o antigo sub-director da oficina tipográfica empreendeu e levou a cabo um trabalho que, embora baseado em grande parte em regulamentos anteriores, pre-

cisava, para ficar o mais perfeito possível e satisfazer as justas aspirações das diversas classes de servidores da Imprensa Nacional, do concurso de muitas competências e da discussão ampla e ponderada de todos os alvitres que se apresentassem. Só o actual chefe da revisão, José António Dias Coelho, é que foi mais demoradamente ouvido, e conseguiu, na parte respeitante à mesma revisão, que as suas indicações fôssem quási todas aceitas.

Joaquim Teodoro das Neves[1] era um homem inteligente, muito conhecedor dos serviços da Imprensa Nacional, e certamente dominado do desejo de acertar. Mas não era bastante possuir estes predicados para fazer uma obra perfeita, ou pelo menos que traduzisse em grande parte as aspirações justas de todo o pessoal da Imprensa Nacional e desse mesma à própria Imprensa a lei que mais lhe convinha para a boa regularização prática de todos os seus serviços. Daí as anomalias que se notam no referido regulamento, e até algumas disposições absurdas.

Mas é de justiça reconhecer que o regulamento geral dos serviços da Imprensa Nacional, aprovado por decreto de 24 de Dezembro de 1901, foi o primeiro diploma oficial que estabeleceu, com carácter legal e definitivo, o direito à reforma de todos os artistas, operários e mais serventuários da Imprensa Nacional de Lisboa, embora essa reforma, para se tornar efectiva, dependesse ainda de circunstâncias várias, a que se devia desde logo atender.

Há longos anos que o pessoal artístico e operário reivindicava o sagrado direito da reforma, muitas vezes prometida, algumas vezes mesmo quási a conseguir-se, mas sempre adiada a sua solução por muitas e variadíssimas causas, no número das quais talvez se pudesse contar também a má vontade dalguns dirigentes. Era certo que na Imprensa Nacional sempre se havia prestado mais ou menos auxílio aos operários e artistas caídos na absoluta invalidez, quer recebessem êsse auxílio directamente da administração geral, quer o tivessem por intervenção da Caixa de Socorros, grandemente beneficiada com regalias e proventos estabelecidos

[1] Nasceu em Lisboa em [illegible] e morreu na Amadora em 1911. Em 1900 foi encarregado pelo Ministério do Reino de reorganizar os serviços da Imprensa da Universidade, cuja missão desempenhou com superior competência. Dirigiu proficientemente a composição tipográfica do *Anuário Estatístico*, o que lhe valeu uma portaria de louvor do respectivo Ministro.

pela mesma administração. Mas isso não constituía um direito definido e expresso em lei certa e determinada, com o qual se pudesse confiadamente contar e, quando preciso, abertamente invocar[1].

Os artistas e operários da Imprensa Nacional já tinham solicitado por vezes das estações superiores, e com fundadas razões e argumentos bem deduzidos, o direito à reforma.

Vinha de longe, como já se disse, a sua justa pretensão. No reinado de D. Pedro V o pessoal operário da Imprensa Nacional expusera a êste monarca a situação crítica em que ficava quando a doença ou a idade o inutilizava para as lutas do trabalho. O joven rei mostrara-se vivamente interessado pela causa do pessoal, e talvez se conseguisse o desejado triunfo se a morte não viesse ceifar prematuramente a existência do bondoso príncipe.

Em 7 de Novembro de 1894 foi entregue ao Parlamento uma representação do pessoal artístico e operário da Imprensa Nacional pedindo que se lhe reconhecesse o direito à reforma, visto que eram servidores directos e activos do Estado ; e, como o Parlamento não podia cuidar de cousas mínimas, ocupado, como sempre estava, nas discussões de assuntos de transcendência capital, como por exemplo o da concessão dum sino para a ermida dum logarejo qualquer, mandou deitar a representação no cesto dos papéis inúteis.

Outra vez, em 2 de Março de 1896, voltaram os artistas e operários da Imprensa Nacional a solicitar do Parlamento português a concessão dum direito que lhes assegurasse, quando invalidados pela doença ou pela idade, o pão de suas famílias. Era de intuìtiva justiça conceder o descanso remunerado a quem, numa laboração fatigante e intensa, havia servido o Estado por árduos e longos anos. Mas desta vez ainda o Parlamento não quis ocupar-se de cousas tam somenos, entregue, como estava, ùnicamente à resolução

---

[1] Afinal o direito à reforma dos artistas e operários da Imprensa Nacional como que estava implícitamente reconhecido desde 1797. O aviso de 18 de Março dêsse ano concedia a José da Conceição, oficial da fábrica da fundição de tipos 1$200 réis por semana ; e por portaria de 14 de Julho de 1826 eram concedidos 600 réis diários a João Sacomano, mestre da fábrica das cartas de jogar, e a Joaquim Alberto Passos, fiel da mesma fábrica, 800 réis também diários.

de medidas do mais alevantado alcance social; e a representação só logrou a regalia da publicidade no *Diário do Govêrno.*

Foi pois por consignar o direito à reforma, base principal de todas as aspirações, que o regulamento conseguiu obter a princípio um acolhimento quási benévolo. Mas para se obter essa reforma são necessárias condições que poucos lograrão alcançar. Essa reforma está colocada tam longe e tam alto, que para se lhe tocar é preciso fazer, por caminhos íngremes, uma extenuante jornada de 45 anos.

Mas ainda na concessão da reforma há desigualdades injustas, porque os elementos que lhe devem servir de apoio não se firmam na razão e bom critério.

Em 24 de Fevereiro de 1902 o pessoal operário da Imprensa Nacional reclamou ao Parlamento português contra a manifesta desigualdade de direitos e regalias que resultavam de diversas disposições contidas no regulamento de 24 de Dezembro, na parte respeitante a socorro na doença e na inabilidade. Tinha razão o pessoal operário da Imprensa Nacional, e mostrava-a até eloqùentemente na exposição que formulou. Mas por isso mesmo o Parlamento, na louvável norma estabelecida, não fez caso da sua justíssima reclamação. Eram trezentos e tantos operários e artistas, sem dúvida honestos e trabalhadores, que peticionavam um medida reparadora — não tinham por isso mesmo direito a ser ouvidos.

O regulamento actual divide-se em duas partes: na primeira, trata própriamente da regulamentação geral dos serviços na Imprensa Nacional; na segunda, da Caixa de reformas e socorro na doença, estabelecendo as regras e normas para o seu funcionamento. É um trabalho muito desenvolvido, minucioso até, com muitas disposições excelentes, outras aceitáveis, e algumas também que, logo de comêço, ficaram a pedir o benefício duma eliminação radical. Merecia êsse regulamento uma análise demorada e um extracto desenvolvido, mas nem uma nem outra cousa é possível fazer agora.

Em 1891 extinguiu-se a corporação dos bombeiros voluntários da Imprensa Nacional. O seu material, estimado em perto de 700$000 réis, foi vendido, ou cedido em grande parte, aos bombeiros voluntários de Odivelas.

Teve uma época de muito brilhantismo a Associação dos Bombeiros Voluntários da Imprensa Nacional. O contador Pereira e Sousa protegeu-a grandemente e manifestou sempre a sua simpatia por tam prestimosa instituìção. Os bombeiros voluntários da Imprensa Nacional apresentavam-se em geral muito bem, com um fardamento elegante feito à sua custa, e denodadamente se portaram em alguns grandes incêndios, não se poupando a esforços nem a perigos. O último comandante dos bombeiros voluntários da Imprensa Nacional foi o impressor José Maria Nunes, que exercia o cargo desde 1884, ano em que recebera o ofício da sua nomeação firmado pelo presidente da direcção, José de Matos Góis de Barros, com a sanção do inspector dos incêndios de Lisboa, Carlos Barreiros.

Em 1900 os bombeiros voluntários da Imprensa Nacional receberam festivamente a visita colectiva dos bombeiros voluntários do Pôrto, Ovar, Barcelos, Aveiro, Ponte de Lima e outras terras do norte do país, os quais em grande número se encontravam então em Lisboa. Todo o pessoal da Imprensa Nacional, colocado ou no pátio da entrada ou às janelas do edifício, saùdou com palmas e aclamações entusiásticas os bombeiros voluntários do norte, que se apresentaram garbosamente debaixo de forma.

Uma nota curiosa. O que dera origem à constituìção dos bombeiros voluntários da Imprensa Nacional fôra um grande incêndio manifestado, em 1883, numa das dependências da Escola Politécnica, e em cuja extinção se empenharam devotadamente muitos artistas e operários da Imprensa Nacional. O último incêndio a que concorreram os bombeiros voluntários da Imprensa Nacional, em 23 de Julho de 1899, manifestara-se no edifício da Escola Politécnica. Em ofício de 25 de Agosto de 1899, dirigido ao administrador geral da Imprensa Nacional, o director da Escola Politécnica agradece os serviços valiosos prestados pelos bombeiros voluntários da mesma Imprensa por ocasião do incêndio que se manifestara no laboratório químico da mencionada Escola.

Em Novembro de 1903 começou o novo edifício da Imprensa Nacional a ser iluminado a luz eléctrica, melhoramento importantíssimo sob vários pontos de vista. A Imprensa Nacional, com a

iluminação a gás, anteriormente adoptada, gastava anualmente 3:500$000 réis.

Em ofício de 30 de Outubro de 1903, dirigido ao Ministério do Reino, a administração da Imprensa Nacional ponderava que, estando prestes a concluir-se os trabalhos das instalações eléctricas nas novas oficinas de composição e impressão, destinadas à sua iluminação e transmissão de fôrça motriz, tornava-se necessário nomear o pessoal técnico indispensável para regular o funcionamento dos diversos aparelhos eléctricos, sua conservação e limpeza. Propunha por isso a criação do quadro respectivo, o que foi sancionado.

Como tambêm tivesse sido aumentado o número de máquinas de impressão existentes à data da publicação do regulamento geral de 1901, aumento que consistia na aquisição feita pela Imprensa Nacional duma máquina simples, seis de pedal e uma calandra a vapor, a administração geral ponderava tambêm a necessidade de se proceder à nomeação do pessoal indispensável para o guarnecimento das ditas máquinas, o que tambêm foi sancionado.

Reconhecida a utilidade de montar-se uma pequena oficina para a fabricação de sobrescritos, a fim de com mais prontidão poder satisfazer-se as requisições que dos referidos artefactos eram feitas à Imprensa Nacional, adquiriu a mesma Imprensa o maquinismo preciso, em 1903, começando neste mesmo ano a funcionar a referida oficina, cuja laboração ficou subordinada ao encarregado da casa do alçado.

Em 30 de Julho de 1909 faleceu o administrador geral, Dr. Venâncio Deslandes. Assumiu então, interinamente, como preceitua o regulamento, a suprema direcção da Imprensa Nacional o contador António Norberto Monteiro.

Por decreto de 3 de Novembro de 1909 foi nomeado administrador geral da Imprensa Nacional o antigo jornalista João Costa, conservador da Biblioteca Nacional de Lisboa. Parecia vir animado dum espírito activo de reformas, cuja execução mal pôde esboçar.

Foi no tempo da sua curta gerência que vieram a lume as graves irregularidades de que era responsável mais directo o tesou-

reiro, que abandonara por isso bruscamente o lugar fugindo para parte incerta. Para se abrir, conferir e dar balanço a tudo o que existia no respectivo cofre, nomeou o administrador uma comissão composta do director das oficinas e armazêns, Joaquim Teodoro das Neves, do chefe de serviço das oficinas tipográficas, Carlos Augusto de Carvalho, e do fiel do armazêm de tipos, Libânio Augusto de Sousa Amoêdo, comissão que se desempenhou cabalmente dêste encargo de confiança. Da existência do que encontraram e da forma por que tudo estava disposto e misturado se concluía fácilmente do desleixo e confusão em que deviam estar os serviços da tesouraria.

VIII

1910—1912

Por decreto do Govêrno Provisório da República Portuguesa foi nomeado administrador geral da Imprensa Nacional o revisor de 1.ª classe da mesma Imprensa, Luís Carlos Guedes Derouet, que tomou posse do lugar em 6 de Outubro de 1910.

A primeira ordem de serviço firmada pelo actual administrador da Imprensa Nacional é datada de 12 de Novembro de 1910, e por ela foram reorganizados provisóriamente os serviços da oficina tipográfica da mesma Imprensa, para o que tinham sido préviamente ouvidos o director das oficinas e armazêns e o chefe dos serviços tipográficos.

Nessa mesma ordem de serviço aludia o administrador geral à reforma do actual regulamento, a qual se impõe por muitos motivos e é esperada com verdadeiro interêsse. Nessa reforma, dizia, estava consignada a definitiva fixação dos quadros do pessoal da Imprensa Nacional.

Por portaria do Ministério do Interior, de 11 de Novembro de 1910, e sôbre proposta do administrador geral, foi nomeada uma comissão de inquérito à Imprensa Nacional, composta do funcionário da repartição de contabilidade do Banco de Portugal, Alfredo Faria da Costa, do primeiro oficial da 9.ª Repartição de Contabilidade da Direcção Geral da Contabilidade Pública, Alfredo José Gomes, e do segundo oficial da Direcção Geral de Instrução Secundária, Superior e Especial, Manuel Álvaro de Noronha. Essa comissão era investida de plenos poderes para inquirir directamente, quer do pessoal da contadoria, quer do pessoal das oficinas e armazêns do estabelecimento, o que julgasse conveniente para o bom andamento dos seus trabalhos.

Por portaria de 16 de Novembro de 1910 foi agregado à comissão de inquérito o guarda-livros da casa João Lial & Irmão, João Faria da Costa.

Na ordem de serviço de 16 de Novembro de 1910 o administrador geral, dando conta da nomeação desta comissão, recomendava a todos os empregados, aos quais os sindicantes tivessem de dirigir-se, que lhes prestassem todas as indicações ou esclarecimentos solicitados, porque desta maneira cooperavam, como afinal era dever de todos, para o levantamento moral do estabelecimento em que exerciam a sua actividade e para a legítima salvaguarda dos interêsses da República. E ainda na ordem de serviço de 6 de Dezembro de 1910, participava-se que o secretário da comissão de sindicância, Manuel Álvaro de Noronha, estava autorizado a receber quaisquer informações ou depoìmentos por escrito que lhe fôssem enviados por empregados da Imprensa Nacional, dominados pelo desejo de auxiliar a mesma comissão no desempenho eficaz da sua tarefa investigadora ; e acentuava-se que, tratando-se duma obra de saneamento e de que muito dependia o futuro da Imprensa Nacional, essas informações ou depoìmentos fôssem isentos de quaisquer paixões pessoais e animados apenas do espírito de verdade e de justiça, que devia pairar acima de tudo.

A comissão de sindicância entregou o seu relatório ao Govêrno em 1 de Maio de 1911, o qual relatório só foi publicado no *Diário do Govêrno* de 15 de Abril de 1912.

Nesse relatório a comissão mostrava-se muito grata para com o administrador geral da Imprensa Nacional pelo valioso auxílio que dêle havia recebido e que muito contribuíra para tornar mais fácil a sua missão. A comissão dividira o seu relatório em diferentes partes, as quais estão subordinadas aos títulos de :

Contabilidade, Prejuízos sofridos pelo Estado, Guias de receita, Armazéns, Pessoal, Depoìmentos, Cauções de empregados, Desaparecimento de velharias, Sinopse das peças enviadas para o tribunal e *Conclusão*.

A comissão afirmava que a contabilidade da Imprensa Nacional, se assim podia chamar-se, se limitava a registo de documentos. Todos os livros se achavam mais ou menos atrasados e com muitos erros, não fornecendo, em geral, elementos para uma análise conscienciosa. Acusa várias irregularidades, e mesmo faltas graves, devidas a causas diversas que aponta e analisa. Quanto aos pre-

juízos sofridos pelo Estado, e de que eram mais directamente responsáveis o tesoureiro e o primeiro escriturário, que se tinham ausentado para parte incerta, não podia a comissão indicar precisamente quais fôssem, mas que sem dúvida eram importantes.

A comissão, na parte final do seu relatório, chamava especialmente a atenção do Ministro para o depoìmento do administrador geral da Imprensa Nacional, o qual era a peça mais interessante que a mesma comissão tinha obtido em resposta aos quesitos que formulara para todos os depoentes. Essa «Resposta aos quesitos formulados pela comissão de inquérito à Imprensa Nacional» vem publicada logo em seguida ao relatório da comissão e é bastante extensa e elucidativa. Segue depois o «Parecer do Conselho Superior de Instrução Pública», opinando pela demissão do tesoureiro e do primeiro escriturário, e pela reforma do contador. O primeiro porêm já tinha sido demitido por decreto de 16 de Abril de 1910 e o segundo por decreto de 20 de Janeiro de 1911.

A ordem de serviço de 26 de Abril de 1911 publicou as «Bases para a valorização do trabalho de tabelas», que se deveriam pôr em execução a partir de 2 de Maio do mesmo ano. É uma medida de bastante importância, e que demonstra logo à primeira vista um aturado estudo técnico dos serviços da oficina tipográfica da Imprensa Nacional. Nessa ordem o administrador geral dizia que as ditas «Bases» se adoptariam a título provisório e de experiência, visto a reforma do regulamento, na qual punha toda a sua boa vontade, estar ainda por concluir e depender a sua execução de diversos fautores.

Estas «Bases» foram mais tarde alteradas em obediência a indicações apontadas pela prática e por um estudo mais demorado e experimental.

No dia 17 de Julho de 1911 foi a Imprensa Nacional visitada oficialmente pelo Ministro do Interior do Govêrno Provisório da República Portuguesa. Os artistas, operários e mais empregados do estabelecimento fizeram-lhe uma recepção muito festiva e muito

carinhosa, e à qual presidiu um sincero entusiasmo. Todas as oficinas se encontravam lindamente adornadas com bandeiras, galhardetes, troféus, flores e outros motivos decorativos.

O administrador geral, quando o Ministro se achava no estrado da direcção das oficinas tipográficas, leu uma saùdação, que foi calorosamente aplaudida por todo o pessoal da Imprensa e muitas outras pessoas assistentes. A Imprensa Nacional de Lisboa, disse o administrador geral, tam esquecida dos poderes públicos no tempo da monarquia, não podia deixar de vestir galas ao receber a visita oficial do Ministro do Interior do Govêrno Provisório da República, a qual visita representava de facto o advento duma nova era de Justiça e Liberdade. Cumpria a êle, administrador, como primeiro funcionário do estabelecimento, em nome de perto de quinhentos antigos companheiros de trabalho, saùdar o tribuno ardente que não esmorecera nunca na apostolização das novas doutrinas, que se poderiam dizer verdadeiramente redentoras das classes populares. A monarquia, que nos dividira lá fora, também nos dividira aqui dentro. A República porêm restabelecera a concórdia dos espíritos e a harmonia dos corações. O administrador geral afirmava ter-se sinceramente esforçado, desde que tomara posse do seu cargo, por manter com o pessoal a solidariedade afectuosa que devia existir sempre entre os que mourejam, dia a dia, sob o mesmo tecto ; e podia dizer alto, pela forma mais solene, que êsse pessoal tinha aberta e dedicadamente correspondido ao seu íntimo desejo e manifesto empenho.

Em seguida o tipógrafo Norberto dos Santos leu também uma mensagem, que logrou igualmente o aplauso caloroso de toda a numerosa assistência. Nessa mensagem o pessoal da Imprensa Nacional felicitava calorosamente o Ministro e agradecia a honra da sua visita. Aproveitava o ensejo feliz para chamar a atenção do Ministro para o projecto de regulamento que o administrador geral depositara em suas mãos. O pessoal estava convencido de que nesse projecto de regulamento se havia atendido a todas as suas justas reclamações ; e que, desde que fôsse pôsto em vigor um novo regulamento, desapareceriam naturalmente as anomalias e defeitos que se encontravam no actual — anomalias e defeitos que eram não só prejudiciais para o mesmo pessoal como ainda representavam certo estôrvo impeditivo dum funcionamento mais perfeito e proveitoso de todos os serviços da Imprensa Nacional.

O Ministro agradeceu, num discurso eloqùente, as manifestações de carinho que acabavam de ser-lhe tributadas, e prometeu estar sempre ao lado dos artistas e operários da Imprensa Nacional nas suas reivindicações justas e nobres.

O estabelecimento esteve exposto ao público durante dois dias.

No dia 3 de Outubro de 1911 teve a Imprensa Nacional tambêm a honra de receber a visita do Presidente da República Portuguesa, o qual foi saùdado, à entrada, com aplausos e aclamações por todo o pessoal do estabelecimento.

A administração da Imprensa, a fim de comemorar o 1.º aniversário da proclamação da República, tinha deliberado que se fizessem, em todas as secções do estabelecimento, uma exposição de vários trabalhos antigos e modernos. O Presidente da República fôra convidado a abrir solenemente essa Exposição, e para o desempenho dessa grata missão é que a sua visita se efectuava nesse dia.

O Presidente da República dirigiu-se primeiro às oficinas de fundição de tipos, onde havia um mostruário, armado em forma de pirâmide, contendo vários moldes, matrizes e clichés tipográficos, emblemas, filetes de fantasia em chumbo e latão, colchetes, linhas de enfeite, rebates, esquadros, várias peças estereotipadas, trabalhos em galvanoplastia e outros. Dali seguiu para a escola de composição, onde se exibiam diversos e interessantes espécimes gráficos. Visitou depois a oficina de gravura, fotogravura e zincografia, chamando-lhe particularmente a atenção a cópia galvânica do célebre prato de Benevenuto Cellini existente no Vaticano, e duas magníficas gravuras em cobre executadas por Bartolozzi quando já contava mais de oitenta anos de idade. Passou em seguida à oficina de brochuras e cartonagem, onde tambêm se encontravam expostos alguns trabalhos de merecimento, dirigindo-se imediatamente à oficina litográfica, cujas produções lhe despertaram palavras de merecido elogio. Entrou depois no armazêm de livros e impressos, que igualmente expunha as mais notáveis edições da Imprensa Nacional.

O administrador geral aproveitou então a ocasião para salientar a inutilidade e até a inconveniência de grandes depósitos de livros que havia no armazêm e cuja procura há muitos anos se limitava

a um ou outro exemplar. Era seu propósito, já comunicado em ofício à Direcção Geral de Instrução Secundária, de, por exemplo, destinar os exemplares duma antiga edição dos *Lusíadas* para prémios aos alunos dos liceus[1].

Seguidamente, após a inscrição do seu nome no livro dos visitantes, o Presidente da República subiu ao andar superior onde estão instaladas as oficinas de composição, que também apresentaram trabalhos dignos de ser vistos e admirados. Quando se aproximou do estrado da direcção das oficinas tipográficas, o administrador geral leu uma entusiástica alocução alusiva à visita do Presidente da Républica e à exposição que o Chefe do Estado acabava de inaugurar — alocução que, luxuosamente impressa, foi depois distribuída pelos assistentes.

Nessa alocução, o administrador geral acentuava que a Imprensa Nacional quisera comemorar, por uma forma condigna, o primeiro aniversário da República Portuguesa, convidando o ilustre Chefe do Estado a inaugurar solenemente a primeira exposição de trabalhos artísticos que, através dum longo espaço de tempo, se pensara levar a cabo dentro dêste estabelecimento do Estado. A Imprensa Nacional orgulhava-se, como não podia deixar de ser, com a visita do venerando Presidente da República, que era, afinal, um velho amigo da casa. O pessoal da Imprensa Nacional, mais uma vez o proclamava bem alto, aguardava do novo regime tudo o que a monarquia caída em Outubro de 1910 não lhe soubera ou não quisera dar. A exposição que acabava de ser inaugurada representaria, no futuro, um marco miliário poderoso; seria como que o despertar dum profundo sono de muitos séculos, ao qual a manhã gloriosa de 5 de Outubro, como alvorada redentora, felizmente pusera termo. A exposição visava a iniciar um período de ressurreição artística, a que moralmente a Imprensa Nacional não podia fugir.

O Presidente da República agradeceu em breves palavras a alocução que lhe fôra dirigida, frisando que nada podia ser mais

---

[1] Parece que desistiu dêste propósito, desde que teve conhecimento de que o imortal poema de Camões, nessa edição, segundo autorizadas opiniões, tinha sido sacrílegamente ofendido por alterações menos criteriosas.

agradável ao seu espírito e sensível ao seu coração do que começar as suas visitas oficiais, como Chefe do Estado, pela Imprensa Nacional, que considerava um verdadeiro templo de trabalho, e onde sempre contara amigos, alguns dos quais já tinham desaparecido na escuridão dos túmulos.

Prosseguiu depois a visita. Das oficinas de composição foi à casa do alçado e manufactura de sobrescritos, despertando-lhe esta última secção grande curiosidade; depois ao armazêm de papel e materiais diversos; à oficina de impressão, cuja exposição também incutia grande interêsse; e por último às secções de electricidade e serralharia, que achou muito bem montadas.

Acabada a visita presidencial, foi o estabelecimento franqueado ao público, não só nesse dia como nos dois dias seguintes.

Na ordem de serviço de 16 de Outubro de 1911 o administrador geral participava que o Presidente da República lhe tinha patenteado a sua satisfação e aprêço, não só pelo modo carinhoso como fôra recebido pelo pessoal da Imprensa Nacional, mas ainda pela forma como encontrara instalados os diferentes serviços da mesma Imprensa. O administrador geral patenteava também o seu agrado e agradecia por seu turno a todos quantos tinham cooperado moral e materialmente para o brilhantismo da festa com que a Imprensa Nacional tinha solenizado o primeiro aniversário da implantação da República Portuguesa. Esperava que a exposição dos trabalhos artísticos que se havia realizado, apesar do seu carácter modesto e despretensioso, servisse de estímulo para futuras demonstrações porventura mais valiosas.

Pela ordem de serviço de 7 de Julho de 1911 foi encarregado, interinamente, de exercer as funções de director das oficinas e armazêns, o chefe de secção José Gregório Fernandes, compositor tipográfico de incontestável merecimento e que na sua faina artística sempre se salientou por uma notável orientação moderna.

O administrador da Imprensa Nacional, no desejo evidente de levantar quanto possível o nível intelectual dos aprendizes das escolas profissionais do estabelecimento, determinou, em 8 de Novem-

bro de 1911, que os mesmos aprendizes, acompanhados pelo mestre e contramestre da escola de composição tipográfica, visitassem quinzenalmente os estabelecimentos públicos ou particulares, cuja exposição de laboração fôsse particularmente interessante à sua educação artística ou intelectual. O programa dessas visitas era confiado ao director das oficinas e armazêns, chefe da oficina tipográfica e mestre da escola de composição, os quais deveriam ter em vista a aquisição para os ditos aprendizes da maior soma de conhecimentos úteis e precisos. Os aprendizes ficavam obrigados a apresentar, no prazo de cinco dias, relatórios sôbre o que vissem e observassem de mais interessante nessas visitas de estudo. Êsses relatórios seriam em seguida submetidos à apreciação dum júri, e o que obtivesse a melhor classificação lograria a honra de ser impresso e distribuído depois por todo o pessoal do estabelecimento. Já estão publicados alguns dêsses relatórios, o que atesta de facto a excelência da idea inicial.

Tambêm no elevado intuito de proporcionar ao pessoal da Imprensa Nacional um meio, a um tempo eficaz e agradável, de adquirir ou desenvolver certos conhecimentos artísticos, scientíficos ou simplesmente úteis, determinou o administrador geral que se realizassem conferências públicas, aos domingos, na vasta sala da composição tipográfica, as quais deviam ser feitas por indivíduos reconhecidamente competentes no mundo das letras ou das sciências. Essas conferências começaram no dia 2 de Junho de 1912, sendo o conferente José António Moniz, professor de bibliologia e antigo tipógrafo, que escolheu para tema da sua dissertação as «Origens da escrita e do livro sob o ponto de vista da impressão».

A segunda conferência, cujo prelector foi o Dr. Morais Manchego, médico militar, teve lugar no dia 9 do mesmo mês de Junho, e versou sôbre a «Higiene industrial».

Na terceira, realizada no dia 16 do mencionado mês de Junho, foi outra vez conferente José António Moniz, que continuou e desenvolveu o assunto da primeira.

A quarta, efectuada no dia 23, teve por orador o Dr. Rodrigo Rodrigues, director da Penitenciária de Lisboa, o qual dissertou sôbre «A água nas suas relações com a higiene».

A quinta e última conferência da série, a qual versou sôbre a «Alimentação», foi no dia 7 de Julho, sendo prelector o professor da Faculdade de Medicina do Pôrto, Dr. Sousa Júnior.

Em meados de Março de 1912 chegaram à Imprensa Nacional os três marginadores automáticos que pouco antes se havia encomendado à casa Augsburg (Alemanha).

Eram destinados a outras tantas máquinas de impressão, e estão prestando um serviço excelente depois de sofrerem vários melhoramentos introduzidos pelo actual chefe da oficina de impressão, Clidónio Horta.

Pelo mesmo tempo chegou também a máquina de compor, enviada pela casa Linotype and Machinery, de Londres, máquina modêlo 4, n.º 6791, e foi instalada na escola de composição tipográfica para que os aprendizes do 3.º e 4.º anos da mesma escola se instruam no seu manejo.

Tanto os marginadores como a máquina de compor foram inegávelmente uma aquisição utilíssima a todos os respeitos. A máquina sobretudo representa actualmente o maior progresso conhecido da indústria tipográfica. É uma verdadeira maravilha da mecânica aplicada ao serviço da imprensa.

O director geral da Secretaria do Congresso, Feio Terenas, apresentou no Senado uma proposta em que, depois de considerar caro e moroso o trabalho executado na Imprensa Nacional para as duas casas do Parlamento, alvitrava a criação, a dentro do Congresso Nacional, duma tipografia onde se pudessem executar, com mais presteza e economia, todas as impressões relativas ao mesmo Congresso. O redactor dum jornal diário de Lisboa, em 4 de Agosto de 1912, querendo informar-se sôbre a viabilidade do projecto, procurou para êsse fim o administrador geral da Imprensa Nacional, que lhe deu interessantes informações, e cuja súmula apresentamos em seguida.

Os serviços da Imprensa Nacional, que eram efectivamente caros, sofreriam em breve uma necessária remodelação. A Imprensa Nacional recebia do Estado a dotação fixa de 285:000$000 réis, números redondos. Mas esta dotação era descontada da receita da mesma Imprensa, que era importantíssima, sendo o excedente recolhido pelo Estado, que dêste modo exercia sôbre a Imprensa Nacional uma tutela impeditiva do seu progresso económico. Quando lhe fôsse concedida a autonomia económica, a Imprensa

Nacional reduziria naturalmente as suas tabelas de preços e entraria desassombradamente no caminho do seu progresso material.

Não se cumpria integralmente a lei que manda que todos os trabalhos das repartições do Estado sejam impressos na Imprensa Nacional; algumas repartições mesmo tinham tipografias próprias. Quando essa lei fôr estritamente cumprida, o progresso económico da Imprensa Nacional será verdadeiramente notável, e as próprias repartições públicas lucrarão com isso, porque terão impressos sem dúvida mais perfeitos e mais baratos.

Mas a despeito dalgumas repartições não cumprirem a lei, informa o administrador, o trabalho na Imprensa Nacional tem sido grande. Só para os correios e telégrafos, no ano económico de 1911-1912, se forneceram impressos na importância pouco mais ou menos de 40:000$000 réis. E se a Imprensa Nacional, dado o rigoroso cumprimento da lei, não pudesse executar a tempo todos os trabalhos que lhe fôssem enviados, havia mil maneiras de tudo se remediar, podendo ir-se até a abertura de concursos para a sua execução, e que ainda daria vantagem ao fornecedor, porque a intervenção da Imprensa seria sempre útil a todos os respeitos.

O administrador geral era de opinião que a Imprensa Nacional tivesse, além da sucursal que já tem em Coimbra, na Universidade, uma outra na cidade do Pôrto. O país seria então dividido, para o efeito da impressão dos trabalhos oficiais, em três zonas, a cada uma das quais corresponderia um dos estabelecimentos referidos. Mas a superintendência da Imprensa Nacional nos estabelecimentos de Coimbra e Pôrto devia manter-se, como boa medida administrativa.

Depois de demonstrar a inexeqùibilidade da proposta do senador Feio Terenas, o administrador geral da Imprensa Nacional concluíu por afirmar que, desde que se concedesse a êste estabelecimento a sua autonomia económica e técnica, permitindo-lhe mais liberdade de acção e de iniciativa, a brevidade e a modicidade dos seus trabalhos não deixariam nada a desejar.

Na sessão nocturna de 28 de Junho de 1912 da Câmara dos Deputados, os deputados França Borges e Helder Ribeiro apre-

sentaram várias propostas respeitantes aos serviços da Imprensa Nacional, inspiradas evidentemente pelo administrador geral.

A primeira consistia em convidar o Govêrno a apresentar uma proposta na qual pedisse autorização para reorganizar os serviços da Imprensa Nacional.

A segunda reduzia a 320$000 réis a verba destinada a remunerar o trabalho da coordenação da *Legislação Portuguesa* e do índice do *Diário do Govêrno*.

A terceira referia-se à eliminação da verba de 845$640 réis destinada a «capilhas», e à inclusão desta quantia no subsídio dado à caixa de reformas.

A quarta tratava da supressão do lugar de ajudante de tesoureiro, cujo ordenado era de 300$000 réis, passando os amanuenses a vencer 300$000 réis cada um e os contínuos a 240$000 réis, havendo ainda para o Estado uma economia de 100$000 réis.

A quinta consistia na seguinte organização do quadro da oficina de gravura e galvanoplastia, em que o Estado ainda vinha a economizar a quantia de 83$400 réis :

1 gravador chefe, a 1$600 réis.	584$000
1 fotógrafo e preparador, a 1$200 réis. . .	438$000
1 gravador em metal, a 1$200 réis. . . .	438$000
1 gravador em madeira, a 1$200 réis. . .	438$000
1 galvanoplasta e zincógrafo, a 1$100 réis	401$000
Aprendizes, vencimentos entre 200 e 600 réis nos dias úteis.	447$800
	2:747$800

A sexta e última refere-se à supressão do lugar de sub-chefe da oficina litográfica, e à fixação do seguinte quadro do pessoal da mesma oficina, de que resultava uma economia de 47$500 réis :

1 chefe de serviço, a 1$600 réis.	584$000
2 desenhadores de 1.ª classe, a 1$100 réis	803$000
2 desenhadores de 2.ª classe, a 1$000 réis	736$000
1 condutor maquinista de 1.ª classe, a 1$100 réis.	401$500
1 condutor maquinista de 2.ª classe, a 1$000 réis.	365$000
2 marginadores de 1.ª classe, a 950 réis	693$500
1 marginador de 2.ª classe, a 800 réis	292$000

1 estampador litógrafo de 1.ª classe, a 1$150 réis.	438$000
1 estampador litógrafo de 2.ª classe, a 1$050 réis.	383$750
3 recebedores de papel :	
1 homem, a 650 réis.	237$250
2 mulheres, a 450 réis.	327$500
2 aprendizes, vencimento entre 120 a 400 réis nos dias úteis.	280$000
3 serventes, vencimento entre 500 e 800 réis	657$000
	6:192$000

Foram aprovadas a segunda, a terceira, a quarta na parte que diz respeito à supressão do lugar de ajudante de tesoureiro, ficando as outras propostas dependentes do parecer da comissão de finanças.

Alguns melhoramentos materiais tem sido introduzidos nas diversas oficinas da Imprensa Nacional, e cujo benefício tem sido apreciável. A boa vontade do administrador geral tem-se evidenciado por forma tam convincente, que os espíritos mais incrédulos já quási não formulam dúvidas nem tem apreensões.

Damos em seguida uma idea geral do novo edifício e instalações das diversas oficinas da Imprensa Nacional :

O actual edifício[1] da Imprensa Nacional, cuja fachada principal, simples mas elegante, deita para a Rua da Escola Politécnica,

---

[1] A primitiva planta do edifício onde actualmente se encontram instaladas todas as oficinas e repartições da Imprensa Nacional foi delineada pelo arquitecto Domingos Parente da Silva, mas sofreu sucessivas e importantes alterações feitas pelos engenheiros Vitor Gomes Encarnação, Veiga da Cunha e António Luís Ramos, que foram encarregados por vezes de dirigir a construção das diferentes alas. A construção dos quatro corpos principais e anexos, a qual só se podia ir executando à medida que parcialmente se demolia o antigo edifício, durou 16 anos, pouco mais ou menos, mas teve muitas e demoradas interrupções.

compõe-se de quatro grandes corpos, distanciados por seis metros de largura e ligados por comunicações diversas. Os dois corpos centrais tem maiores dimensões que o primeiro e quarto, e para o lado da Rua da Imprensa Nacional estão unidos pelo anexo que se levantou entre os dois formando uma só fachada.

O primeiro corpo, que foi o último a construir-se e cujas obras neste momento (Agosto de 1912) não estão ainda terminadas, parece destinar-se à instalação da administração geral do estabelecimento, aos serviços da contadoria e da direcção das oficinas e armazêns, etc.

O segundo corpo é actualmente ocupado da seguinte forma : no primeiro pavimento, dividido por um corredor central, está dum lado a casa do alçado e do outro o armazêm de papel. No segundo pavimento, dividido também por um corredor central, estão dum lado o gabinete do administrador geral, a direcção das oficinas e armazêns e a contadoria e tesouraria ; do outro lado o armazêm de livros e impressos. O terceiro pavimento é ocupado em toda a sua extensão pela secção tipográfica do *Diário do Govêrno* e por a que principalmente está incumbida da composição dos trabalhos do Congresso. Há ainda neste corpo uma cave ocupada pelas oficinas de carpinteiro[1] e fundição de rolos.

No terceiro corpo, igual ao segundo, o primeiro pavimento é ocupado pela oficina de impressão ; no segundo pavimento, dividido por um corredor central, está dum lado a oficina litográfica e do outro a oficina de brochura e encadernação e a casa destinada a arrecadação do material tipográfico ; o terceiro pavimento é ocupado pelas secções encarregadas da composição de modelos e tabelas e pelo depósito de material tipográfico que mais preciso é para as necessidades ocorrentes ; é tambêm neste pavimento que se acha instalada a direcção das oficinas tipográficas.

O último corpo, cujas fachadas deitam para a Rua da Imprensa Nacional e Rua do Noronha, é ocupado, no primeiro pavimento, dividido pela escada que actualmente dá acesso a todo o estabelecimento, pela fundição de tipos ; no segundo pavimento, igual-

[1] Neste momento (Agosto de 1912) está-se construindo um anexo destinado à oficina de carpinteiros, onde sem dúvida essa oficina ficará muito melhor instalada.

mente dividido pela mesma escada, está dum lado a escola de composição e do outro a oficina de gravura e zincografia. Na cave, com porta de entrada para a Rua do Noronha, está o armazêm de tipos.

A revisão e a sala dos desenhadores litográficos estão instaladas no anexo que liga os dois corpos centrais. A revisão no terceiro pavimento, ficando por isso no centro das oficinas tipográficas, e a sala dos desenhadores no segundo pavimento, ao lado da litografia; e no primeiro a oficina dos sobrescritos adida ao alçado.

O autor dêste modesto trabalho é o primeiro a reconhecer que existe nele muitas lacunas e faltas de ligação, mais ou menos importantes: umas indubitávelmente derivadas da insuficiente capacidade literária de quem traça estas linhas, outras devidas tam sómente à exigùidade do prazo marcado para a apresentação das «Memórias». É claro que as primeiras, pela sua origem insanável, nunca poderão ser preenchidas e concertadas; mas para as segundas haverá sempre fácil remédio — simples questão de tempo e... mais sossêgo de espírito.

Lisboa, 19 de Agosto de 1912.

NOTA FINAL DO AUTOR

Já depois da entrega desta Memória o seu autor conseguiu colhêr bastantes elementos de informação, mais ou menos preciosos, com os quais poderia tornar menos pobre a exposição dos sucessos relatados e dar ensejo a uma crítica porventura mais elucidativa e precisa. Mas como isso constituía matéria nova, que o júri não tinha apreciado nem podia já agora tomar conhecimento, e como um rigorosíssimo escrúpulo e severo sentimento de probidade levassem o presidente da comissão dos festejos, Sr. José Gregório Fernandes, a rubricar, página por página, todo o manuscrito desta Memória, para que a reprodução tipográfica fôsse quanto possível a expressão fiel do original apresentado e julgado, por estas razões, que respeitamos, não foi permitido ao autor dêste modesto trabalho fazer-lhe quaisquer acrescentamentos ou alterações e modificações de relativa importância ou extensão, embora isso tendesse apenas a melhorar a obra sem prejuízo de terceiro.

Lisboa, 24 de Setembro de 1912.

Em 8 de Setembro de 1912
começou a compor-se êste trabalho na máquina Linotype
e acabou em 26 do mesmo mês e ano

